



A NOVA EVANGELIZAÇÃO

EDITADO POR 

FONTE DOS TEXTOS E IMAGENS

opusdei.org/pt-pt

SUMÁRIO

- I. Na tarefa da nova evangelização
- II. Os fiéis leigos face à nova evangelização
- III. Evangelização, proselitismo e ecumenismo
- IV. Ecumenismo
- V. O coração aberto de Deus: misericórdia e apostolado
- VI. “Vai e faz o mesmo”: a Lei de Deus e a misericórdia
- VII. Com o carinho no olhar: misericórdia e fraternidade
- VIII. “A Mim o fizeste”: as obras de misericórdia corporais
- IX. Uma serena atenção: as obras de misericórdia espirituais
- X. Comunicar as próprias convicções
- XI. 10 ideias para comunicar a fé
- XII. O fogo dos primeiros cristãos
- XIII. «Laudato si'», a segunda encíclica do Papa Francisco

NA TAREFA DA NOVA EVANGELIZAÇÃO

Atualmente o mundo necessita que nós, os cristãos, sejamos mais audazes, mais coerentes, mais vibrantes. A nova evangelização diz respeito a todos. É essa tarefa que se aborda neste artigo.



Foto: *tyle-r*

Com o Ano da fé, Bento XVI quis «introduzir todo o corpo eclesial num tempo de especial reflexão e redescoberta da fé»[1]. Trata-se de um convite para considerar o que é crer, o que é ser cristão, para que fiquemos mais conscientes da grandeza do dom da fé e, assim, realizemos uma nova evangelização. Nova evangelização que o Venerável Paulo VI e o Beato João Paulo II já tinham promovido e que responde a uma necessidade objetiva, pois em muitos países de cultura tradicionalmente cristã «grupos inteiros de batizados perderam o sentido vivo da fé ou até já não se reconhecem como membros da Igreja, levando uma existência afastada de Cristo e do Seu Evangelho»[2].

O Beato João Paulo II destacava que esta situação era um novo desafio para a Igreja. Com efeito, «não parece justo equiparar a situação de um povo que nunca conheceu Jesus Cristo com a de outro que O conheceu, O aceitou e depois O recusou, ainda que tenha continuado a viver numa cultura que assimilou em grande parte os princípios e valores evangélicos»[3]. Num contexto como este, é necessária a realização uma “nova evangelização” ou “reevangelização”[4]. A criação do Conselho Pontifício para a Promoção da Nova Evangelização, ou o passado Sínodo dos Bispos sobre a *Nova Evangelização da fé cristã* são sinais claros de um empenho por levar o Evangelho a sociedades marcadas, em muitos aspetos, pelo secularismo e o relativismo.

Responsabilidade de todos

Depois da ressurreição, Jesus enviou os seus discípulos, fazendo-os participantes da sua própria missão: **como o Pai me enviou, assim também Eu vos envio a vós**[5]. Com a força do Espírito, os apóstolos e os primeiros cristãos cumpriram esse mandato; em poucos anos, estenderam a mensagem evangélica por toda a urbe conhecida. *Eram poucos, careciam de meios humanos, não contavam entre as suas fileiras – assim sucedeu, pelo menos, durante muito tempo – com grandes pensadores ou pessoas de relevo público. Desenvolveram-se num ambiente social de indiferentismo, de carência de valores, semelhante, em muitos aspetos, ao que nos toca agora enfrentar. (...) Aqueles primeiros souberam, com o seu comportamento, fazer brilhar diante dos seus concidadãos essa clareza salvadora e converteram-se em mensageiros de Cristo – simplesmente, com naturalidade, sem alardes chamativos – com a coerência entre a sua fé e as suas obras*[6].

A nova evangelização diz respeito a todos: também a nós Cristo pede que preguemos **o Evangelho a toda a criatura**[7]. Cada cristão, em virtude do Batismo, tem a responsabilidade de ser testemunha do Deus vivo, pois **é-nos impossível calar o que vimos e ouvimos**[8]. Cada cristão é *outro Cristo*, enquanto identificado com Ele pela graça e pela correspondência pessoal, e está chamado a «transformar com a força do Evangelho os

critérios de juízo, os valores determinantes, os pontos de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade»[9].

Todos temos o dever e o direito de evangelizar, cada um de acordo com o seu próprio papel na Igreja. *Que grande trabalho temos pela frente! Com humildade, com afã pessoal de santidade, temos que chegar às pessoas, antes de mais, com o nosso exemplo. Estejamos conscientes de que o esforço por nos comportarmos como cristãos cabais – apesar das nossas misérias pessoais – faz parte da luz que o Senhor deseja acender no mundo. Não tenhamos medo de chocar com o ambiente, nos pontos incompatíveis com a fé católica, ainda que essa atitude nos possa mesmo acarretar prejuízos materiais ou sociais*[10].

Além disso, embora nalguns aspetos pareça que nos encontramos numa situação semelhante à dos nossos primeiros irmãos na fé, não podemos esquecer que, em comparação com eles, «a nossa época oferece neste campo novas ocasiões à Igreja: a queda de ideologias e sistemas políticos opressores; a abertura de fronteiras e a configuração de um mundo mais unido, devido ao incremento dos meios de comunicação; o fixarem-se nos povos os valores evangélicos que Jesus encarnou na sua vida (paz, justiça, fraternidade, dedicação aos mais necessitados); um tipo de desenvolvimento económico e técnico sem alma que, não obstante, incita a buscar a verdade sobre Deus, sobre o homem e sobre o sentido da vida»[11]. Abre-se diante de nós um imenso panorama, pois muitos estão à procura do sentido da sua vida, um sentido que só lhes pode dar o encontro com Cristo. E é a nossa vida corrente – sem espetáculo – que lhes pode anunciar integralmente o Evangelho, que lhes pode permitir descobrir a força de Jesus Cristo, **a quem Deus fez para nós sabedoria, justiça, santificação e redenção**[12]. Depois teremos que ajudar os que descubrem ou redescobrem Cristo, a perseverar na sua decisão de O seguir, oferecendo-lhes a formação humana, intelectual e espiritual oportuna.

Com as armas da oração, da caridade e da alegria

Em mais de uma ocasião, São Paulo exorta os cristãos a revestirem-se da armadura de Deus. O próprio Apóstolo exemplifica esse “revestimento” interior dos filhos de Deus, quando ensina que – **orando em todo tempo movidos pelo Espírito** [13] – têm de “armar-se” com o cinturão da verdade e a couraça da justiça, e empunhar o escudo da fé e a espada do [14]. Quem nasce de novo pelo Batismo, tem de comportar-se com espírito de misericórdia, de humildade, de [15]. Tais disposições e condutas permitiram aos primeiros cristãos transformar o mundo. Nestes começos do terceiro milênio, usando essas mesmas armas, a oração e a caridade, temos de levar a cabo a nova evangelização.

Antes de mais nada, com a oração. **Perseverai na oração**[16]. **Tudo quanto pedirdes com fé na oração alcançá-lo-eis**[17]. Se não procurássemos a fortaleza e a eficácia na intimidade com Cristo *no Pão e na Palavra*[18], onde a encontraríamos? O nosso Padre não se cansava de repetir que *a arma do Opus Dei é a oração*, e é essa lição que aprendemos a praticar, também convertendo o trabalho em oração, que temos de transmitir com paixão e dom de línguas em todos os ambientes. A oração é o fundamento e o ponto de partida de todo o apostolado.

Católico, sem oração?... É como um soldado sem armas[19]. Uma nova evangelização, sem apoio firme e constante na oração? Uma utopia. *A oração é a arma mais poderosa do cristão. A oração faz-nos eficazes. A oração faz-nos felizes. A oração dá-nos toda a força necessária para cumprir os mandatos de Deus*[20]. O apostolado, *seja ele qual for, consiste numa superabundância da vida interior*, e em consequência, *se queremos ajudar os outros, se pretendemos sinceramente animá-los a descobrir o autêntico sentido do seu destino na terra, é preciso que nos fundamentemos na oração*[21].

E, junto com a oração, contamos com a arma da caridade, que *é o sal do apostolado dos cristãos*[22]. **Nisto conhecerão todos que sois Meus discípulos, se tiverdes amor uns aos outros**[23]. Os primeiros cristãos deslumbraram muitos dos seus concidadãos, atraindo-os para Cristo e para a Igreja, com a finura da sua caridade. A Igreja foi enviada para manifestar o

amor de Deus e tem de realizar a sua atividade – também qualquer ação apostólica pessoal ou coletiva dos cristãos e, mais em concreto, a nova evangelização – sob o signo da caridade, com a força do amor. «Hoje como ontem, Ele envia-nos pelos caminhos do mundo para proclamar o Seu Evangelho a todos os povos da terra (cfr. *Mt* 28, 19). Com o Seu amor, Jesus Cristo atrai para Si os homens de cada geração»[24].

Com caridade, transmite-se a alegria, que é outro sinal de vida cristã autêntica: **Disse-vos isto para que a Minha alegria esteja em vós e a vossa alegria seja completa**[25]. Com efeito, *onde está o Senhor goza-se de paz e de alegria, ainda que a alma esteja em carne viva e rodeada de trevas*[26]. O apostolado cristão pode ser chamado *um apostolado do ser feliz e fazer felizes os outros*. Já naquelas primeiras comunidades cristãs, que gozavam da simpatia de todo o povo, reinava essa **alegria e simplicidade de coração**[27] que sempre cativa. E, com a graça de Deus, muitos se incorporavam na Igreja.

Paulo VI, na encíclica *Evangelii nuntiandi*, falava da alegria de evangelizar e Bento XVI escreve sobre «uma nova evangelização para redescobrir a alegria de crer e voltar a encontrar o entusiasmo de comunicar a fé» pois «a fé, com efeito, cresce quando se vive como experiência de um amor que se recebe e se comunica como experiência de graça e gozo. Torna-nos fecundos, porque liga o coração à esperança e permite dar um testemunho fecundo: com efeito, abre o coração e a mente dos que escutam para acolher o convite do Senhor para aceitar a Sua Palavra, para ser Seus discípulos»[28].

Em todos os ambientes

Esta nova evangelização deve ser realizada com o exemplo de caridade e alegria de cristãos bem formados, capazes de projetar a luz de Cristo e o sentido do homem. ***Cristo, morrendo na Cruz, atrai a Si a Criação inteira, e, em Seu nome, os cristãos, trabalhando no meio do mundo, hão-de reconciliar todas as coisas com Deus, colocando Cristo no cume de todas as atividades humanas***[29]. O cristão não está chamado a ***uma vida dupla:***

a vida interior, a vida de relação com Deus, por um lado; e, por outro, diferente e separada, a vida familiar, profissional e social, cheia de pequenas realidades terrenas (...); há uma única vida, feita de carne e espírito, e essa é a que tem de ser – na alma e no corpo – santa e cheia de Deus, deste Deus invisível, que encontramos nas coisas mais visíveis materiais[30].

Conseguir iluminar todos os ambientes com a luz de Cristo é o grande encargo que temos pela frente. Assim, todas as circunstâncias em que se desenvolve a nossa vida diária tomarão nova força e sentido através do encontro com o Senhor. Não se trata de fazer nada especial, pois o apostolado *não é algo diverso das tarefas de todos os dias: confunde-se com esse mesmo trabalho, convertido em ocasião de um encontro pessoal com Cristo*[31]. Como? *Com naturalidade, com simplicidade, vivendo como viveis no meio do mundo, entregues ao vosso trabalho profissional e aos cuidados da vossa família, participando em todos os ideais nobres, respeitando a legítima liberdade de cada um. Desde há quase trinta anos, Deus pôs no meu coração o anseio de fazer compreender às pessoas de qualquer estado, condição ou ofício, esta doutrina: a vida corrente pode ser santa e cheia de Deus; o Senhor chama-nos a santificar o trabalho quotidiano, porque aí está também a perfeição do cristão*[32]. Ao mesmo tempo, é evidente que há âmbitos nos quais é especialmente importante fazer escutar a voz de Deus: a investigação e o ensino, a moralidade pública, a instituição matrimonial e familiar, as novas tecnologias, etc.

Se nos empenharmos, contribuiremos para promover uma nova cultura, uma nova legislação, uma nova moda que sejam coerentes com a dignidade do homem. Atualmente o mundo necessita que nós, os cristãos, sejamos mais audazes, mais coerentes, mais vibrantes. Através da nossa amizade sincera e leal ajudaremos muitas pessoas a tomar consciência da sua condição de filhos de Deus, chamados a identificar-se com Cristo. Descobrir-lhes-emos o horizonte da santidade pessoal, de modo que eles mesmos contribuirão com as suas próprias vidas para o desenvolvimento da missão da Igreja, pois *conhecer Jesus (...) é compreendermos que a nossa*

vida não pode ter outro sentido senão o de entregar-nos ao serviço dos outros[33]. Neste Ano da fé, Santa Maria, Mãe de Deus e nossa Mãe, conceder-nos-á as graças de que necessitamos para vivermos transbordantes de espírito apostólico e mobilizar muitos para o serviço da nova evangelização.

J. Yániz

NOTAS

[1] Bento XVI, Litt. apost. Porta fidei, 11-X-2011, n. 4.

[2] Beato João Paulo II, Discurso à assembleia do CELAM, 9-3-1983.

[3] Beato João Paulo II, Litt. enc. Redemptoris missio, 7-12-1990, n. 37.

[4] Cfr. Beato João Paulo II, Litt. enc. Redemptoris missio, 7-12-1990, n. 30.

[5] Jo 17, 18

[6] D. Javier Echevarría, Carta pastoral por ocasião do Ano da fé, 29-XI-2012, n. 11, em «Romana. Boletim da Prelatura da Santa Cruz e Opus Dei» 55 (2012/2), pp. 343-344.

[7] Mc 16, 15.

[8] Act 4, 20

[9] Venerável Paulo VI, Exhort. apost. Evangelii nuntiandi, 8-XII-1975, n. 19.

[10] D. Javier Echevarría, Carta pastoral por ocasião do Ano de fé, 29-XI-2012, n. 9, em «Romana. Boletim da Prelatura da Santa Cruz e Opus Dei» 55 (2012/2), p. 342.

- [11] Beato João Paulo II, Litt. enc. Redemptoris missio, 7-12-1990, n. 3.
- [12] 1 Cor 1, 30
- [13] Ef 6, 18.
- [14] cfr. Ef 6, 14-17.
- [15] Cfr. Col 3, 12-14
- [16] Col 4, 2
- [17] Mt 21, 22.
- [18] São Josemaría Escrivá de Balaguer, Cristo que passa, n. 118.
- [19] São Josemaría Escrivá de Balaguer, Sulco, n. 453.
- [20] São Josemaría Escrivá de Balaguer, Forja, n. 439.
- [21] São Josemaría Escrivá de Balaguer, Amigos de Deus, n. 239.
- [22] Ibidem, n. 234.
- [23] Jo 13, 35.
- [24] Bento XVI, Litt. apost. Porta fidei, 11-X-2011, n. 7.
- [25] Jo 15, 11.
- [26] São Josemaría Escrivá de Balaguer, Cristo que passa, n. 77.
- [27] Cfr. Act 2, 46.
- [28] Bento XVI, Litt. apost. Porta fidei, 11-X-2011, n. 7.
- [29] São Josemaría Escrivá de Balaguer, Temas actuais do cristianismo, n. 114.

[30] Ibid.

[31] São Josemaría Escrivá de Balaguer, Cristo que passa, n. 264.

[32] Ibidem, n.148.

[33] Ibidem, n. 145.

OS FIÉIS LEIGOS FACE À NOVA EVANGELIZAÇÃO

A nova evangelização é tarefa de todos, leigos ou ministros sagrados, tal como a missão da Igreja. Cada um cumpre-a de acordo com a sua própria função na Igreja e acompanhando sempre a sua palavra com o testemunho de uma coerente vida cristã.



A nova evangelização, impulsionada por João Paulo II e por Bento XVI, remete-nos para a própria missão da Igreja, que se pode sintetizar precisamente na *treditio Evangelii*, a transmissão do Evangelho. “Evangelho” entendido, não só como conteúdo noético, mas no sentido global paulino de “*força de Deus para a salvação de todos os crentes*” (Ro 1, 16). A nova evangelização de países e ambientes já antigamente evangelizados mas, em grande medida, secularizados, coloca peculiares exigências, necessariamente inseridas na permanente missão salvífica da Igreja. Simultaneamente, a realidade complexa em que vivemos requer novidade de enfoques pastorais e apostólicos em geral, adequados aos desafios da modernidade e da pós-modernidade.

A participação dos leigos na evangelização

Uma das dimensões do sacerdócio real dos fiéis, a que se refere São Pedro (cfr. 1 Pe 2, 4-10), é a função profética: “...*para que anuncieis o poder d’Aquele que vos chamou das trevas à Sua luz admirável*” (ibid.). Este anunciar é transmitir o Evangelho. Que os leigos participem na missão da Igreja não significa, primária nem principalmente, que tenham que colaborar nas funções dos ministros sagrados, embora isso seja possível e, em determinadas ocasiões, oportuno; além disso, os ministros não abarcam toda a missão; também eles participam nela. Sobre uns e outros recai o peso e a honra da missão completa da Igreja: a *treditio Evangelii*. Mas cada um a realiza parcialmente, de acordo com a sua própria função eclesial.

O que é específico da participação dos leigos na evangelização foi assim expresso pelo Concílio Vaticano II, na *Lumen gentium*, 35: “*Cristo, grande Profeta, que com o testemunho da Sua vida e a força da Sua palavra, proclamou o Reino do Pai, está a cumprir o Seu ofício profético até à mais plena manifestação da glória, não só através da Hierarquia que ensina em Seu nome e com o Seu poder, mas também através dos leigos, a quem em consequência, constitui em testemunhas e os adorna com o sentido da fé e com a graça da palavra, para que a força do Evangelho brilhe na vida quotidiana, familiar e social*”. A capacidade e a responsabilidade evangelizadora – o *munus propheticum* – dos fiéis leigos não deriva de uma delegação dada pela Hierarquia, mas diretamente de Jesus Cristo, mediante o Batismo e a Confirmação.

O sentido da fé – *sensus fidei* – que a *Lumen gentium* coloca como origem imediata do exercício da função profética dos fiéis leigos, é a capacidade que a fé teologal e os dons do Espírito Santo conferem ao crente para assentir às verdades reveladas, para discernir com facilidade o que é conforme ou desconforme com essa revelação, para captar as suas implicações mais profundas, não mediante reflexão teológica mas espontaneamente, por uma espécie de conaturalidade, e para aplicar a fé à vida. A radicação da função profética dos leigos no *sensus fidei*, põe também em relevo que esta não é uma participação na missão magisterial,

própria da Hierarquia eclesiástica, mas participação direta da *virtus* profética de Jesus Cristo, ao mesmo tempo que o seu exercício se realiza “*sob a guia do sagrado Magistério*” (*Lumen gentium*, 12).

A “*graça da palavra*”, a que também se refere a *Lumen gentium*, não se refere apenas, nem principalmente, à “*graça*” de uma palavra simpática ou humanamente convincente, mas sobretudo à assistência do Espírito Santo que, sem conferir uma autoridade oficial à palavra evangelizadora dos leigos, a constitui em veículo da Palavra de Deus e, como tal, não só transmissora de noções, mas força eficaz em ordem à fé que salva.

A dependência essencial que a tarefa evangelizadora tem da fé e da assistência do Espírito Santo, remete-nos ao serviço imprescindível que só os ministros da Igreja podem e devem prestar aos leigos, mediante a pregação da Palavra de Deus com a autoridade de Cristo, nas suas diversas formas e a celebração dos sacramentos. A Igreja é, com efeito, um povo sacerdotal organicamente estruturado, que realiza a sua missão no mundo com distinção de funções, que são por sua vez interdependentes.

Na vida quotidiana, familiar e social

É neste contexto de vida corrente – como lemos nas já citadas palavras da *Lumen gentium* – onde os fiéis leigos exercitam a sua própria função evangelizadora. Isto é necessariamente assim, porque – na expressão de quem, como afirmou João Paulo II, foi precursor do Vaticano II na sua doutrina sobre o laicado – “*a específica participação do leigo na missão da Igreja consiste precisamente em santificar ab intra – de maneira imediata e direta – as realidades seculares, a ordem temporal, o mundo*” (S. Josemaría Escrivá de Balaguer, *Temas Actuais do Cristianismo*, 9).

A função profética dos leigos, como a dos pastores, é participação do *munus propheticum Christi* e Cristo é Revelador e Revelação de Deus, não só com as Suas palavras mas também com todas as Suas obras.

Por isso, e não apenas por uma razão de eficácia humana, a evangelização deve levar-se a cabo com o testemunho da vida e com a palavra, e a que os leigos exercem tem as suas características próprias – e uma especial eficácia – no facto de se realizar no interior das realidades seculares.

Na vida corrente, com os suas múltiplas relações familiares, profissionais e sociais, os fiéis leigos podem unir de formas muito diversas o testemunho da sua vida e a palavra que anuncia o Evangelho, contribuindo – cada um na medida das suas possibilidades – para informar com o espírito de Cristo as instituições sociais, profissionais, os meios de comunicação, etc. Especialmente importante é a transmissão do Evangelho pessoa a pessoa, no diálogo de amizade sincera, como o fermento na massa: “*agindo como agiria um fermento*” (*Apostolicam actuositatem*, 2).

Este modo de transmitir o Evangelho reveste uma particular eficácia, também pelo facto de responder a uma realidade antropológica importante: o diálogo interpessoal, no qual se procura transmitir a outro o bem recebido. Este diálogo apostólico surge com naturalidade quando existe amizade sincera. Não se trata de uma instrumentalização da amizade, mas de fazer participar os amigos do grande bem da fé em Cristo. Como recordou Bento XVI na homilia do início solene do seu pontificado, “*nada há de mais formoso do que ter sido atingidos, surpreendidos, pelo Evangelho, por Cristo. Nada mais belo do que conhecê-l’O e comunicar aos outros a amizade com Ele*” (24 de abril de 2005).

A transmissão do Evangelho exige sempre – mais ainda, se for o caso, no diálogo de pessoa a pessoa – o respeito pela intimidade e liberdade de todos; respeito que é uma exigência da justiça e da caridade. O contrário, pretender impor as próprias convicções com qualquer tipo de engano ou de violência é, evidentemente, oposto ao espírito do Evangelho. Este tipo de proselitismo – que não respeita a liberdade – é de todo inaceitável; no entanto, o proselitismo, no seu sentido original próprio, é não só uma coisa boa mas uma exigência necessária da missão evangelizadora que Jesus Cristo confiou aos Seus discípulos. De facto, no âmbito cristão, a palavra

proselitismo significou e significa frequentemente a atividade missionária. Inclusivamente em contextos civis – jurídicos e políticos – o proselitismo é reconhecido positivamente como um componente intrínseco da liberdade religiosa.

Diante dos desafios de sociedades descristianizadas

A nova evangelização em países de antiga tradição cristã encontra-se perante graves, complexos e variados desafios. O mais radical é a difusão do ateísmo nas suas diversas expressões teóricas e a indiferença religiosa, que estão a afetar a fé de não poucos batizados, produzindo neles, no mínimo, uma perda do sentido que a existência de Deus deveria ter nas suas vidas. Para o enfrentar, os modos podem ser muito diversos, mas em qualquer caso é fundamental que cada um entenda e ensine que o Evangelho não é apenas, nem primariamente um conjunto de verdades e de normas morais; não é um simples sistema de pensamento e de conduta. O Evangelho é, antes e sobretudo, o próprio Jesus Cristo (cfr. 1 Co 1, 24).

A existência de Deus pode conhecer-se, ainda que com dificuldade, apenas com a razão humana e na nova evangelização convirá enfrentar algumas vezes, de um modo ou de outro, a grande questão filosófica da existência de Deus. No entanto, o importante será dar a conhecer Jesus Cristo morto e ressuscitado, mostrando – ao nível que, em cada caso, seja possível e adequado – a verdade histórica da Sua Ressurreição, que é a “*demonstração*” mais decisiva da existência de Deus. Não é aqui o caso de pretender enumerar tantos outros desafios, teóricos e práticos, que se apresentam à nova evangelização (logicamente, não só aos leigos mas a toda a Igreja). Um desafio mais, bastante radical, é a mentalidade relativista nas suas múltiplas expressões. Nas tarefas de evangelização convirá sempre começar a partir de aspetos partilhados sobre os quais se possa instaurar um diálogo sincero. É o caso, por exemplo, da difundida consciência sobre os direitos humanos. Não é difícil fazer ver que, sem reconhecer valores absolutos – e em última instância Deus – não tem sequer sentido o conceito de direitos humanos; o próprio Direito, na sua totalidade, não deixaria de

ser – segundo a conhecida afirmação de Karl Marx – “*um aparelho decorativo do poder*”.

Para enfrentar estes e outros desafios, necessita-se uma sólida formação doutrinal; mas não é suficiente. A evangelização, o apostolado pessoal em geral, requer que a palavra e o diálogo vão unidos ao testemunho de uma coerente vida cristã. Para isso, são necessárias, com o fundamento do Batismo e da força da Confirmação, uma vida sacramental intensa (Eucaristia, Penitência) e a oração, indispensáveis para a identificação pessoal com Jesus Cristo, que desperte nos leigos a sua própria responsabilidade apostólica: para que sejam conscientes de que – como escreveu recentemente Bento XVI – “*Caritas Christi urget nos (2 Co 5, 14); o amor de Cristo que enche os nossos corações e nos impulsiona a evangelizar. Hoje como ontem, Ele envia-nos pelos caminhos do mundo para proclamar o Seu Evangelho a todos os povos da terra (cfr. Mt 28, 19)*” (*Porta fidei*, 7).

Por Mons. Fernando Ocáriz. Vigário Geral do Opus Dei. Vice Grande Chanceler da Pontifícia Universidade da Santa Cruz. Consultor da Congregação do Clero e do Conselho Pontifício para a Promoção da Nova Evangelização.

Mons. Fernando Ocáriz

Palabra

EVANGELIZAÇÃO, PROSELITISMO E ECUMENISMO

Artigo de Mons. Fernando Ocáriz, professor da Faculdade de Teologia da Universidade Pontifícia da Santa Cruz publicado na Scripta Theologica, em 2006.



Por **MONS. FERNANDO OCÁRIZ**

© SCRIPTA THEOLOGICA [38 (2006/2) 617-636]
[EVANGELIZATION, PROSELYTISM & ECUMENISM].

SUMÁRIO:

1. INTRODUÇÃO
2. NECESSIDADE DE UMA CLARIFICAÇÃO
3. O USO DO TERMO *PROSELITISMO*
 - 3.1. O proselitismo na Sagrada Escritura

3.2. O proselitismo na época patrística

3.3. A reaparição do termo e o seu significado nas línguas modernas

3.4. Conclusão terminológica

4. PROSELITISMO E ECUMENISMO

4.1. Igreja Católica e igrejas não católicas

4.2. Ecumenismo e proselitismo: conclusão.

Resumo: O proselitismo pertence à missão evangelizadora da Igreja. A conotação negativa que a *palavra* tem para algumas pessoas não deve fazer desaparecer nem o seu uso nem a atividade que designa. Assim o demonstra um estudo aprofundado do termo na Sagrada Escritura e na tradição da Igreja. Devem excluir-se as formas de proselitismo violento ou fanático, mas no âmbito do diálogo ecuménico também se deve querer ajudar as pessoas para que alcancem a plenitude da verdade na Igreja Católica.

Palavras-chave: Proselitismo, Evangelização, Ecumenismo.

Abstract: Proselytizing is part of the mission of evangelization of the Church. The negative connotations that the word has for many people should not lead the disappearance of its use or the activity it refers to. This is obvious from a detailed study of the term in the Scriptures and in the tradition of the Church. Violent or sectarian forms of proselytism must be avoided, but within the framework of ecumenical dialogue we should also give help to people so that they may reach the full truth of the Catholic Church.

Keywords: Proselytism, Evangelization, Ecumenismo.

1. INTRODUÇÃO

A vida de **Jesus Cristo**, redentora em todos os seus instantes e dimensões, pode resumir-se naquelas palavras de S. Paulo: *Deus que, em Cristo, reconciliava consigo o mundo* (2 Cor 5, 19), que S. Agostinho comentou na célebre expressão: *mundus reconciliatus, Ecclesia* [1]: Cristo, reconciliando o mundo com Deus, edifica a sua Igreja. Esta extensão universal da Redenção, contemplada por outros Padres na Cruz cósmica, que abarca o universo [2]vai-se realizando na Igreja. A Igreja é o próprio mundo enquanto reconciliado com Deus em Cristo, e ao mesmo tempo, é a continuação da presença reconciliadora, salvífica, do Senhor: «a Igreja é isto: Cristo presente entre nós; Deus que vem à humanidade para a salvar, chamando-nos com a sua revelação, santificando-nos com a sua graça, amparando-nos com a sua ajuda constante, nos pequenos e nos grandes combates da vida diária» [3].

Daí que, de algum modo, se possa resumir a missão da Igreja em transformar o mundo em si mesma; ou seja, em ir incorporando a humanidade ao Corpo Místico de Cristo, que ela mesma é. Esta missão também se pode expressar com o termo *evangelização*, que abarca enorme riqueza de conteúdo, da qual «nenhuma definição parcial e fragmentária chegará a dar a razão da realidade rica, complexa e dinâmica» [4], entendida no seu sentido mais amplo, como *traditio Evangelii*, transmissão do Evangelho enquanto *força vinda de Deus para a salvação de todo o que crê* (Rm 1, 16); palavra que anuncia e dá a vida eterna (cf. Jo 6, 68), na pregação e nos sacramentos. Missão apostólica que o Senhor expressou assim: *Ide, pois, e ensinai a todas as nações; batizai-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ensinai-as a observar tudo o que vos prescrevi* (Mt 28, 19-20). Por isso, «o novo povo de Deus, a Igreja, é um povo que provém de todos os povos. A Igreja é católica desde o início, e esta é a sua essência mais profunda» [5]. Catolicidade e universalidade da evangelização, são inseparáveis.

Como o Senhor – que, desde o início da sua vida pública, pregou a todos a conversão (cf. Mc 1, 15) –, a Igreja entendeu sempre a sua missão de transmitir o Evangelho *ad gentes* como dirigida à conversão dos homens.

No entanto, sabe-se muito bem que, infelizmente, este ímpeto missionário sofreu nos últimos tempos um esmorecimento, em não poucos ambientes católicos. De facto, João Paulo II assinalou que o apelo à conversão «é posto em discussão ou facilmente deixado no silêncio. Vê-se nele um ato de *proselitismo*; diz-se que basta ajudar os homens a tornarem-se mais homens ou mais fiéis à própria religião, que basta construir comunidades capazes de trabalharem pela justiça, pela liberdade, pela paz, e pela solidariedade» [6]. A atividade de transmitir o Evangelho, incorporando os homens a Cristo na Igreja, pode designar-se – e assim se fez com alguma frequência – com o termo *proselitismo*. Mas, como referia João Paulo II no texto citado, nalguns ambientes, esta palavra foi adquirindo um matiz negativo.

De facto, não é raro que, por motivos muito diversos, se pretenda dificultar a missão evangelizadora da Igreja com a acusação de *proselitismo*, entendendo-se este termo em sentido negativo, ou seja com o uso de métodos imorais (violência física ou moral, enganos) para captar seguidores. Na realidade, o Magistério da Igreja sempre reprovou a violência e o engano. Assim, no contexto da liberdade religiosa, o Concílio Vaticano II recordou-o energicamente: «Os grupos religiosos têm ainda o direito de não serem impedidos de ensinar e [testemunhar](#) publicamente, por palavra e por escrito a sua fé. Porém, na difusão da fé religiosa e na introdução de novas práticas, deve sempre evitar-se todo o modo de agir que tenha visos de coação, persuasão desonesta ou simplesmente menos leal, sobretudo quando se trata de gente rude ou sem recursos» [7]. E, neste mesmo sentido, João Paulo II afirmava: «A nova evangelização não tem nada em comum com o que várias publicações insinuaram falando de *restauração*, ou mesmo avançando a acusação de *proselitismo*, ou fazendo apelo aos conceitos de *pluralismo* e de *tolerância*, entendidos unilateral e tendenciosamente. Uma leitura aprofundada da Declaração conciliar *Dignitatis humanae* sobre a liberdade religiosa pode ajudar a esclarecer tais problemas, e também, a dissipar os temores que se procura despertar, talvez a fim de tirar à Igreja coragem e impulso para empreender a sua missão evangelizadora. E tal missão pertence à essência da Igreja» [8].

2. NECESSIDADE DE UMA CLARIFICAÇÃO

Nalguns documentos eclesiais posteriores ao Concílio Vaticano II, quando se emprega a palavra *proselitismo* em sentido negativo, esclarece-se o sentido que o termo não contém em si mesmo. Por exemplo, no Directório ecuménico de 1967, exortam-se os Bispos a enfrentar o perigo do *proselitismo* em relação à atividade das seitas, mas esclarece-se imediatamente que «com o vocábulo *proselitismo*, entende-se aqui uma maneira de atuar que não está de acordo com o espírito evangélico, porquanto utiliza argumentos desonestos para atrair os homens à sua Comunidade, abusando, por exemplo, da sua ignorância ou pobreza, etc. (cf. Decl. *Dignitatis Humanae*, 4)» [9]. A necessidade de distinguir entre um *proselitismo* positivo e um *proselitismo* negativo, também se tornou necessário no campo ecuménico, por exemplo na Terceira relação oficial (1971) do Grupo Misto Igreja Católica – Conselho Ecuménico das Igrejas, onde se constata que nalguns contextos linguísticos o termo *proselitismo* «adquiriu um sentido pejorativo», concluindo-se que, se se quer indicar esse sentido negativo «noutras línguas ou contextos em que o termo conserva o sentido mais antigo de *zelo pela difusão da fé*, torna-se necessário especificar sempre *proselitismo num sentido pejorativo* ou utilizar alguma expressão que denote atitudes e condutas criticáveis» [10]. Evidentemente, este documento não possui o mesmo valor que um texto do Magistério, mas é sem dúvida mais um [testemunho](#) do facto de que o sentido negativo ou pejorativo não é intrínseco ao termo *proselitismo*.

Anos mais tarde, João Paulo II, na Carta *Mentre si intensificano*, de 1991, referia-se à «recusa de qualquer forma indevida de *proselitismo*, evitando de maneira absoluta na ação pastoral qualquer tentação de violência e qualquer forma de pressão» [11]. É evidente, pelo contexto, que se há formas indevidas de *proselitismo*, também existem outras não indevidas.

Noutros documentos eclesiais, foi-se introduzindo o uso do termo *proselitismo* em sentido negativo, especialmente em referência ao «*proselitismo das seitas*». Por vezes, também se tem utilizado o termo para

indicar, sem qualquer *nuance*, uma atividade injusta. Assim, por exemplo, num documento da Comissão Pontifícia pró Rússia, de 1992, diz-se: «O que se chama *proselitismo* – ou seja qualquer pressão sobre a consciência – por quem quer que seja praticado ou sob qualquer forma, é completamente diferente do apostolado e não é, de modo algum, o método em que se inspiram os pastores da Igreja» [12]. No novo Directório ecuménico de 1993, desapareceu a *nuance* presente no Directório anterior, onde se esclarecia o sentido em que se falava de *proselitismo* [13]. A partir de então, tem sido frequente utilizar esta palavra para designar *tout court* comportamentos com a intenção de forçar, pressionar ou, em geral, tratar de forma abusiva a consciência das pessoas.

No entanto, no âmbito ecuménico nunca se chegou a prescindir da distinção entre *proselitismo* bom e mau. Por exemplo, num documento de 1995 do Grupo misto Igreja Católica e Conselho Ecuménico das Igrejas, esclarece-se que, embora o termo *proselitismo* «tenha adquirido recentemente uma conotação negativa, quando se aplicava à atividade de alguns cristãos empenhados em captar seguidores entre os membros de outras comunidades cristãs», historicamente este termo «tem sido empregue em sentido positivo, como conceito equivalente à de atividade missionária» [14], e explica-se que «na Bíblia este termo não tem nenhuma conotação negativa. Um *prosélito* era quem acreditava no Senhor e aceitava a sua lei e, deste modo, se convertia em membro da comunidade judaica. A cristandade assumiu este significado para descrever a quem se convertia do paganismo. Até há pouco tempo, a atividade missionária e o *proselitismo* consideravam-se conceitos equivalentes» [15].

De qualquer modo, parece necessária uma clarificação, visto que o assunto não é meramente linguístico, mas compreende importantes conotações doutrinárias.

3. O USO DO TERMO *PROSELITISMO*

3.1. O proselitismo na Sagrada Escritura

Como se recordava no texto citado, o termo *proselytos* passou do judaísmo à tradição cristã; trata-se da tradução grega do hebraico *ger*, frequente na *Versão dos LXX*, que designava principalmente o estrangeiro que, vivendo com estabilidade na comunidade hebraica, gozava dos mesmos direitos e deveres dos hebreus [16] e participava, também, no culto religioso da comunidade.

Parece que a realidade dos *prosélitos*, enquanto categoria institucionalizada, provinha da diáspora, na época do helenismo, e constava de um período de preparação que culminava na Páscoa, antes da qual o *prosélito* recebia a circuncisão [17].

O termo *prosélytos* aparece só quatro vezes no Novo Testamento: uma em S. Mateus (23, 15) e três nos Atos dos Apóstolos (2, 11; 6, 5; 13, 43). O texto do Evangelho é o que exprime mais claramente o alcance do termo. Os escribas e fariseus preocupavam-se em encontrar pessoas que estivessem em condições de compreender e viver a fé no único Deus. Em boa parte foi a atividade *proselitista* que fez com que o judaísmo conseguisse sobreviver depois da destruição do Templo e da dispersão do povo. A maior parte dos exegetas concorda – o que por outro lado parece ser bastante óbvio – em que a censura que Jesus faz aos escribas e fariseus não se refere ao facto de procurar *prosélitos*, mas ao modo de o fazer e, sobretudo, a que faziam depois o discípulo «filho do inferno», duas vezes pior do que o mestre que o atraiu ao judaísmo [18]. Já na época do protestantismo liberal apareceu a tendência para interpretar *Mt* 23, 15 como se Jesus tivesse condenado o proselitismo, enquanto tal, pois a sua atividade apenas se dirigia exclusivamente a Israel, evitando expressamente a missão entre os pagãos [19]. É certo que, pelo menos em duas ocasiões, o Senhor afirmou que só havia sido enviado a Israel (cf. *Mt* 10, 6; 15, 24), mas não bastam essas referências para tirar conclusões gerais e absolutas: seria supérfluo determo-nos aqui a demonstrar a universalidade da missão redentora de **Jesus Cristo**, que é particularmente explícita em S. Mateus (cf. *Mt* 12,41 s; 25, 31 s; 28,18-20). Pode-se certamente assegurar que o Senhor não só não valorizou negativamente o *proselitismo* hebraico em si mesmo, mas que a

universalidade da sua missão se situou na continuidade com o espírito *proselitista* judaico; continuidade, no âmbito da peculiar continuidade-descontinuidade, entre o Antigo e o Novo Testamento.

O primeiro texto dos Atos dos Apóstolos em que aparece o termo *prosélytos* refere-se aos diversos grupos de judeus que se haviam congregado em Jerusalém a propósito da festa de Pentecostes. A expressão *judeus ou prosélitos* (Act 2, 11) não menciona lugares de proveniência, mas é uma indicação de natureza religiosa, constituindo como que um resumo do enunciado dos diversos povos feito anteriormente [20]. Em Act 6, 5, vemos que um dos primeiros sete diáconos é *Nicolau, prosélito de Antioquia*. O sentido positivo de ser *prosélito* é evidente: os sete foram eleitos devido à sua boa fama, por estarem cheios do Espírito Santo e pela sua sabedoria (cf. Act 6, 3). Em Act 13, 42-43 recolhe-se o final do discurso de S. Paulo na sinagoga de Antioquia da Pisídia. O efeito que as suas palavras produzem nos ouvintes faz que estes peçam depois a Paulo e a Barnabé que continuem a explicar a sua mensagem no sábado seguinte. Como consequência, aderiram à sua doutrina *muitos judeus e prosélitos devotos*, que eram exortados a *perseverar na graça de Deus*. Também aqui é evidente o significado positivo de *prosélito*, que além disso é sublinhado pelo adjetivo, *piadosos* (*sebomenon prosélytos*).

Os Atos dos Apóstolos descrevem a atividade missionária da primitiva comunidade cristã seguindo as pisadas do judaísmo. Tal como os hebreus tentavam atrair os pagãos, bem preparados, para integrar a religião hebraica, assim também os primeiros cristãos se sentiam impelidos a comunicar a mensagem salvífica de Cristo, a fim de *ganhar* almas para o Senhor (cf. 1 Cor 9, 19-23; Fl 3,8). No princípio, a sua atividade era dirigida aos judeus, mas *aqueles que foram dispersados pela perseguição que houve no tempo de Estêvão chegaram até a Fenícia, Chipre e Antioquia, pregando a palavra só aos judeus. Entre eles havia alguns homens de Chipre e de Cirene, os quais, tendo entrado em Antioquia, falavam também aos gregos, anunciando-lhes o Senhor Jesus. A mão do Senhor estava com eles, e muita gente, tendo acreditado, converteu-se ao Senhor* (Act 11, 19-21). A missão

da Igreja *ad gentes* nasceu, com efeito, como a continuidade cristã – no sentido anteriormente mencionado – do *proselitismo* hebraico.

3.2.O *proselitismo* na época patrística

Na Patrística, o termo *proselitismo* aparece em S. Justino, no seu Diálogo com Trífon [21], a propósito de *Is 49, 6: Vou fazer de Ti luz das nações*. Os hebreus, convencidos da fé no verdadeiro Deus, sentiam-se estimulados a procurar *prosélitos*, mas S. Justino comenta, sem negar a atividade dos hebreus, que o texto de Isaías se refere principalmente, em sentido profético, a Cristo e aos cristãos. Mais explicitamente, escreve noutra passagem do Diálogo com Trifão: «resta-vos pouco tempo para vos tornardes nossos *prosélitos* (*prosélyseos krónos*): se Cristo vos precede com a sua vinda, em vão vos arrependereis» [22]. Migne traduziu assim para o latim: «breve enim hoc vobis relinquitur ad nos accedendi tempus. Si Christus venire occupaverit, frustra vos poenitebit». Nesta linha, as traduções em línguas vulgares usam expressões como «juntai-vos a nós» (*aderirvi a noi*, etc.), em vez da expressão mais literal que seria «fazei-vos nossos *prosélitos*» (*farvi proseliti nostri*, etc.).

Também Flávio Josefo, em *Contra Apionem*, se refere aos êxitos proselitistas dos hebreus [23]. O *proselitismo*, como atitude e como atividade, considerava-se eminentemente positivo e meritório, visto que se proporcionava aos gentios a possibilidade de serem objeto de eleição divina e de formarem parte do povo escolhido. Assim, por exemplo, no Midrash Rabbah encontram-se afirmações deste tipo: «quem se aproximar dum pagão e o converte deve ser considerado como se o tivesse criado» [24]; «quando chega um estrangeiro e se faz *prosélito*, dá-lhe a mão para que seja acolhido sob as asas da *shekinah*» [25]. Noutros autores como Eusébio de Cesareia, Epifânio de Salamina, Procópio e Teodoreto, o verbo *prosélyteio* costuma ter o significado de «ser estrangeiro»; S. João Crisóstomo também o emprega com este sentido [26].

Naturalmente, há muitos comentários patrísticos a *Mt 23, 25* nos quais se fazem interpretações sobretudo acerca do motivo por que o *prosélito* se

fazia pior do que o seu mestre [27]. Neste contexto, S. Agostinho considera que *fazer prosélitos* é como gerar filhos [28]. De qualquer modo, pode dizer-se que, nos primeiros séculos, o uso do termo *prosélito* para designar os convertidos ao cristianismo e o do seu derivado (*proselitismo*) não tinha qualquer conotação negativa.

3.3. *O reaparecimento do termo e o seu significado nas línguas modernas*

O mesmo se pode dizer dos séculos seguintes. As conversões ao cristianismo passam a ser numerosíssimas e a questão que se coloca à Igreja, numa Europa que se torna cristã, não é tanto procurar *prosélitos* mas a organização do catecumenato, o ensino da fé aos que solicitam o Batismo. Parece que foi pouco tempo depois da Reforma protestante, que reapareceu na linguagem cristã o uso da palavra *proselitismo*. Segundo David Bosch, foram os jesuítas os primeiros a utilizá-la com o significado de estender a fé cristã entre os não católicos, incluindo os protestantes [29]. Contudo, segundo o Oxford English Dictionary, o termo teria reaparecido em 1660 numa obra de H. Hammon [30]. No âmbito italiano, encontram-se referências muito numerosas ao *proselitismo* a partir de 1774 [31]. Em França parece que foi Montesquieu, em 1715, o primeiro a usar esta palavra [32], a qual não se encontra na Encyclopédie de Diderot e d'Alambert.

No que se refere ao significado atual, nas diversas línguas ocidentais, praticamente todos os dicionários e enciclopédias com maior prestígio coincidem em definir o *proselitismo* simplesmente como a atividade ou atitude destinada a fazer *prosélitos* [33]. É evidente que se trata duma realidade presente em múltiplos âmbitos (religioso, político, desportivo, económico, etc.) e, em princípio, plenamente legítima, embora como em qualquer outra atividade possa haver desvios ao nível moral [34]. Em alguns casos, insinua-se um sentido pejorativo do termo, como no alemão Duden-Rechtschreibung (de 1986), onde *Proselyt* se julga, originariamente, como convertido ao judaísmo e atualmente como o «novo convertido», e acrescenta que o termo derivado *Proselytenmacherei* (*proselitismo*), implica uma ideia negativa. Por outro lado, em diversos dicionários e enciclopédias,

noutras línguas, encontram-se sobretudo explicações do termo em sentido só positivo, especialmente em escritos de inspiração cristã. Assim, por exemplo, no *Lessico Universale Italiano*, afirma-se que «a atividade missionária é uma forma organizada de *proselitismo*» [35]; e, em castelhano, na *Gran Enciclopedia Rialp*, onde o termo *proselitismo* é entendido no sentido literal de «zelo para conseguir *prosélitos*», explica-se que, em sentido mais alargado, por *proselitismo* entende-se «a ação apostólica destinada a difundir a fé católica para que todos os homens consigam conhecer Cristo» [36].

Na Internet, podem encontrar-se sobre este tema fontes de todo o tipo; todavia, é significativo que, numa das mais consultadas em todo o mundo – por pertencer à Microsoft e estar disponível em muitas línguas –, o termo *proselitismo* é mencionado em vários artigos e, nunca em sentido negativo. Por exemplo, no artigo sobre «Liberdade de culto», diz-se que todos os cidadãos «podem professar livremente o próprio credo fazendo, eventualmente, também trabalho de *proselitismo*»; [37] e, no artigo «Propaganda», afirma-se que este conceito está «inicialmente ligado à atividade *proselitista* da Igreja Católica» [38]. Neste horizonte de liberdade encontram-se também algumas posições de autores atuais, como a de um político francês que chega a afirmar que o *proselitismo*, contanto que seja moderado, é reconhecido como uma componente intrínseca da liberdade religiosa» [39].

De todos estes dados, pode concluir-se que, embora nalgumas línguas, como o alemão, prevaleça atualmente um sentido negativo do termo *proselitismo*, que se afasta da sua raiz bíblica, em muitas outras línguas e contextos culturais, expressa uma atividade, em si mesma, positiva. Lê-se num *Dicionário teológico*, com poucos anos: «Segundo a Sagrada Escritura, o *prosélito* é o não judeu que se faz judeu, aceitando a fé judaica. É o *temente a Deus* que conhece a lei e a observa. Analogicamente, o cristianismo assumiu o termo de modo que *fazer proselitismo*, difundir a fé cristã (cristianizar, evangelizar), consideravam-se, até há bem pouco tempo, a mesma coisa» [40]. O referido *Dicionário* acrescenta que, juntamente com

o significado positivo e habitual, o termo proselitismo começou a ter recentemente também sentido negativo devido às atividades das seitas de origem protestante [41].

Antes do aparecimento deste fenómeno, de teor negativo do termo *proselitismo*, em alguns ambientes, os autores católicos, especialmente no contexto da vida espiritual, sempre usaram pacificamente a palavra *proselitismo* para se referir à atividade apostólica ou de evangelização: «o termo põe em relevo a dimensão pessoal da missão apostólica, ou seja, a necessidade de a realizar pessoa a pessoa com aqueles que se encontram ao seu lado» [42]. O cristão realiza esta missão especialmente nas suas relações de amizade, na sua vida familiar, profissional e social. Além de designar a atividade destinada a aproximar outros da Igreja ou ajudá-los a viver com coerência a fé católica, o termo *proselitismo* utilizou-se também com frequência no contexto da promoção de vocações específicas dentro da Igreja (para o sacerdócio, etc.). Também este uso está claramente inspirado no sentido bíblico de *prosélytos*.

Um exemplo atual importante, encontramos-lo em Caminho, livro de São Josemaria Escrivá de Balaguer, obra de espiritualidade de extraordinária difusão (até agora, mais de quatro milhões e meio de exemplares em 44 idiomas), onde há um capítulo cujo título é precisamente *Proselitismo*, em que se emprega o termo no seu sentido original, exclusivamente positivo. Só em edições de algumas línguas, poucas, onde há a tendência para valorizar negativamente o termo (concretamente em alemão e inglês) fez-se a tradução não literal, mas com expressões mais ou menos análogas (*Menschen gewinnen*», *Winning new apostles*). No entanto, numa edição recente bilingue, castelhano/inglês [43] o tradutor considerou mais adequado traduzir *proselitismo* por *proselytism*, explicando, em nota, o significado positivo que tem essa palavra.

3.4. Conclusão terminológica

O uso da palavra *proselitismo*, num sentido exclusivamente negativo, não é generalizada, nem sequer é, na maior parte dos casos, simples efeito

de uma evolução da linguagem. Frequentemente, a utilização que hoje se faz desta palavra, como se só tivesse um significado negativo, não se deve a que por tal palavra se entenda de facto – contra o seu significado original – uma atitude imoral (violenta, enganadora, etc.), mas considera-se também negativo o verdadeiro sentido positivo do *proselitismo*. Quer dizer, o problema de fundo é que, com a tendência que pretende impor-se em alguns ambientes, de usar a palavra *proselitismo* como algo negativo, pretende afirmar-se uma atitude relativista e subjetivista, sobretudo no plano religioso, perante a qual não faria sentido que uma pessoa pretendesse possuir a verdade e procurasse convencer outras para que a recebam com agrado e se incorporem à Igreja. O menosprezo – patente nalguns meios – da palavra *proselitismo*, sobretudo quando se refere ao apostolado cristão, tem muito a ver com essa «ditadura do relativismo que nada reconhece como definitivo e que deixa como última medida somente o próprio eu e as suas vontades» [44].

Por isso, é necessário reafirmar que a ação de convidar e favorecer que outras pessoas – não cristãs ou, noutro nível, cristãs não católicas – se incorporem à plena comunhão na Igreja Católica, respeitando a verdade, a intimidade e a liberdade de todos, é parte integrante da evangelização.

Por outro lado, também se está a pretender usar a palavra *proselitismo* com sentido exclusivamente negativo para designar a ação apostólica de promoção de determinadas vocações dentro da Igreja, que envolvem um compromisso sério (o sacerdócio e outros diversos modos organizados de procurar a plenitude da vida cristã). Neste caso, as motivações são variadas mas não de todo alheias ao próprio relativismo e subjetivismo.

Como é óbvio, a evangelização, tal como outra qualquer atividade humana, pode realizar-se com intenção ou métodos imorais (e de facto assim sucede nalgumas seitas não católicas e não cristãs). Contudo, seria uma grande falsidade histórica afirmar que isto tenha sido frequente na Igreja. O verdadeiro espírito cristão esteve sempre impregnado de caridade, como está explícito nas palavras de S. Josemaria Escrivá de Balaguer: «Não compreendo a violência: não me parece apta para convencer nem para

vencer. O erro supera-se com a oração, com a graça de Deus, com o estudo; nunca com a força, sempre com a caridade» [45]. Por outro lado, a possibilidade – e nalgumas seitas é a realidade – de um *proselitismo* moralmente incorreto não justifica que se atribua ao vocábulo sentido negativo. Mais ainda, a coerência deveria induzir a usar-se a palavra *proselitismo* sem qualquer adjetivo, para designar o seu sentido positivo original e ao mesmo tempo qualificá-la, de algum modo, quando se tratasse de uma atividade reprovável (por exemplo: *proselitismo negativo*, *proselitismo sectário*, *proselitismo violento*, etc.) a menos que o contexto o torne claramente desnecessário

Não existem motivos suficientes (nem linguísticos, nem históricos nem, muito menos, teológicos) para atribuir ao termo *proselitismo*, um sentido negativo. E, sobretudo, nada poderia justificar a pretensão de que a Igreja renunciasse à catolicidade da sua missão reconciliadora do mundo com Deus, quer dizer a estender-se ela mesma mais e mais, para a glória de Deus e salvação de todas as almas.

4. PROSELITISMO E ECUMENISMO

A pretendida desqualificação da palavra *proselitismo* está a ter especial relevância relativamente à atividade da Igreja Católica nos territórios de maioria ortodoxa. Neste contexto, torna-se mais patente que não estamos perante uma simples questão terminológica ou de evolução da linguagem. Com efeito, não se trata de que se use o termo *proselitismo* só para o que se deveria especificar como *proselitismo abusivo*, mas que se considera também reprovável o *proselitismo* em que se procura, respeitando plenamente a intimidade e a liberdade das pessoas, a incorporação de cristãos ortodoxos na Igreja Católica.

As motivações de semelhante desqualificação são variadas; do ponto de vista propriamente eclesiológico, o motivo que pode parecer mais importante é que os cristãos ortodoxos já estão incorporados numa verdadeira Igreja, como a própria Igreja Católica reconhece ao afirmar na Declaração *Dominus Iesus*, que as comunidades cristãs que, embora

separadas de Roma, conservaram validamente a Eucaristia e o Episcopado, são «verdadeiras Igrejas particulares» [46]. Todavia esta afirmação deve ser entendida no seu contexto e significado autênticos.

4.1. *Igreja Católica e Igrejas não católicas*

Antes de mais, é necessário confessar que Jesus Cristo fundou uma só Igreja, sobre Pedro e com a garantia de infalibilidade perante as perseguições, divisões e obstáculos de todo o tipo que haveria de encontrar ao longo da história (cf. *Mt* 16, 18). Assim foi e assim será sempre: existe uma só Igreja de Cristo que no Símbolo confessamos como una, santa, católica e apostólica [47].

Por outro lado, com o Concílio Vaticano II, na Constituição *Lumen Gentium*, nº 8, devemos sustentar que «esta Igreja, constituída e organizada neste mundo como sociedade, subsiste (*subsistit in*) na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em união com ele, que se encontra, embora (*licet*) fora da sua estrutura, se encontrem muitos elementos de santificação e de verdade, os quais, por serem dons pertencentes à Igreja de Cristo, impelem para a unidade católica».

Como se sabe, no esquema que depois deu lugar a este texto definitivo, dizia-se que a Igreja de Cristo é (est) a Igreja Católica [48]. Por esse motivo, a célebre expressão *subsistit in* foi depois objeto de diversas e contraditórias interpretações, sobre as quais não é necessário nos determos aqui. Na realidade, «a palavra “subsiste” não tem outro significado senão o de que “continua a existir”. Portanto, se a Igreja de Cristo “continua a existir” (*subsistit in*) na Igreja Católica, a continuidade da existência compreende uma substancial identidade de essência» [49]. Este significado coincide com a linguagem comum da cultura ocidental e é conciliável com o significado filosófico clássico: *subsiste aquilo que é em si e não em outro* [50]. E por isso, «o Concílio quer dizer-nos que a Igreja de Jesus Cristo como sujeito concreto neste mundo pode encontrar-se na Igreja Católica. Isto só pode acontecer uma vez, e a conceção segundo a qual o *subsistit* se haveria de multiplicar não apreende precisamente o que se queria dizer.

Com a palavra *subsistit* o Concílio queria expressar a singularidade e a não multiplicidade da Igreja Católica» [51]. Por isso, «contradiz o significado autêntico do texto conciliar a interpretação que da fórmula *subsistit in* deduzem a tese, segundo a qual, a única Igreja de Cristo poderia também subsistir em Igrejas e Comunidades eclesiais não católicas» [52].

É necessário observar que a *Lumen Gentium* (n. 8) ao afirmar a subsistência da Igreja de Cristo na Igreja Católica governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com ele (no sentido de *só nela*), refere-se explicitamente à Igreja enquanto estabelecida e organizada como sociedade neste mundo; e, imediatamente depois, afirma que fora da sua estrutura se encontram muitos elementos de santificação e de verdade. Isto remete-nos a considerar a Igreja não só na sua dimensão social mas também na sua dimensão mistérico-sacramental, como Corpo Místico de Cristo [53].

O Concílio Vaticano II, seguindo um uso tradicional, dá o nome de Igrejas às comunidades cristãs não católicas que conservaram, validamente, a Eucaristia e o Episcopado. Durante a elaboração do *Decreto Unitatis Redintegratio*, um dos relatores da respetiva Comissão conciliar explicou que não se pretendia entrar na questão debatida de quais são as condições para que uma comunidade seja Igreja em sentido teológico [54]. Mas isto não significa que esse título, atribuído a essas comunidades não católicas, fosse simplesmente honorífico ou sociológico, já que o próprio Decreto afirma que «pela celebração da Eucaristia do Senhor, em cada uma dessas Igrejas, a Igreja de Deus é edificada e cresce» [55]; expressão que deve interpretar-se à luz do n.º 8 da *Lumen Gentium*, ou seja no sentido de que nestas Igrejas existem muitos elementos de santificação e de verdade próprios da única Igreja de Cristo (a Igreja Católica).

Os posteriores desenvolvimentos teológicos e do magistério sobre este tema, conduziram à atribuição a estas comunidades, não católicas, que conservaram validamente a Eucaristia e o Episcopado o título, certamente de natureza teológica, de Igrejas particulares [56]. Do ponto de vista do Magistério, os momentos mais relevantes sobre o tema foram dois

documentos da Congregação para a Doutrina da Fé: a Carta *Communiois Notio*, de 1992, a qual afirma que estas comunidades «merecem o título de Igrejas particulares» [57]; e a Declaração *Dominus Iesus*, já citada, na sua afirmação de que são «verdadeiras Igrejas particulares» [58].

Compreende-se facilmente que onde Cristo se faz presente no sacrifício eucarístico do seu Corpo e do seu Sangue, ali está presente a Igreja, Corpo de Cristo mediante o qual o mesmo Senhor realiza a salvação na história. No entanto, nem toda a forma de presença da Igreja constitui uma Igreja particular, mas somente a presença com todos os seus elementos essenciais; por isso, para que uma comunidade seja verdadeiramente Igreja particular, «nela deve encontrar-se presente, como elemento próprio, a suprema autoridade da Igreja: o Colégio episcopal "juntamente com o Romano Pontífice, sua cabeça, e nunca sem a cabeça" (Lumen Gentium, n. 22)» [59]. Isto poderia parecer um obstáculo insuperável para entender como é que as Igrejas não católicas são «verdadeiras Igrejas particulares». Uma possível via de reflexão pode ser considerar a presença real do Primado petrino (e do Colégio episcopal) nas Igrejas não católicas, em virtude da unidade do Episcopado «uno e indiviso» [60]: uma unidade que, desde logo, não pode existir sem a comunhão com o Bispo de Roma. Ali onde, em virtude da sucessão apostólica exista validamente Episcopado, aí estará presente, como autoridade suprema (ainda que não seja de facto reconhecida) o Colégio episcopal com a sua Cabeça. Além disso, em qualquer celebração válida da Eucaristia há uma referência objetiva à comunhão universal com o Sucessor de Pedro e com a Igreja inteira [61], independentemente das convicções subjetivas. No entanto, é necessário não perder de vista que a ausência da plena comunhão com o Papa ocasiona uma ferida na própria eclesialidade dessas mesmas Igrejas [62]; ferida não só de natureza disciplinar ou canónica, mas também relativa à, não plena, profissão da fé católica. Por isso, a uma Igreja particular não católica, não lhe falta só a manifestação visível da plena comunhão para ser plenamente Igreja [63].

Voltando novamente ao dado fundamental da unicidade da Igreja de Cristo, é preciso afirmar que as Igrejas particulares não católicas são verdadeiras Igrejas pelo que têm de católicas e que não são plenamente Igrejas pelo que têm de não católicas. Com efeito, a sua eclesialidade está radicada no facto de que a «única Igreja de Cristo tem nelas uma presença operante» [64]. Por outras palavras, reconhecer o carácter de Igrejas a estas comunidades cristãs leva necessariamente a afirmar que também estas Igrejas não católicas são – em aparente paradoxo – porções da única Igreja, ou seja, da Igreja Católica; porções em situação teológica e canónica anómala. Ainda noutros termos, podemos dizer que se trata de uma «eclesialidade participada, segundo uma presença limitada e imperfeita da Igreja de Cristo» [65].

4.2. *Ecumenismo e proselitismo: conclusão*

A Igreja deve evangelizar em primeiro lugar os seus próprios membros, levando a cada um a doutrina íntegra do Evangelho e a plenitude dos meios de salvação. Membros da Igreja são também, no sentido atrás exposto, os fiéis das igrejas ortodoxas. Relativamente a estes, a Igreja deve empenhar-se em edificar a unidade de fé e de comunhão; unidade que é fruto da evangelização e, ao mesmo tempo, a sua semente, segundo a oração de Jesus: *Para que todos sejam um, assim como Tu, Pai, estás em Mim e Eu em Ti, para que também eles estejam em Nós e o mundo creia que Tu Me enviaste* (Jo 17, 21)

Daí que a Igreja não queira nem possa renunciar ao empenho ecuménico; empenho que se expressa em múltiplas atividades institucionais, mas que não se reduz a estas, pois também é responsabilidade pessoal de todos os cristãos [66]. Concretamente, quando um fiel católico se encontra em contacto com um cristão não católico, o *proselitismo* consiste em procurar, como expressão de sincera amizade, ajudá-lo no seu possível caminho para a Igreja Católica – respeitando plenamente a sua intimidade e a sua liberdade –, não só não é reprovável, mas uma manifestação de caridade autêntica. Na sua realidade teológica profunda, quem dá esse passo não «muda de uma Igreja para outra», mas

incorpora-se plenamente à Igreja a que estava unido imperfeitamente: a Igreja de Cristo una, santa, católica e apostólica. Noutros termos, é ajudar uma pessoa, segundo o clássico adágio da filosofia grega, a que *chegue a ser o que na realidade já era* [67].

Em todos os aspetos do ecumenismo, institucionais e pessoais, os obstáculos são grandes. É muito necessária «aquela *purificação da memória*, tantas vezes recordada por João Paulo II, a única que pode predispor os ânimos ao acolhimento da plena verdade de Cristo» [68].

Sobretudo, sempre permanece aberto o espaço para a oração, para a ação de graças, para o diálogo e para a esperança na ação do Espírito Santo [69].

Mons. Fernando OCÁRIZ

Faculdade de Teologia

Pontifícia Universidade da Santa Cruz

ROMA

Scripta Theologica 2006

NOTAS

[1] S. AGOSTINHO, *Sermo XCVI*, 8 (PL 38, 588).

[2] Cf. L.F. MATEO-SECO, *Estudios sobre la cristología de Gregorio de Nisa*, Eunsa, Pamplona 1978, 161-165.

[3] S. JOSEMARIA ESCRIVÁ, *Cristo que Passa*, n. 131.

[4] PAULO VI, Ex. Ap. *Evangelii Nuntiandi*, 8-12-1975, n. 17.

[5] BENTO XVI, *Homilia*, 15-5-2005.

[6] JOÃO PAULO II, Enc. *Redemptoris Missio*, 7-12-1990, n. 46.

[7] CONCILIO VATICANO II, Decl. *Dignitatis Humanae*, n. 4. Cf. JOÃO PAULO II, Enc. *Redemptoris Missio*, n. 55

[8] JUAN PABLO II, *Atravessar o Limiar da Esperança*, Planeta/1, Lisboa 1994, p.109

[9] SECRETARIADO PARA A UNIDADE DOS CRISTÃOS, *Directório ecuménico*, 14-5-1967, n. 28, nota 15: AAS 59 (1967) 584.

[10] GRUPO MISTO IGREJA CATÓLICA E CONSELHO ECUMÉNICO DAS IGREJAS, Terceira relação oficial (1971), Apêndice II, Documento de estudo sobre testemunho e proselitismo, 8,4, nota 6: *Enchiridion Oecumenicum* 1, 386.

[11] JOÃO PAULO II, Carta *Mentre si intensificano*, 31-05-1991, n. 5: AAS 84 (1992) 167.

[12] COMISSÃO PONTIFÍCIA «PRO RÚSSIA», *L'Église a repi*, 1-6-1992, n. 3: EV 13,1822.

[13] Cf. CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A UNIDADE DOS CRISTÃOS, *Directório para o ecumenismo*, 25-03-1993, n. 23, nota 41: AAS 85 (1993) 1048.

[14] GRUPO MISTO IGREJA CATÓLICA E CONSELHO ECUMÉNICO DAS IGREJAS, *O repto do proselitismo e a chamada ao testemunho comum*, 25-09-1995, parte IV, §1, em *Il Regno documenti*, 21 (1998) 713.

[15] *Ibid.*, nota 14.

[16] Cf. K.G. KUHN, «*Prosélytos*», em *Theologisches Worterbuch zum Neuen Testament*, ed. ital., Brescia (1980) XI, 303.

[17] Entre as inscrições funerárias da comunidade judaica em Itália, que foram encontradas, o termo *prosélytos* aparece oito vezes: seis referindo-se a mulheres e dois a homens. Também na comunidade de Qumrân aparece a palavra: três vezes no Documento de Damasco e uma no livro de Tobias. Entre os hebreus empregava-se também o verbo *qarab*, que significa literalmente «aproximar-se» e que indicava «fazer um prosélito». Assim, o verbo chega a ser um termo técnico para indicar a aceitação dos prosélitos em Israel (cf. J. A. LOADER, «An Explanation to the Term Prolesutos», *Novum Testamentum* 15 [1973] 270-277). Sobretudo no judaísmo tardio, ou seja a partir do século II depois de Cristo, encontram-se diferenças pronunciadas entre o judaísmo palestino e o judaísmo helenista. Entre os hebreus da diáspora, mais do que exigir aos prosélitos a circuncisão e o cumprimento dos preceitos culturais, exigia-se em primeiro lugar o monoteísmo e a seguir as normas éticas da Antiga Aliança. Pelo contrário, na Palestina a circuncisão do prosélito era absolutamente necessária.

[18] Cf. H. KUHLI, «*Prosélytos*», em H. BALZ-G. SCHNEIDER, *Dizionario esegetico del Nuovo Testamento*, Brescia 1998, 1151-1154. Há diversas hipóteses sobre os motivos que tornavam o prosélito pior do que o seu mestre: cf. E. LERLE, *Proselytenwerbung und Urchristentum*, *Evangelische Verlagsanstalt*, Berlin 1960, 64-65.

[19] Por exemplo, segundo Harnack, Jesus não teria dado nunca o mandato de se dirigirem aos pagãos, mas que isto teria sido «uma simples construção devida ao desenvolvimento do tempo posterior» (A. HARNACK, *Missione e propagazione del cristianesimo nei primi tre secoli*, Cosenza 1986, 28; orig. alemão de 1902).

[20] Cf. G. SCHNEIDER, *Gli Atti degli Apostoli*, Brescia 1985, 352.

[21] Cf. SÃO JUSTINO, *Dialogus cum Tryphone*, 121,4 y 122,1: PG 6, 758-759.

[22] *Ibid.*, 28, 2: PG 6, 535.

[23] Cf. FLAVIO JOSEFO, *Contra Apionem*, 2,10, 39: CSEL 37, 99.

[24] *Gen. Rab.*, 39,14.

[25] *Lev. Rab.*, 134b.

[26] Cf. S. JOÃO CRISÓSTOMO, *Exp.in Psalmos*, CXIX, 2, 5: PG 55, 341.

[27] Cf., por exemplo, os comentários recolhidos por S. TOMÁS DE AQUINO, *Cathena Aurea, in Math.*, 23, 5.

[28] Cf. SANTO AGOSTINHO, *Contra Faustum*, 16,29: PL 42, 336.

[29] D.J. BOSCH, *Transfimming Mission*, Orbis Books, New York 1991, 1.

[30] *OXFORD ENGLISH DICTIONARY*, Oxford 1992, XII, 664.

[31] Em M. CORTELAZZO- P. ZOLLI, *Dizionario etimologico della lingua italiana*, Bologna 1979, cita-se neste sentido um artigo *Giornale Enciclopedico* de Novembro de 1774, 24.

[32] Cf. MONTESQUIEU, *Lettres Persanes*, LXXXV, H. Barckhausen, Paris 1913, 167.

[33] Por exemplo, cf: em italiano, *Lessico Universale Italiano* (1977), *Grande Dizionario Enciclopedico* (1990); em castelhano, *Diccionario de la Real Academia de la Lengua Española* (2001), *Enciclopédia Espasa e Gran Enciclopedia Rialp*; em inglês, *Webster's Unabridged Dictionary* (1972) e *The New Catholic Encyclopedia* (1992).

[34] B. MONDIN, *Dizionario Storico e Teologico delle Missioni*, Urbaniana University Press, Città del Vaticano 2001, 379-380.

[35] *Lessico Universale Italiano*, XVII, 742.

[36] J.A. GARCÍA-PRIETO, "Proselitismo», *Gran Enciclopedia Rialp*, 19, 268.

[37] *Enciclopédia Microsoft Encarta* (2001), artigo "Liberdade de culto».

[38] *Ibid.*, artigo "Propaganda».

[39] N. SARKOZY, *La république, les religions, l'espérance*, Cerf, Paris 2004, 153.

[40] B. MONDIN, *Dizionario Storico e Teologico delle Missioni*, Urbaniana University Press, Città del Vaticano 2001, 379-380.

[41] Neste sentido, também na Internet se podem encontrar explicações como esta sobre o proselitismo: «A tradição cristã desde tempos antigos utiliza este termo, para designar o zelo apostólico de anunciar a fé e incorporar novos fiéis à Igreja ou a alguma das suas instituições. Nos últimos decénios começou a difundir-se outro significado desta palavra, que costuma associar-se a situações em que para atrair alguém ao seu grupo se utiliza a violência ou a coação, ou pretende-se de algum modo forçar a consciência ou manipular a liberdade. Como é óbvio, esses modos de atuar são completamente alheios ao espírito cristão e são totalmente reprováveis. Mas o proselitismo no seu sentido clássico e despojado dessas conotações negativas é algo plenamente legítimo: se se negasse às pessoas a sua liberdade para ajudar a outras a encaminhar-se para o que se considera a verdade, cair-se-ia numa perigosa forma de intolerância» (cf. www.interrogantes.net).

[42] A. BYRNE (ed.), J Escrivá: *Camino. The way*». An annotated bilingual edition, Scepter, London 2001, 273: "For the word "proselytism" and its derivatives can be misinterpreted in Spanish as in English. One can, certainly, seek to recruit followers of Christ in the wrong way and for the wrong reason. But there is an equally perilous opposite error, that of thinking that religion is so private a matter that we cannot and should not

seek to influence people to follow our way. The author insists in this chapter that we not only have a right, but also a duty, to spread the faith. If we believe that Christ promises eternal life to his followers, we cannot but be apostles. As Saint Paul said, "Woe to me if I do not preach the gospel!" (1 Cor 9, 16). At the very least, we Christians have as much right to spread our religious ideas, as others have to spread their political, social, artistic ideas; and if we don't, it will be a sign that our religion do es not mean much to us». Cf., también, P. RODRÍGUEZ, J Escrivá de Balaguer: "Camino". Edición crítico-histórica, Rialp, Madrid 2002, 864-865.

[43] A. BYRNE (ed.), J Escrivá: *Camino. The way*. An annotated bilingual edition, Scepter, London 2001, 273: "For the word "proselytism" and its derivatives can be misinterpreted in Spanish as in English. One can, certainly, seek to recruit followers of Christ in the wrong way and for the wrong reason. Bur there is an equally perilous opposite error, that of thinking that religion is so private a matter that we cannot and should not seek to influence people to follow our way. The author insists in this chapter that we not only have a right, but also a duty, to spread the faith. If we believe that Christ promises eternal life to his followers, we cannot but be apostles. As Saint Paul said, "Woe to me if I do not preach the gospel!" (1 Cor 9, 16). At the very least, we Christians have as much right to spread our religious ideas, as others have to spread their political, social, artistic ideas; and if we don't, it will be a sign that our religion do es not mean much to us». Cf., también, P. RODRÍGUEZ, J Escrivá de Balaguer: *Camino. Edición crítico-histórica*, Rialp, Madrid 2002, 864-865.

[44] J. RATZINGER, *Homilia na Missa de inauguração do Conclave*, 18.04.2005.

[45] S. JOSEMARIA ESCRIVÁ DE BALAGUER, *Temas Actuais do Cristianismo*, n. 44.

[46] CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, Decl. *Dominus Iesus*, 6-08-2000, n. 17.

[47] Cf. CONCÍLIO VATICANO II, Const. *Lumen Gentium*, n. 8; Decr. *Unitatis Redintegratio*, n. 4; JOÃO PAULO II, Enc. *Ut Unum Sint*, 25-5-1995, n. 11; CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, Decl. *Mysterium Ecclesiae*, 24-06-1973, n. 1.

[48] Cf. F. GIL HELLÍN, *Concilii Vaticani II Synopsis. Constitutio Dogmatica De Ecclesia «Lumen Gentium»*, Città del Vaticano 1995, 64 y 697.

[49] U. BETTI, «Chiesa di Cristo e Chiesa Cattolica», *Antoniano* 61 (1986) 743.

[50] Cf. P. RODRÍGUEZ-J.R. VILLAR, «Las "Iglesias y Comunidades eclesiales" separadas de la Sede Apostólica Romana», *Diálogo Ecuménico* 39 (2004) 606.

[51] J. RATZINGER, «L'ecclesiologia della Costituzione "Lumen gentium"», en R. FISICHELLA (dir.), *Il Concilio Vaticano II. Recezione e attualità alla luce del Giubileo*, Cinisello B. 2000, 79.

[52] CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, Decl. *Dominus Iesus*, 16-08-2000, nota 56.

[53] Cf. J. RATZINGER, *Il nuovo Popolo di Dio*, Brescia 1971, 253-259.

[54] Cf. *ActaSynodalia*, III/IV, 14, 1.

[55] CONCÍLIO VATICANO II, Decr. *Unitatis Redintegratio*, n. 15.

[56] Já nas intervenções de alguns Padres conciliares, durante a elaboração do Decreto *Unitatis Redintegratio*, se lhes havia dado esse nome: cf., por exemplo, *Acta Synodalia*, II/V, 567, 3.

[57] CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, Carta *Communio Notio*, 28-05-1992, n. 17.

[58] Ibid., Decl. *Dominus Iesus*, n. 17.

[59] Ibid., Carta *Communio Notio*, n. 13.

[60] Cf. CONCÍLIO VATICANO I, Const. *Pastor Aeternus*, prómio; CONCÍLIO VATICANO II, Const. *Lumen Gentium*, n. 18.

[61] Cf. CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, Carta *Communio Notio* n. 14.

[62] Cf. Ibid., n. 17.

[63] Chiesa, ecumenismo e política, Cinisello B. 1987, 75-76.

[64] JOÃO PAULO II, Enc. *Ut unum sint*, n. 11.

[65] P. RODRÍGUEZ - J.R. VILLAR, «Las Iglesias y Comunidades eclesiales»..., cit., 608.

[66] CONCÍLIO VATICANO II, Decr. *Unitatis Redintegratio*, n. 5.

[67] Fórmula que João Paulo II aplica à família, em JOÃO PAULO II, Ex. Ap. *Familiaris consortio*, 22-11-1981, n. 17.

[68] BENTO XVI, *Homilia*, 20-04-2005, n. 5.

[69] Cf. JOÃO PAULO II, Enc. *Ut unum sint*, n. 102.

ECUMENISMO

É já muito o que todos os cristãos têm em comum. Contudo, a divisão que ainda existe é uma ferida no corpo da Igreja. Na Semana para a Unidade dos Cristãos apresenta-se este artigo sobre o Ecumenismo.



Na encíclica *Ut unum sint*, João Paulo II assinalava a centralidade da tarefa ecuménica: «o movimento a favor da unidade dos cristãos, *não é um mero “apêndice”* que se acrescenta à actividade tradicional da Igreja. Pelo contrário, pertence organicamente à sua vida e à sua acção»[1]. Como o seu antecessor, Bento XVI também quis pôr o máximo empenho no restabelecimento da unidade de todos os discípulos do Senhor. «Pelo que a mim diz respeito, renovo (...) a minha firme vontade, manifestada no princípio do meu pontificado, de assumir como compromisso prioritário trabalhar, sem poupar energias, no restabelecimento da unidade plena e visível de todos os seguidores de Cristo»[2]. Esta profunda preocupação pela unidade afecta todos os católicos. Uma aspiração essencial dos cristãos é a comunhão plena de todos os homens com Deus – de acordo com a oração do Senhor: **que todos sejam um**[3] – como membros da única Igreja fundada por Cristo, que «continua a existir» (*subsistit in*) na Igreja Católica, como ensina a constituição dogmática *Lumen gentium*[4].

Para alcançar a plena comunhão entre os cristãos, o mais importante é a oração, bem unida à de Cristo: **não rogo somente por eles, mas também por aqueles que não-de acreditar em Mim por meio da sua palavra**[5], **para que sejam um, como também Nós somos um: Eu neles e Tu em mim, para que a sua unidade seja perfeita**[6]. «Não podemos “fazer” a unidade só com as nossas forças. Podemos obtê-la somente – diz Bento XVI – como dom do Espírito Santo. Portanto, o ecumenismo espiritual, quer dizer, a oração, a conversão e a santidade de vida, são o coração do encontro e do movimento ecuménico»[7]. Na sua oração, todos os fiéis da Obra pedem todos os dias com as mesmas palavras do Senhor: *Ut omnes unum sint, sicut tu Pater in me et ego in te: ut sint unum, sicut et nos unum sumus*. Movido pelo desejo de promover a unidade, S. Josemaria exorta cada cristão: *oferece a oração, a expiação e a acção por esta finalidade: «ut sint unum!», para que todos os cristãos tenham uma mesma vontade, um mesmo coração, um mesmo espírito: para que «omnes cum Petro ad Iesum per Mariam!», que todos, bem unidos ao Papa, vamos a Jesus, por Maria*[8].

O DRAMA DAS DIVISÕES

A missão da Igreja – presença de Jesus Cristo no tempo, que chamamos justamente “tempo da Igreja” – é edificar a unidade de fé e de comunhão entre os homens. «Não se deve esquecer – advertia João Paulo II – que o Senhor pediu ao Pai a unidade dos seus discípulos, para que esta fosse testemunho da sua missão»[9]. Com efeito, o próprio Jesus assinalou a finalidade missionária dessa estreita unidade: *ut mundus credat*, **a fim de que o mundo acredite que Me enviaste**[10]. A divisão contradiz a vontade de Cristo e constitui uma séria dificuldade para a evangelização. Concretamente, «a falta de unidade entre os cristãos é certamente uma *ferida* para a Igreja, não no sentido de ficar privada da sua unidade, mas enquanto obstáculo para a realização plena da sua universalidade na história»[11].

As transformações históricas levaram, no entanto, a discrepâncias e separações entre os cristãos por vezes sem culpa das partes implicadas[12]. Por isso João Paulo II convidava todos os cristãos – católicos e não católicos – a uma «necessária purificação da memória histórica» e a «reconsiderarem juntos o seu doloroso passado» para «reconhecer juntos, com sincera e total objectividade, os erros cometidos e os factores contingentes que intervieram na origem das suas lamentáveis separações»[13]. Por outro lado, os cristãos que agora nascem nas Igrejas e comunidades não católicas – como sublinhou o Decreto *Unitatis redintegratio*[14] – não têm culpa da separação passada e são amados pela Igreja e reconhecidos como irmãos.

UM PATRIMÓNIO COMUM

É muito o que os cristãos já têm em comum. Une-nos a Sagrada Escritura, a vida da graça e das virtudes, a comunhão de orações e outros dons espirituais[15]. Verifica-se, inclusivamente, entre todos nós, que acreditamos em Cristo, um modo de «verdadeira união no Espírito Santo»[16], já que Ele actua, também, nos cristãos não católicos e «os santifica com os Seus dons e graças e, a alguns deles, deu forças

inclusivamente para derramar o seu sangue»[17]. Principalmente, a incorporação a Cristo pelo baptismo, património comum de todos os cristãos, estabelece entre nós – católicos e não católicos – um vínculo sobrenatural. Todos os cristãos nascem nas águas do baptismo. Como ensina o Concílio Vaticano II no Decreto *Unitatis redintegratio*, «aqueles que crêem em Cristo e receberam devidamente o baptismo estão numa certa comunhão, ainda que não seja perfeita, com a Igreja católica»[18]. «A fraternidade entre os cristãos – diz Bento XVI – não é simplesmente um vago sentimento e nem sequer nasce de uma forma de indiferença a respeito da verdade (...). Baseia-se na realidade sobrenatural de um único baptismo, que nos enxerta a todos no único Corpo de Cristo (cfr. *1 Co* 12, 13; *Ga* 3, 28; *Col* 2, 12). Juntos confessamos Jesus Cristo como Deus e Senhor; juntos reconhecemo-Lo como único mediador entre Deus e os homens (cfr. *1 Tm* 2, 5), sublinhando a nossa pertença comum a Ele (cfr. *Unitatis redintegratio*, n. 22; *Ut unum sint*, n. 42). A partir deste fundamento essencial do baptismo, que é uma realidade que procede de Cristo, uma realidade no ser e depois no professar, no crer e no actuar, o diálogo deu os seus frutos e continuará a dá-los»[19].

A consciência de partilhar essa riqueza comum é o fundamento *comum* do ecumenismo. Esta consciência é, com efeito, a que nos leva a uma consideração especialmente positiva das outras confissões cristãs e deve suscitar um trato mútuo marcado pela consciência gozosa de serem uns e outros – todos – *cristãos*. Por este motivo, «é preciso que os católicos reconheçam com alegria e apreciem os bens verdadeiramente cristãos, procedentes do património comum, que se encontram nos nossos irmãos separados»[20]. Esta avaliação é, pois, de grande importância: redundante na estima e no modo peculiar de viver a caridade com esses nossos irmãos que não são católicos. Por estar enraizada na fé comum em Jesus Cristo, o modo de viver com eles o amor cristão tem, com efeito, rasgos especiais.

Outra é, no entanto, a situação dos não crentes e dos que não professam a religião cristã. Com os não cristãos a Igreja deseja e procura outro tipo de diálogo, o chamado diálogo *inter-religioso*, que é diferente do ecumenismo,

porque o ponto de partida é radicalmente diverso. Neste contexto ocupa um lugar próprio, como é bem sabido, a relação dos cristãos com os hebreus, nossos *irmãos mais velhos*, de acordo com a expressão utilizada por João Paulo II[21], com quem o Povo de Deus do Novo Testamento está espiritualmente unido.

ECUMENISMO E "CONVERSÕES": RELAÇÃO E DIVERSIDADE

Como ensina o Concílio Vaticano II, «por “movimento ecuménico” entendem-se as actividades e as iniciativas que, de acordo com as diversas necessidades da Igreja e as circunstâncias actuais, se promovem e se ordenam a favorecer a unidade dos cristãos»[22]. O movimento ecuménico dirige-se mais às comunidades do que às pessoas individuais e responde especificamente a uma dimensão de índole “corporativa”: trabalhar para que as diversas Igrejas e comunidades cristãs cheguem, enquanto tais, à plena comunhão em ordem à unidade visível. O ponto de partida é essa identidade cristã comum de que falávamos. Simultaneamente, cada confissão deve estar consciente dos seus rasgos próprios, pois só a partir do reconhecimento da própria identidade se pode dialogar.

Embora o empenho ecuménico se expresse em múltiplas actividades institucionais entre as confissões cristãs, não se reduz a elas, pois constitui uma responsabilidade pessoal de todos os cristãos. Não se trata de uma tarefa somente para especialistas, ou de um âmbito afastado da existência quotidiana. Trata-se de «um imperativo da consciência cristã iluminada pela fé e guiada pela caridade»[23]. O ecumenismo é, simplesmente, uma dimensão da existência cristã. Por exemplo, como já assinalou o Concílio Vaticano II, a todos afecta a preocupação por «eliminar palavras, juízos e acções que não respondam, segundo a justiça e a verdade, à condição dos irmãos separados e que, por isso, tornam mais difíceis as relações mútuas com eles»[24].

Mas, sobretudo, entre os que receberam o Baptismo, a primeira palavra do diálogo destina-se a fomentar precisamente o que supõe para todos o

Sacramento da regeneração, e levá-lo às suas últimas consequências: *ser bons cristãos*. Por outras palavras, o encontro de um católico – que seja consciente da sua fé – com um ortodoxo, um anglicano ou um protestante, tenderá a suscitar em primeiro lugar que cada um viva de modo mais pleno o cristianismo, ou que comece a praticar a sua fé, se o não fazia antes. É necessário considerar antes de tudo esta riqueza comum da chamada baptismal a viver *uma vida nova* em Cristo. Todos os fiéis cristãos estão chamados à santidade[25]. «Recordem todos os fiéis que promoverão e inclusivamente praticarão tanto melhor a união dos cristãos quanto mais se esforçarem por viver uma vida mais pura de acordo com o Evangelho. Pois quanto mais estreita for a sua comunhão com o Pai, o Verbo e o Espírito, mais íntima e facilmente poderão aumentar a fraternidade mútua»[26].

À luz desta consideração, salta à vista quão atractiva é a mensagem que Deus confiou a S. Josemaria para a sua difusão, e as possibilidades tão amplas de acção ecuménica que temos. Ao mesmo tempo, «os bens presentes nos outros cristãos podem contribuir para a edificação dos católicos»[27], que se sentirão chamados à sua própria conversão pessoal, porque todo o testemunho autêntico de fé e de amor cristãos incita a uma maior entrega em todos.

No âmbito da relação com os outros cristãos cabe considerar outra tarefa, que é – com palavras da *Unitatis redintegratio* – «o trabalho de preparação e de reconciliação das pessoas singulares que desejam a plena comunhão católica»[28], quer dizer, a atenção àqueles cristãos de outras confissões que desejam ser católicos. É necessário distinguir, como faz o Decreto, a actividade ecuménica e a atenção a estas situações particulares. A primeira – o ecumenismo – orienta-se para a união plena e visível das Igrejas e comunidades eclesiais como tais. Agora, pelo contrário, nessa atenção de que falamos, trata-se de algo que afecta a pessoa concreta, a consciência das pessoas que tomam livremente a decisão de ser católicas. As duas tarefas fundamentam-se no desejo de colaborar com o desígnio de Deus e, longe de se opor, estão intimamente *interligadas*[29]. O pressuposto comum é sempre o respeito e a estima das pessoas, das suas ideias e da

riqueza que possuem pela sua dimensão religiosa[30]. Por exemplo, o testemunho de vida de um colega ou amigo católico pode suscitar noutro cristão, com a graça de Deus, o desejo de uma vida realmente cristã no seio da Comunidade eclesial a que pertence; mas pode despertar também, no processo da graça, o desejo de se incorporar na Igreja católica. O amigo católico acompanhará essa decisão com a sua oração e a sua palavra, com pleno respeito da sua liberdade. Desse modo, manifesta uma amizade sincera, que comporta a confiança e brota da caridade que Deus derramou nos nossos corações: só Ele, com efeito, pode mudar o nosso coração.

De modo genérico, caberia dizer que um cristão que dá esse passo na realidade não muda ou regressa de uma Igreja para outra, mas incorpora-se *plenamente na Igreja*, a única Igreja, a que já estava unido de maneira *não plena*: a Igreja de Cristo, una, santa, católica e apostólica, a que preside, a partir da Cátedra de Roma, o Sucessor de Pedro. Esse amigo chega a ser totalmente o que já era de modo imperfeito. Por esta razão, aqueles que aderem ao catolicismo preferem, em certos casos, não falar de *conversão*: para eles, não sem razão, a sua conversão é na realidade um processo de conversões – poderão ocorrer muitas ao longo da vida – que se inicia com o Baptismo, até chegar, com um novo impulso da graça, a dar o passo para a plena comunhão, para o lar: Roma! Com grande delicadeza por estes sentimentos, o Concílio Vaticano II substituiu a expressão “conversão” – mais apropriada, em bom rigor, para quem aceita pela primeira vez o cristianismo – por “plena incorporação”.

Certamente estas decisões são motivo de profunda alegria para os filhos da Igreja católica, que desejam vivamente e trabalham para que todos os homens alcancem a plena comunhão com Deus e com os outros na Igreja universal.

PARA ENTABULAR UM DIÁLOGO VERDADEIRO

Como seres sociais, os homens necessitam de comunicar com os outros, apoiar-se uns nos outros, para superar as dificuldades, para gozar do produto dos seus afãs e contribuir para o conhecimento da verdade. Deus

fez o homem de tal maneira que não pode deixar de partilhar com outros a sua vida e aspira a que os outros o compreendam e respeitem. Por isso, o diálogo é um reconhecimento da humanidade do interlocutor; num clima que estará necessariamente empapado de cordialidade, de amizade e de caridade.

A atitude aberta e respeitadora do católico no diálogo ecuménico requer um conhecimento e uma exposição clara da fé[31]: «a *paridade*, que é um pressuposto do diálogo, refere-se à igualdade da dignidade pessoal das partes, não aos conteúdos doutrinários»[32]. Por isso, é muito importante que os católicos conheçam, cada um de acordo com as suas próprias possibilidades, os documentos do Concílio Vaticano II, o Catecismo da Igreja Católica e outros textos importantes, como, por exemplo, a carta *Communio nis notio*, a declaração *Dominus Iesus* e as recentes *Responsa ad quaestiones* emanadas da Congregação para a Doutrina da Fé.

Entabular um diálogo com outros cristãos requer, além disso, que possam ajuizar que se está em condições de descobrir os valores positivos que tem a fé que receberam por intermédio da sua comunidade cristã, ainda que com deficiências. Mas isto exige aos católicos formação, estudo, conhecimento profundo da nossa fé.

A partir do estudo, o diálogo. Os cristãos podem sempre aprender uns com os outros e chegar a valorizar ainda mais realidades que já conheciam. Também encontram um acicate ao ver a profundidade com que outros aprofundam na sua fé. É significativo, por exemplo, o estudo da Escritura tão enraizado na vida de muitos protestantes; a beleza de tantas celebrações litúrgicas ortodoxas; o amor à Sagrada Eucaristia e a sua centralidade na vida dos católicos, tão atractiva para muitos protestantes. Os ensinamentos de S. Josemaria sobre a santificação do trabalho suscitam um grande interesse e simpatia em tantos cristãos. É crucial redescobrir a convergência que existe em aspectos como estes, sem perder de vista que só a caridade permite superar as divisões. *Tarefa do cristão: afogar o mal em abundância de bem. Não se trata de campanhas negativas, nem de ser anti nada. Pelo contrário: viver de afirmação, cheios de optimismo, com juventude, alegria*

e paz; ver todos com compreensão: aos que seguem a Cristo e aos que O abandonam ou não O conhecem. Mas compreensão não significa abstencionismo, nem indiferença, mas actividade[33].

«Faz falta, ainda antes de falar, ouvir a voz, mais ainda, o coração do homem, compreendê-lo e respeitá-lo», dizia o Papa Paulo VI[34]. Se não se descobre no interlocutor um desejo sincero de conhecer e compreender, ninguém pode sentir-se respeitado e inclinado a dialogar: *nada deve ser mais alheio à atitude do apóstolo cristão do que a arrogância enfatuada ou, como agora se costuma dizer, o triunfalismo. A nossa doutrina não é fruto do nosso esforço, da nossa perspicácia ou do nosso engenho, mas palavra de Deus que veio a nós: não porque fossemos melhores do que os outros ou porque estivéssemos mais preparados, mas porque o Senhor quis usar-nos como seus instrumentos (...). Mais ainda: estamos persuadidos de que essa verdade divina, que levamos, nos transcende: que as nossas palavras são insuficientes para expressar toda a sua riqueza, que é inclusivamente possível que não a entendamos com plenitude e que façamos o papel de quem transmite uma mensagem que ele próprio não compreende de todo*[35]. Não somos proprietários da verdade, não nos pertence; queremos ser cooperadores da verdade: **cooperatores simus veritatis**[36]; procuramos actuar na verdade e por ela.

COM A CARIDADE DE CRISTO

Para que cumprais como é devido a parte que vos compete na missão da Igreja, é preciso que não esqueçais o exemplo de Cristo. Não há verdadeiro diálogo cristão, se não reproduzir o modo de ser e de operar do Senhor. O exemplo de Jesus Cristo leva-nos a dialogar; esse mesmo exemplo ensina-nos como temos que falar com os homens[37]. Com palavras de S. Josemaria, são dois os traços fundamentais: *fidelidade à verdade, amizade aos homens. Não pode haver um diálogo fecundo sem que se dê ou se crie entre os que dialogam um clima de autêntica amizade, de honradez e de certeza*[38].

Sem amor aos outros não pode haver um ecumenismo verdadeiro, mas meras estratégias, que por si só resultam infecundas: *o Senhor chamou-nos numa altura, em que se fala muito de paz e não há paz: nem nas almas, nem nas instituições, nem na vida social, nem entre os povos. Fala-se continuamente de igualdade e de democracia e abundam as castas: fechadas, impenetráveis. Chamou-nos num tempo, em que se clama por compreensão e a compreensão prima pela ausência, inclusivamente entre pessoas que trabalham de boa fé e querem praticar a caridade, porque – não o esqueçais – a caridade, mais do que em dar, consiste em compreender*[39]. Verdadeiro diálogo é só aquele que nasce de um desejo de amizade sincera, de um afã de ajudar e de servir os outros. «O clima do diálogo é a amizade. Mais ainda: o serviço»[40].

Os católicos, na acção ecuménica, devem preocupar-se com os irmãos, orando por eles, conviver com eles e antecipar-se ao seu encontro. O amor há-de estar na raiz de todas as acções humanas. Com palavras de S. Paulo, ***omnia vestra in caritate fiant***[41]: todas as vossas obras sejam feitas em caridade. Por isso, além do conhecimento mútuo, é necessária também a estima e o afecto verdadeiro, que surgem espontaneamente, como perceberam, no dia 7 de Outubro de 2002, os que acompanhavam o Patriarca da Igreja ortodoxa romena, no fim da audiência concedida por João Paulo II aos participantes na canonização de S. Josemaria. Este evento ecuménico teve uma forte repercussão, em pessoas da Roménia e em muitas outras; algumas conheciam pouco o Opus Dei, outras participam nos seus apostolados, como manifestavam com imensa alegria famílias de ortodoxos libaneses que assistiram à cerimónia.

A vida dos santos permite descobrir o que Deus realiza naqueles que pertencem a outras Igrejas e comunidades eclesiais. «É justo e saudável reconhecer as riquezas de Cristo e as obras de virtude na vida de outros que dão testemunho de Cristo, por vezes até ao derramamento de sangue: Deus é sempre admirável e digno de admiração nas suas obras»[42]. Os que deram a vida por Cristo constituem assim um ponto de encontro: «Este comum testemunho de santidade, como fidelidade ao único Senhor, é um potencial

ecuménico extraordinariamente rico de graça»[43]. «O *ecumenismo dos santos*, dos mártires, é talvez o mais convincente. A *communio sanctorum* fala com uma voz mais forte do que os elementos de divisão. O *martyrologium* dos primeiros séculos constituiu a base do culto dos santos. Proclamando e venerando a santidade dos seus filhos e filhas, a Igreja rendia a máxima honra ao próprio Deus; nos mártires venerava Cristo, que estava na origem do seu martírio e da sua santidade. Desenvolveu-se posteriormente a praxis da canonização, que ainda perdura na Igreja católica e nas ortodoxas»[44].

SUSCITAR A COLABORAÇÃO AO SERVIÇO DOS HOMENS

Criar as condições para que surjam actividades conjuntas de cristãos de diferentes confissões, ou para que outros cristãos cooperem em actividades da Igreja Católica, facilita o conhecimento mútuo e, na medida em que essa cooperação se realiza, essas actividades aproximam-nos da plena comunhão dos cristãos.

A colaboração no campo social é uma via concreta proposta pelo Concílio Vaticano II para o exercício do ecumenismo, que os fiéis da Prelatura, como todos os membros da Igreja, devem secundar. «A cooperação de todos os cristãos põe em evidência de um modo vivo aquela união com que já estão vinculados e expõe com uma luz mais clara o rosto de Cristo Servo. É necessário que esta cooperação, estabelecida já em não poucas nações, se vá aperfeiçoando cada vez mais, principalmente nas regiões onde se leva a cabo um desenvolvimento social ou técnico, tanto na justa estima da dignidade da pessoa humana, como na promoção do bem da paz, no impulso da aplicação social do Evangelho, na penetração das ciências e das artes, pelo espírito cristão, em procurar todo o tipo de remédios contra as misérias do nosso tempo, como são a fome e as calamidades, o analfabetismo e a miséria, a falta de habitação e a injusta distribuição dos bens. Por meio desta cooperação, todos os que crêem em Cristo podem facilmente aprender como conhecer-se melhor uns aos outros, apreciar os outros e aplanar o caminho para a unidade dos cristãos»[45].

De modo especial em muitos lugares do Ocidente, mas também no resto do mundo, «a presença dos cristãos – afirmava recentemente Bento XVI – só será eficaz e iluminadora se tivermos a valentia de percorrer com decisão o caminho da reconciliação e da unidade (...). Todos temos uma responsabilidade específica (...); é mais fácil o encontro entre os povos; há mais oportunidades de aumentar o conhecimento e a estima recíproca, com um enriquecedor intercâmbio mútuo de dons; sente-se a necessidade de enfrentar unidos os grandes desafios do momento, começando pelo da modernidade e a secularização. A experiência demonstra amplamente que o diálogo sincero e fraterno gera confiança, elimina temores e preconceitos, supera dificuldades e abre o confronto sereno e construtivo»[46].

* * *

Escrevi-vos tantas vezes, com as palavras de Paulo: veritatem facientes in caritate (Ef4, 15), praticando a verdade na caridade: este é o modo de dialogar, de dar doutrina[47]. O “encontro” ecuménico, vivido na vida secular, é para que *todos* procuremos caminhar na verdade e na caridade e sejamos melhores discípulos de Jesus Cristo, porque *todos* estamos chamados pelo Senhor – desde o Baptismo! – à santidade pessoal. É a grande mensagem de S. Josemaria, reafirmada no Concílio Vaticano II.

Hoje a Igreja necessita esse “ecumenismo prático” que brota também do espírito da Obra: o ecumenismo no meio de todas as actividades humanas. É como ir estendendo por todas as partes muitas redes de cristãos amigos, de discípulos de Cristo, de “amigos de Deus”, para a conversão do mundo. São as redes do *Duc in altum!*, as redes do apostolado *ad fidem*, de que falava S. Josemaria; são as redes que recolherão *piscium multitudinem copiosam*: homens e mulheres que vivem no paganismo ou no neopaganismo. E enquanto os pescadores cumprem, unidos na amizade humana e cristã, o mandato de Cristo, o amor de Deus Pai conceder-lhes-á a plena comunhão pela qual orou – e ora no Céu – o seu Filho: *ut unum sint*, e isto – repitamo-lo com Jesus – *ut mundus credat*: para que as redes se encham até transbordar.

Tudo é possível com esta condição: que *não percais nunca o diálogo com o nosso Deus, vivo e amante, com o Espírito Santo, com Cristo, Senhor Nosso e com Maria, Rainha do Céu e Mãe da Igreja. Daí retirareis cada dia luzes de doutrina, desejos de apostolado, afã de almas, caridade universal e delicada*[48].

Pedro Rodríguez

NOTAS

[1] João Paulo II, Litt. enc. *Ut unum sint*, 25-5-1995, n. 20.

[2] Bento XVI, *Discurso para a Comissão preparatória da III Assembleia Ecuménica Europeia*, 26-1-2006.

[3] *Jn* 17,21.

[4] Cfr. Conc. Vaticano II, Const. dogm. *Lumen gentium*, n. 8; Congregação para a Doutrina da Fé, *Responsa ad quaestiones*, 29-6-2007, quaest. 2.

[5] *Jn* 17, 20.

[6] *Jn* 17, 22-23.

[7] Bento XVI, *Discurso no encontro ecuménico por ocasião da XX Jornada Mundial da Juventude*, 19-8-2005.

[8] S. Josemaria, *Forja*, n. 647.

[9] João Paulo II, Litt. enc. *Ut unum sint*, 25-5-1995, n. 23.

[10] *Jn* 17, 21.

[11] Congregação para a Doutrina da Fé, Decl. *Dominus Iesus*, 6-8-2000, n. 17.

[12] Cfr. Conc. Vaticano II, Decr. *Unitatis redintegratio*, n. 3.

[13] João Paulo II, Litt. enc. *Ut unum sint*, 25-5-1995, n. 2.

[14] Cfr. Conc. Vaticano II, Decr. *Unitatis redintegratio*, n. 3.

[15] *Ibid.*

[16] João Paulo II, Litt. enc. *Ut unum sint*, 25-5-1995, n. 12.

[17] *Ibid.*

[18] Conc. Vaticano II, Decr. *Unitatis redintegratio*, n. 3.

[19] Bento XVI, *Discurso no encontro ecuménico por ocasião da XX Jornada Mundial da Juventude*, 19-8-2005.

[20] Conc. Vaticano II, Decr. *Unitatis redintegratio*, n. 4.

[21] Cfr. João Paulo II, *Discurso na sinagoga de Roma*, 13-4-1986.

[22] Conc. Vaticano II, Decr. *Unitatis redintegratio*, n. 4.

[23] João Paulo II, Litt. enc. *Ut unum sint*, 25-5-1995, n. 8.

[24] Conc. Vaticano II, Decr. *Unitatis redintegratio*, n. 4.

[25] Cfr. Conc. Vaticano II, Const. dogm. *Lumen gentium*, n. 40.

[26] Conc. Vaticano II, Decr. *Unitatis redintegratio*, n. 7.

[27] *Ibid.* n. 4, e João Paulo II, Litt. enc. *Ut unum sint*, 25-5-1995, n. 48.

[28] Conc. Vaticano II, Decr. *Unitatis redintegratio*, n. 4.

[29] Cfr. *ibid*; Congregação para a Doutrina da Fé, Nota Doutrinal *sobre alguns aspectos da Evangelização*, 3-12-2007, n. 12 (IV. Algumas

implicações ecuménicas).

[30] Cfr. João Paulo II, Litt. enc. *Redemptoris missio*, 7-12-1990, n. 55.

[31] Cfr. Conc. Vaticano II, Decr. *Unitatis redintegratio*, nn. 9-11.

[32] Congregação para a Doutrina da Fé, Decl. *Dominus Iesus*, 6-8-2000, n. 22.

[33] S. Josemaria, *Sulco*, n. 864.

[34] Paulo VI, Litt. enc. *Ecclesiam suam*, 6-8-1964, n. 33.

[35] S. Josemaria, *Carta 24-X-1965*, n. 25 , en “ABC”, Madrid, 17-5-1992, p. 63.

[36] *3 Jn* 1, 8.

[37] S. Josemaria, *Carta 24-X-1965*, n. 15, en “ABC”, Madrid, 17-5-1992, p. 62.

[38] *Ibid.* n. 20, en “ABC”, Madrid, 17-5-1992, p. 63.

[39] S. Josemaria, *Cristo que passa*, n. 123.

[40] Paulo VI, Litt. enc. *Ecclesiam suam*, 6-8-1964, n. 33.

[41] *1 Cor* 16, 14

[42] Conc. Vaticano II, Decr. *Unitatis redintegratio*, n. 4.

[43] João Paulo II, Litt. enc. *Ut unum sint*, 25-5-1995, n. 48.

[44] João Paulo II, Litt. apost. *Tertio millennio adveniente*, 10-11-1994, n. 37.

[45] Conc. Vaticano II, Decr. *Unitatis redintegratio*, n. 12.

[46] Bento XVI, *Discurso para a Comissão preparatória da III Assembleia Ecuménica Europeia*, 26-1-2006.

[47] S. Josemaria, *Carta 24-X-1965*, n. 75, em “*Studi Cattolici*”, Milão, VII/VIII-1985, p. 410.

[48] *Ibid.* n. 76, em “*Studi Cattolici*”, Milão, VII/VIII-1985, p. 410.

O CORAÇÃO ABERTO DE DEUS: MISERICÓRDIA E APOSTOLADO

Quando afasta a tentação de submeter os reinos da terra, Jesus deixa entrever como é o seu domínio da história. Embora aos olhos humanos possa parecer uma ingenuidade, Deus reina com a sua misericórdia. E assim quer que os seus enviados, os cristãos, O façam presente no mundo.



«O Meu reino não é deste mundo», responde Jesus, quando Pilatos O questiona sobre as acusações do Sinédrio. Ele é Rei, mas não como os homens consideram *rei*: «se o Meu reino fosse deste mundo, os Meus ministros haviam de se esforçar para que Eu não fosse entregue aos judeus; mas o Meu reino não é daqui» [1]. Poucas horas antes, em Getsemani, tinha falado em termos parecidos a Pedro, para lhe fazer embainhar a espada: «Julgas, porventura, que Eu não posso rogar a Meu Pai e que poria já ao Meu dispor mais de doze legiões de anjos?» [2] Não é com a força das armas dos homens que Deus irrompe no mundo, mas com a «espada de fio duplo» da Sua Palavra, que «descobre os sentimentos e pensamentos do coração» [3]. Jesus «não combate para consolidar um espaço de poder. Se

quebra cercas e questiona seguranças é para abrir uma brecha para a torrente da Misericórdia que, com o Pai e o Espírito, deseja derramar sobre a terra. Uma Misericórdia que procede muito melhor, anuncia e traz algo novo: cura, liberta e proclama o ano da graça do Senhor» [4].

Deus olha o coração

«No mundo tereis sofrimentos, mas confiai: Eu venci o mundo, *ego vici mundum* »[5]. Do cenáculo, a oração sacerdotal de Jesus conforta os discípulos de todos os tempos; o Senhor vence, mesmo quando o anúncio do Evangelho encontra grandes dificuldades, ao ponto de parecer que a causa de Deus vai fracassar. *Christus vincit*, mas segundo um desígnio que não responde à lógica do poder humano: «os Meus pensamentos não são os vossos pensamentos, nem os vossos caminhos são os meus caminhos» [6].

«Dar-Te-ei todo este poder e a sua glória, porque me foram entregues e os dou a quem quero» [7]. Quando o demónio mostrou a Jesus todas as nações da terra, não Lhe oferecia tanto luxo e possessões como a submissão dos homens à Sua vontade, através de um controlo mundano. O diabo desfigura a promessa do Pai ao Filho recolhida no Salmo II: «pede-Me e dar-te-ei em herança as nações» [8]; mundaniza-a: propõe-Lhe uma redenção sem sofrimento. Mas «Jesus tem bem claro que não é o poder mundano que salva o mundo, mas o poder da cruz, da humildade, do amor» [9].

Ao afastar essa tentação e traçar esse mesmo caminho para todos os cristãos, Jesus deixa entrever como é o Seu domínio da história, ainda que aos olhos humanos possa parecer loucura: Deus reina com a Sua misericórdia. Se o Seu reino não é deste mundo, tão pouco o é a Sua misericórdia; mas precisamente por isso, porque nasce «do alto» [10], pode abraçá-lo e salvá-lo.

«O homem vê as aparências, mas o Senhor vê o coração»[11] Deus não saberia o que fazer com uma submissão formal, externa, mas vazia. Ele procura cada homem, bate à porta de cada um [12]: «dá-Me, filho, o teu

coração e que os teus olhos guardem os Meus caminhos» [13]. É assim o domínio de Deus, que vence porque consegue desarmar-nos; vence, não porque reprima as nossas ânsias de felicidade, mas porque nos faz ver que essas ânsias, sem Ele, são uma via morta.

«Quanto mais os chamava, mais eles se afastavam de Mim», lamenta-se o Senhor através do profeta Oseias [14]. Mas ainda que os homens possam resistir às chamadas de Deus, os cristãos sabem que no final, por pouco que deixem uma frincha na porta da alma, Deus abre caminho na nossa vida, e rendemo-nos diante do Seu amor incansável: a sua Misericórdia é «uma Misericórdia a caminho, uma Misericórdia que cada dia procura o modo de dar um passo em frente, um passinho mais além, avançando sobre as terras de ninguém, em que reinava a indiferença e a violência» [15]. Por isso o apostolado, que nasce da fé, transborda serenidade: «a tua vida, o teu trabalho, não deve ser trabalho negativo, não deve ser “anti-nada”. É, deve ser! afirmação, otimismo, juventude, alegria e paz» [16].

Amar com o Amor de Deus

«Ao ver as multidões encheu-Se de compaixão, porque estavam maltratadas e abatidas como ovelhas sem pastor» [17]. O olhar de Deus sobre as almas não é um olhar angustiado, mas compassivo, quer chegar a todos, através dos seus filhos. «O amor de Deus foi derramado nos nossos corações por meio do Espírito Santo que se nos deu» [18]: Ele faz-nos viver imersos nesse Amor divino, que é o clima vital, o ambiente familiar em que Deus nos quer introduzir, já agora na terra e, depois, por toda a eternidade. «O nosso amor – diz S. Josemaría – não se confunde com uma postura sentimental, tão pouco com a simples camaradagem, nem com o pouco claro desejo de ajudar os outros para demonstrarmos a nós mesmos que somos superiores. É conviver com o próximo, venerar (...) a imagem de Deus que há em cada homem, procurando que também ele a contemple, para que saiba dirigir-se a Cristo» [19] Trata-se, pois, de deixar que Deus, que vive em mim, ame através de mim: amar com o amor de Deus.

«O Amor... bem vale un amor!»<[\[20\]](#)Nestas palavras que S. Josemaría saboreava, olham-se o Coração infinito de Deus e o coração dos homens, pequeno mas capaz de se alargar para acometer coisas grandes. O Amor de Deus bem vale o amor de uma vida dedicada a encher-se d’Ele e a repartir a sua misericórdia às mãos cheias. Esta chamada é para magnânimos, um convite a empreender um alto voo escondido, a maior parte das vezes, na trama prosaica da vida de todos os dias. «Ter um coração misericordioso não significa ter um coração débil. Quem deseja ser misericordioso necessita de um coração forte, firme, fechado ao tentador, mas aberto a Deus. Um coração que se deixe impregnar pelo Espírito e guiar pelos caminhos do amor que nos levam aos irmãos e irmãs. Em resumo, um coração pobre, que conhece as suas próprias pobrezaas e o dá todo pelo outro»[\[21\]](#).

Tirar as sandálias diante da terra do outro

Um coração pobre não é um pobre coração. Quem «conhece as suas próprias pobrezaas» é capaz de se encher da riqueza do amor de Deus. «O Deus que compartilha as nossas amarguras, o Deus que se fez homem para levar a nossa cruz, quer transformar o nosso coração de pedra e chamar-nos a compartilhar também o sofrimento dos outros; quer dar-nos um “coração de carne” (...) que sinta compaixão e nos leve ao amor que cura e socorre» [\[22\]](#) Pôr-nos-emos, então, ao lado de cada um, não só como quem tem muito que ensinar, mas também como quem tem muito que aprender. Quanto mais capazes formos de receber dos outros, mais brilho adquirirá tudo o que Deus colocou na nossa alma. É o coração que fala verdadeiramente ao coração – *cor ad cor loquitur* – como tão perspicazmente percebeu S. John Henry Newman [\[23\]](#): quem tira «as sandálias diante da terra sagrada do outro» [\[24\]](#), quem se deixa surpreender por ele, pode então ajudá-lo verdadeiramente. «Se vem um amigo ou uma amiga que teve uma escorregadela na vida e caiu, vai e oferece-lhe a mão, mas oferece-lha com dignidade. Põe-te ao lado dele, ao lado dela, escuta-o (...). Deixa-o falar, deixa que te conte, e então, pouquinho a pouquinho, vai-te estendendo a mão, e vós ides ajudá-lo em nome de Jesus Cristo. Mas

se vais de repente e lhe começas a pregar, e a “bater” e a “bater”, pois, pobrezito, vais deixá-lo pior do que estava» [25].

Hoje em dia um cristão encontra-se com pessoas nas situações mais variadas. Se verdadeiramente se aproxima do outro com o coração aberto, poderá deixar na sua alma algo «da paz de Deus que supera todo o entendimento»[26]; e, cada um a seu modo, lhe deixará também uma marca na alma. Por vezes tratar-se-á de cristãos que nunca praticaram a sua fé, que a abandonaram pouco depois da primeira Comunhão; ou que, talvez, depois de anos de prática religiosa e mesmo de fervor, sucumbiram às solicitações da comodidade, do relativismo, da tibieza. Muitas outras vezes, tratar-se-á de pessoas que nunca ouviram falar de Deus numa conversa de tu a tu. Alguns, talvez ao princípio, mostrar-se-ão reticentes, porque pensam que têm que se defender de uma invasão da sua liberdade. A nossa serenidade de filhos de Deus será então, como sempre, a melhor arma: «Alegrai-vos sempre no Senhor; repito-vos, alegrai-vos. Que a vossa compreensão seja patente a todos os homens. O Senhor está próximo»[27]. A misericórdia de Deus levar-nos-á a acolher a todos, como Jesus[28]; e, também como Jesus, a deixar-nos acolher por todos[29], a estar com as pessoas; a interessar-nos pelas suas perplexidades, sem passar por cima dos problemas; a esforçarmo-nos por lhes abrir horizontes, partindo do lugar em que se encontram; a exigir-lhes com decisão mas com suavidade, sem deixar de lhes estender a mão.

«A Igreja, unida a Cristo, nasce de um Coração ferido. Desse Coração, aberto de par em par, transmite-se-nos a vida»[30]. Todo o apostolado autêntico é também sempre apostolado da Confissão: ajudar os outros a experimentar o transbordar da misericórdia de Deus, que nos espera como o pai do filho pródigo, desejoso de nos dar o abraço paternal que nos purifica e nos permite voltar a olhá-l’O cara a cara a Ele e aos outros. «Se, por qualquer motivo, te afastas d’Ele, reage com a humildade de começar e de recomeçar; de fazer de filho pródigo todos os dias, inclusive repetidamente nas vinte e quatro horas do dia; de reconciliar o teu coração contrito na Confissão, verdadeiro milagre do Amor de Deus. Neste Sacramento

maravilhoso, o Senhor limpa a tua alma e inunda-te de alegria e de força para não desanimares na tua luta e para voltares de novo sem cansaço a Deus, mesmo quando tudo te pareça obscuro. Além disso, a Mãe de Deus, que é também nossa Mãe, protege-te com a sua solicitude maternal e dá-te confiança no teu caminhar»[31] .

Poderia parecer supérfluo dizê-lo, mas sabemos que não é: os prediletos da misericórdia de Deus são os nossos irmãos na fé. «Pois o que não ama o seu irmão, a quem vê, não pode amar a Deus, a quem não vê»[32]. O nosso primeiro apostolado está no nosso próprio lar e entre aqueles que formam a casa de Deus que é a Igreja. O nosso zelo pelas almas seria uma ficção se o nosso coração fosse insensível aos demais cristãos. Deus quer que recebam muito amor para, por sua vez, o poder dar. Por isso é necessário ultrapassar, por exemplo, a habituação que por vezes se produz no convívio com as pessoas mais próximas, as distâncias que se criam quando apenas nos guiamos pela nossa afinidade natural, ou as pequenas tensões do dia a dia. «Dos primeiros seguidores de Cristo afirmava-se: vede como eles se amam! Pode dizer-se o mesmo de ti, de mim, a toda a hora?»[33]. Muito espera Deus do amor fraterno dos cristãos para que a torrente da sua Misericórdia[34] abra caminho entre os homens, para que, com a força do Espírito, o mundo saiba que o Pai enviou o seu Filho e nos amou como o amou a Ele[35].

Carlos Ayxelá

NOTAS

[1] *Jo* 18, 36.

[2] *Mt* 26, 53.

[3] *Heb* 4, 12.

[4] Francisco, Homilia, 24-III-2016.

- [5] *Jo* 16, 33.
- [6] *Is* 55, 8.
- [7] *Lc* 4, 5-6.
- [8] *Sal* 2, 8.
- [9] Bento XVI, Audiência, 13-III-2013.
- [10] *Lc* 1, 78.
- [11] *1 S* 16, 7.
- [12] Cfr. *Ap* 3, 20.
- [13] *Pr* 23, 26.
- [14] *Os* 11, 2.
- [15] Francisco, Homilia, 24-III-2016.
- [16] S. Josemaría, *Sulco*, 864.
- [17] *Mt* 9, 36.
- [18] *Rm* 5, 5.
- [19] S. Josemaría, *Amigos de Deus*, n. 230.
- [20] S. Josemaría, *Caminho*, n. 171.
- [21] Francisco, Mensagem para a Quaresma, 4-X-2014.
- [22] Card. Joseph Ratzinger, Apresentação da *Via Sacra*, 25-III-2005.
- [23] Trata-se do lema que o Santo escolheu quando foi feito Cardeal.

[24] Francisco, Ex. Ap. *Evangelii Gaudium*, 24-XI-2013, 169

[25] Francisco, Discurso, 16-II-2016.

[26] *Fil* 4, 7.

[27] *Fil* 4, 4-5.

[28] Cf. *Mt* 9, 10-1; *Jo* 4, 7 ss

[29] Cfr. *Lc* 7, 36; 19, 6-7.

[30] S. Josemaría, *Cristo que passa*, n. 169.

[31] *Amigos de Deus*, n. 214.

[32] 1 *Jo* 4, 20.

[33] *Sulco*, n. 921.

[34] Cfr. Francisco, Homilia, 24-III-2016.

[35] Cfr. *Jo* 17, 23.

**“VAI E FAZ O MESMO”:
A LEI DE DEUS E A MISERICÓRDIA**

Quem é o meu próximo? O Senhor responde a esta pergunta de um doutor da Lei com a parábola do bom samaritano. Abre assim diante dele, e diante de nós, o horizonte das bem-aventuranças, que mostram a profundidade da Lei de Deus. Novo artigo sobre a misericórdia.



Em certa ocasião um doutor da Lei aproximou-se do Senhor, para Lhe perguntar o que devia fazer para conseguir a vida eterna. Na realidade, queria pôr à prova a ortodoxia desse Rabi de Nazaré, de quem, ao que parece, não sabia o que pensar [1]. Mas o Senhor não se aborrece; aceita o diálogo e devolve-lhe a pergunta: «O que está escrito na Lei? O que lês tu?» [2] O doutor responde com umas palavras do *Shemá Israel, Escuta Israel*, que todo israelita aprendia em pequeno: «Amarás o Senhor teu Deus com todo o teu coração e com toda a tua alma e com todas as tuas forças e com toda a tua mente» [3]; e acrescenta, com o livro do Levítico: «e ao teu próximo como a ti mesmo» [4] Nessas duas fórmulas se sintetizam toda a Lei e os Profetas [5], de modo que o Senhor diz: «respondeste bem: faz isso

e viverás» [6]. O doutor não esperava que a sua pergunta se resolvesse com essa simplicidade desarmante. «Querendo justificar-se» [7], insiste então com uma nova questão: «E quem é o meu próximo?» [8] O Senhor não se rende, quer ganhar a confiança do seu interlocutor. Fala-lhe então ao coração, e com ele aos homens e mulheres de todos os tempos, com a sua linguagem ao mesmo tempo simples e solene: é a parábola do bom samaritano.

“Fazer-se próximo”

No pobre homem assaltado no caminho de Jerusalém para Jericó, os Padres da Igreja viam Adão, e com ele – porque Adão significa precisamente “homem” – a humanidade maltratada pelo seu próprio pecado, pelo nosso próprio pecado. No bom samaritano reconheciam Jesus, que vem com paciência curar-nos, depois de terem passado ao largo aqueles que na realidade não eram capazes de trazer ao mundo a salvação. Ele, pelo contrário, sim que pode, e quer. Assim imagina uma antiga e venerável homilia o seu encontro com Adão – que é também encontro com cada um de nós – na sua descida aos infernos: «Eu sou o teu Deus, que por ti e por todos os que hão-de nascer de ti me fiz teu filho; e agora te digo que tenho o poder de anunciar aos que estão cativos: “Saí”, e aos que se encontram nas trevas: “Iluminai-vos” e aos que dormem: “Levantai-vos”» [9]. Com Jesus, são chamados a levar a sua salvação – a ser bons samaritanos – os seus ungidos: os cristãos. Como o seu Senhor, também eles devem vendar as feridas dos homens e deitar nelas *óleo e vinho*[10]: devem ser bons estalajadeiros até ao regresso do Samaritano. «Essa pousada, se vos apercebeis, é a Igreja. Agora é pousada, porque a nossa vida é um ir de passagem; será casa que nunca abandonaremos, uma vez que tenhamos chegado sãos ao reino dos céus. Entretanto, aceitamos com gosto a cura na pousada» [11].

Este é o horizonte que o Senhor quer abrir ao doutor da Lei e, com ele, a todos os cristãos e a todos os homens. Não lhe reprova a sua estreiteza: fá-lo pensar primeiro, e depois, sonhar: «Pois vai (...), e faz o mesmo» [12] Como sucede com frequência nos Evangelhos, é bom não passar demasiado

depressa sobre a concisão do relato. A resposta à pergunta de Jesus – «quem foi o seu próximo?» – é certamente óbvia: «aquele que usou de misericórdia para com ele» [13]. O que não é evidente, pelo contrário, é *porque é que* o Senhor faz esta pergunta, que dá a volta à questão do doutor da Lei: «Jesus inverte a perspectiva: não se trata de reconhecer o outro como meu semelhante, mas de ser capaz de me fazer semelhante ao outro» [14]. Perante uma atitude que manifesta estreiteza, que delimita o campo de ação para fazer o bem – avaliando, por exemplo, se os outros pertencem ao meu grupo, ou, se depois me devolverão o favor – o Senhor responde convidando a elevar a vista, a ser ele mesmo próximo.

A palavra *próximo* passa assim, de qualificar um tipo de pessoas que mereceriam a minha atenção, para se converter numa qualidade do coração. Pedagogia de Deus, que dá a volta à pergunta a quem fazer o bem? e assim a transfigura: o que era matéria de discussão e de casuística nas escolas rabínicas – onde estava o limite, até onde tinha que me compadecer com os outros – converte-se num desafio audaz. O cristão, dizia São João Paulo II, «não se questiona sobre a quem deve amar, porque perguntar-se “quem é o meu próximo?” já implica pôr limites e condições (...) A pergunta legítima não é “quem é o meu próximo?”, mas antes “de quem me devo fazer próximo?”. E a resposta é: “qualquer pessoa que tenha necessidades, embora me seja desconhecido, converte-se para mim em próximo, a quem devo ajudar”» [15]. É a *proximidade*[16], neologismo do Papa Francisco que nos recorda a nossa vocação para ser *próximos* do nosso próximo, a ser «ilhas de misericórdia no meio do mar da indiferença» [17].

O caminho para a plenitude da Lei

Poder-se-ia dizer que este diálogo com o doutor da Lei compendia o caminho que leva desde os ensinamentos morais do Antigo Testamento até à plenitude da vida moral em Cristo. É que, como recorda São Paulo, a Lei do Povo Eleito é boa e santa [18], mas não definitiva. Ordenava-se, sobretudo, a preparar os corações para a chegada de Nosso Senhor.

A pergunta do fariseu – «qual é o principal mandamento da Lei?»[19] – parece refletir certo desânimo perante a quantidade enorme de preceitos que, com uma visão legalista, se tinham ido introduzindo na vida religiosa israelita. Noutra momento, Jesus Cristo queixa-se dos doutores da Lei «porque impondes aos homens cargas insuportáveis, mas vós nem com um dos vossos dedos as tocais» [20]. Ainda mais, por vezes as tradições humanas tinham acabado por ser uma desculpa para não se sujeitar a um mandato divino: assim, o Senhor denuncia a atitude daqueles que se escudavam nas oferendas do Templo para não ajudar os seus pais [21].

Por isso, Jesus Cristo aponta para o fundamental: o Amor a Deus e ao próximo. Deste modo, se cumpre o que diz d’Ele mesmo: que não veio «para abolir a Lei ou os Profetas; não vim aboli-los, mas a dar-lhes a sua plenitude» [22]. A Aliança que Deus tinha celebrado com o seu Povo incluía determinadas prescrições que não tinham o sentido original de lhes impor cargas mas antes, muito pelo contrário, o de os levar por caminhos de liberdade: «Hoje ponho diante de ti a vida e o bem, ou a morte e o mal. Se escutares os mandamentos do Senhor, teu Deus, que eu hoje te prescrevo (...), então viverás e te multiplicarás: o Senhor, teu Deus, te abençoará na terra de que vais tomar posse» [23].

A terra prometida aos hebreus é uma figura da terra interior em que os homens e mulheres de todos os tempos podem entrar, se viverem no seu autêntico sentido os mandamentos do Senhor. São uma porta para chegar à comunhão com Deus, porque fora dela qualquer outra terra é inóspita: «o que se necessita para conseguir a felicidade, não é uma vida cómoda, mas um coração enamorado» [24].

Se os preceitos rituais e legais do Povo de Israel cessaram com a vinda de Jesus Cristo, os Dez Mandamentos, conhecidos também como Decálogo, são perenes: recolhem os princípios fundamentais para poder amar a Deus – pondo-O acima de tudo, respeitando o seu nome santo, dedicando-lhe os dias de festa, como fazem os cristãos ao domingo - e aos outros - fomentando o carinho e reverência aos pais, protegendo a vida, a pureza de coração, etc. - Quantas gerações de israelitas meditaram a verdade e a

solicitude de Pai contidas nessas dez palavras! «Os teus preceitos são a minha herança perpétua, a alegria do meu coração» [25], uma demonstração da misericórdia divina, que não quer que nos extraviemos, que deseja que tenhamos uma vida plena. O mundo pode opor-se, por vezes, aos Mandamentos, como se fossem imposições fora de moda, próprias de um estádio infantil da humanidade; mas não faltam exemplos de como as sociedades e as pessoas se desmoronam quando pensam que as podem ignorar. As dez palavras do Senhor são as constantes do universo interior do homem; se se alteram, o seu coração desfigura-se.

Para que sejais filhos do vosso Pai

O Decálogo fica como que englobado na Nova Lei que Jesus Cristo instaurou ao salvar-nos dando a sua vida na Cruz. Esta Lei Nova é a graça do Espírito Santo dada mediante a fé em Cristo [26]. Portanto, agora, já não temos só um horizonte moral a que aspirar: trata-se de viver em Jesus, de nos parecermos cada vez mais com Ele, deixando que o Espírito Santo nos transforme, para assim cumprir os seus mandamentos.

Como ser mais parecidos a Jesus Cristo? Onde podemos ver o seu modo de ser? Diz o Catecismo que «As bem-aventuranças desenham o rosto de Jesus Cristo e descrevem a sua caridade» [27] Nesses ensinamentos que os evangelhos recolhem, vemos o retrato de Nosso Senhor, o seu rosto que revela o amor compassivo do Pai por todos os homens. Estes recolhem as promessas feitas ao Povo Eleito, mas aperfeiçoam-nas ordenando-as não já para a posse da terra, mas para o Reino dos Céus [28].

No evangelho de Mateus, as primeiras quatro bem-aventuranças referem-se a uma atitude ou forma de ser que se centra nas palavras de Jesus[29]: «Bem-aventurados os pobres em espírito», «os que choram», «os mansos», «os que têm fome e sede de justiça». Convidam a confiar totalmente em Deus e não nos nossos recursos humanos, a enfrentar com sentido cristão os sofrimentos, a ser pacientes todos os dias. A estas bem-aventuranças acrescentam-se outras que põem o acento na ação: «Bem-aventurados os misericordiosos», «os limpos de coração», «os pacíficos», e

outras mais que chamam a atenção de que para seguir Jesus temos que sofrer algumas contradições [30], sempre com alegria, pois «a felicidade do Céu é para os que sabem ser felizes na terra» [31]

As bem-aventuranças manifestam certamente a misericórdia de Deus, que se empenha em dar uma alegria sem limites àqueles que o seguem: «Alegrai-vos e regozijai, porque a vossa recompensa será grande no Céu» [32]. Não são, no entanto, uma coleção de aforismos para imaginar um utópico mundo melhor que *alguém* se ocupará de tornar possível, ou para se consolar falsamente diante das dificuldades do momento. Por isso, as bem-aventuranças são também chamamentos exigentes de Deus ao coração de cada homem, que impulsionam a comprometer-se a trabalhar pelo bem e pela justiça já nesta terra.

Considerar com frequência as bem-aventuranças, talvez na oração pessoal, ajuda a saber como as aplicar na vida diária. Por exemplo, a mansidão concretiza-se tantas vezes «no sorriso amável para quem te incomoda, aquele silêncio ante a acusação injusta, a tua conversa afável com os maçadores e com os importunos, não dar importância cada dia a um pormenor ou outro, aborrecido e impertinente, de pessoas que convivem contigo...» [33].

Ao mesmo tempo, quem procura viver segundo o espírito das bem-aventuranças, vai incorporando na sua personalidade determinadas atitudes e modos de julgar as coisas que lhe dão maior facilidade para cumprir os mandamentos. A limpeza de coração permite-lhe ver a imagem de Deus em cada pessoa, considerando-a como alguém digno de respeito e não como objeto para satisfazer desejos retorcidos. Ser pacíficos leva-nos a viver como filhos de Deus e a reconhecer os outros como seus filhos, seguindo esse «caminho mais excelente» [34] da caridade, que «tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta» [35], transformando os agravos em ocasião de amar e rezar pelos que causam dano [36]. Em resumo, moldar o nosso coração segundo os contornos que as bem-aventuranças traçam torna realidade o ideal que Jesus Cristo nos propõe de ser «misericordiosos como o vosso Pai celestial é misericordioso» [37]. Transformamo-nos em

portadores do amor de Deus, aprendemos a ver nos outros esse *próximo* que necessita da nossa ajuda; somos em Cristo esse bom samaritano que sabe conduzir-se pela misericórdia para cumprir em plenitude a lei da caridade. Então o nosso coração dilata-se, como sucedeu com o da Virgem Santíssima.

Carlos Ayxelá – Rodolfo Valdés

NOTAS

[1] Cfr. *Lc* 10, 25.

[2] *Lc* 10, 26.

[3] *Dt* 6, 5.

[4] *Lv* 19, 18.

[5] *Mt* 22, 40.

[6] *Lc* 10, 28.

[7] *Lc* 10, 29.

[8] *Lc* 10, 29.

[9] *Homilia sobre o grande e santo Sábado* (PG 43, 462).

[10] *Lc* 10, 34.

[11] Santo Agostinho, *Sermão* 131, 6.

[12] *Lc* 10, 37.

[13] *Lc* 10, 37.

[14] Francisco, Mensagem, 24-I-2014.

[15] São João Paulo II, Discurso, 2-II-1999.

[16] Francisco, Ex. Ap. *Evangelii Gaudium* (24-XI-2013), n. 169.

[17] Francisco, Mensagem, 4-X-2014.

[18] Cfr. *Rm* 7, 12.

[19] *Mt* 22, 36.

[20] *Lc* 11, 46.

[21] *Mt* 15, 3-6.

[22] *Mt* 5, 17.

[23] *Dt* 30, 15-18.

[24] S. Josemaría, *Sulco*, 795.

[25] *Sal* 119 (118), 111.

[26] Cfr. São Tomás de Aquino, *Summa Theologica*, I-II, q. 106, a. 1, c. e ad 2, cit. em São João Paulo II, Enc. *Veritatis Splendor*, 6-VIII-1993, n. 24.

[27] *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1717.

[28] Cfr. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 1716.

[29] Cfr. *Mt* 5, 3-12.

[30] Cfr. *Mt* 5, 10-12.

[31] S. Josemaría, *Forja*, n. 1005.

[32] *Mt* 5, 12.

[33] S. Josemaría, *Caminho*, n. 173.

[34] *1 Co* 12, 31.

[35] *1 Co* 13, 7.

[36] Cfr. *Mt* 5, 44-45.

[37] *Lc* 6, 36.

**COM O CARINHO NO OLHAR:
MISERICÓRDIA E FRATERNIDADE**

No fundo do mistério da misericórdia divina lateja a alegria de Deus que quer entrar no mundo. A misericórdia não é, pois, apenas uma mola que se ativaria diante da debilidade ou das imperfeições dos que nos rodeiam: é um amor sem reservas, que não calcula; é irradiação de um Amor que não é deste mundo.



Foto: Santi González-Barros

Pouco a pouco, ao ritmo das festas litúrgicas e dos eventos do Jubileu, estamos a procurar «ter o olhar fixo na misericórdia»^[1] durante este Ano santo. A partir da Bula de convocação do Jubileu, o Papa sublinhou que o mistério da misericórdia de Deus se dirige não só aos que vivem longe da casa do Pai, mas também aqueles que, com as suas limitações, procuram viver perto Deus: para que sejamos «também nós próprios sinal eficaz do agir do Pai (...), para que seja mais forte e eficaz o testemunho dos crentes»^[2].

A misericórdia é «a trave mestra que sustem a vida da Igreja»[3], e por isso abarca todos os aspetos da existência dos cristãos. Num primeiro momento, poderia parecer tratar-se de um *slogan*, um modo diferente de falar das coisas de sempre; e, no entanto, é mais do que isso: a misericórdia é luz e força de Deus para redescobrir «com todos os santos a largura e o comprimento, a altura e a profundidade»[4] do seu Amor.

Rever o amor

A reflexão tranquila sobre a misericórdia, como algo que nos toca de perto, ajudará a concretizar, no diálogo com o Senhor, onde o nosso amor se poderia ter enevoado: se há algo em nós do filho mais velho da parábola do Pai misericordioso, que não era capaz de se alegrar com os outros [5]; ou do fariseu que ia ao templo satisfeito com as coisas que cumpria, mas com o coração frio[6]; ou do servo que, tendo-se feito perdoar pelo seu senhor, não estava disposto a passar por alto as pequenas dívidas de outro[7].

«Conheço as tuas obras, a tua fadiga e a tua constância (...); que tens paciência e que sofreste com o Meu nome, sem desfalecer. Mas tenho contra ti que perdeste a caridade que tinhas ao princípio»[8]. Com estas palavras do Apocalipse, Deus bate à porta dos cristãos que se esforçam por viver com profundidade a sua fé; confirma-os no bem que fazem, mas empurra-os, ao mesmo tempo, para uma nova conversão. No mesmo comprimento de onda estão estas palavras de São Josemaría, que nos podem ajudar a iluminar o fundo da alma:

«Cumpres um plano de vida exigente: madrugas, fazes oração, frequentas os Sacramentos, trabalhas ou estudas muito, és sóbrio, mortificas-te..., mas notas que te falta alguma coisa!

Leva ao teu diálogo com Deus esta consideração: como a santidade (a luta por atingi-la) é a plenitude da caridade, tens de rever o teu amor a Deus e, por Ele, aos outros. Talvez descubras então, escondidos na tua alma, grandes defeitos contra os quais nem sequer lutavas: não és bom filho, bom irmão, bom companheiro, bom amigo, bom colega (...)

"Sacrificas-te" em muitos pormenores "pessoais"; e por isso estás apegado ao teu eu, à tua pessoa e, no fundo, não vives para Deus nem para os outros; só para ti»[9].

A misericórdia de Deus, se deixamos que nos entre na alma, leva-nos a rever o amor, para descobrir as dobras em que o coração se poderia ter encolhido, adormecido, quase sem nos darmos conta; faz-nos descobrir que vivemos para os outros; retira-nos de um excessivo «desejo de segurança pessoal»[10] em que poderia haver pouco espaço para Deus e para os que nos acompanham ou nos saem ao encontro. A minha alegria, pergunta o Papa, está em «sair de mim mesmo para ir ao encontro dos outros, ou em «ter tudo resolvido, encerrado em mim mesmo»?[11]

Alegrear-se com os outros

«Deus é alegria – dizia São João Paulo II aos jovens – e na alegria de viver há um reflexo da alegria originária que Deus experimentou ao criar o homem»[12], e que volta a experimentar ao perdoar-nos: há «no Céu maior alegria por um pecador que se converte do que por noventa e nove justos que não têm necessidade de conversão»[13]. No fundo do mistério da misericórdia divina lateja «a alegria de Deus que quer entrar no mundo»[14] Daí o pedido de São Paulo: «o que exercita a misericórdia, que o faça com alegria»[15]

Por isso a misericórdia não é só uma mola que se ativaria unicamente diante da debilidade ou das imperfeições dos que nos rodeiam: é um amor sem reservas, que não calcula; uma luz que invade tudo, e que faz das virtudes cristãs traços amáveis e atrativos da personalidade e, sobretudo, irradiação de um Amor que não é deste mundo[16]. «A verdadeira virtude, escreveu São Josemaría em *Caminho*, não é triste e antipática, mas amavelmente alegre»[17] Anos mais tarde voltaria a essa mesma ideia, ponderando um comentário ouvido de passagem:

- “Vocês são todos tão alegres! Ninguém o imaginaria”, ouvi comentar.

Vem de longe o empenho diabólico dos inimigos de Cristo, que não se cansam de murmurar que as pessoas entregues a Deus são da espécie dos “soturnos”. E, infelizmente, alguns dos que querem ser “bons” servem-lhes de eco, com as suas 'virtudes tristes”.

- Nós Te damos graças, Senhor, porque quiseste contar com as nossas vidas, ditosamente alegres, para apagar essa falsa caricatura.

- Peço-Te também que não o esqueçamos.»[18]

A misericórdia, pois, para “funcionar”, para ser genuína, tem que invadir *alegremente* tudo na nossa vida. A alegria é predicado da juventude porque um espírito jovem não calcula, não põe limites. Para que a nossa vida cristã não seja uma «falsa caricatura», deve estar toda ela impregnada de alegre misericórdia. Esta não é uma visão utópica, porque a misericórdia é compatível com a debilidade, e de facto a própria debilidade permite-nos crescer em misericórdia, porque nos torna mais humildes e capazes de compreender que os que estão ao nosso lado também têm defeitos. Por isso, embora por vezes – porque fomos duros, porque não soubemos dar-nos aos outros, etc. – não conseguiremos refletir a misericórdia de Deus, podemos, ao menos, dizer ao Senhor que gostaríamos de *ser* misericordiosos em tudo. Ele nos ajudará a não calcular, a não fazer aceção de pessoas ou circunstâncias, de modo que se cumpra em nós aquilo de que «dar-se sinceramente aos outros é de tal eficácia, que Deus o premeia com uma humildade plena de alegria»[19] E daremos também então esse ar puro aos outros, que não é a «alegria fisiológica, de animal são»[20], porque a verdadeira alegria «procede de abandonar tudo e abandonar-te nos braços amorosos do nosso Pai-Deus»[21] Quem se abandona assim em Deus, transmite, muitas vezes sem se aperceber, a alegria que Deus lhe dá; uma alegria que «nasce da gratuidade de um encontro», de «escutar: “Tu és importante para mim”, não necessariamente com palavras (...). E é precisamente isto o que Deus nos faz compreender»[22], e o que podemos fazer para compreender, também sem palavras, aos outros.

Carinho

Quando São Josemaría falava da caridade, muitas vezes chamava-a também *carinho*[23] – termo difícil de traduzir nalgumas línguas, mas central nos seus ensinamentos – para esclarecer que a verdadeira caridade não é «oficial, seca e sem alma» mas que está cheia de «calor humano»[24], de compreensão, de abertura. “Viver a caridade” é muito mais do que observar certas formas externas de educação ou guardar um respeito frio, que na realidade mantém o outro à distância: é abrir o coração[25], tirar as barreiras com que, por vezes, nos blindamos diante do que nos é menos amável no modo de ser dos outros. *Respeito* vem de *respectus*, olhar atento, consideração; o verdadeiro respeito não é uma educada resignação diante dos defeitos dos outros, com que ficamos protegidos atrás do nosso muro de defesa, mas um comportamento próximo, compreensivo, magnânimo, que nos permite olhar verdadeiramente nos olhos a cada um. A esta mesma atitude se refere o Papa quando fala da *ternura*, que é «caridade respeitosa e delicada»[26]: «procurai sempre – dizia numa ocasião – ser olhar que acolhe, mão que alivia e acompanha, palavra de consolo, abraço de ternura»[27]

«Seguindo o exemplo do Senhor, compreendei os vossos irmãos com um coração muito grande, que de nada se assuste, e amai-os de verdade (...). Ao ser muito humanos, sabereis passar por cima de pequenos defeitos e ver sempre, com compreensão maternal, o lado bom das coisas»[28]. Mesmo que já nos seja conhecida, é bom que redescubramos a vibração de misericórdia que pulsa naquela comparação de São Josemaría: «De uma maneira gráfica e brincando, fiz-vos notar a diferente impressão que se tem de um mesmo fenómeno, segundo se observe com carinho ou sem ele. E dizia-vos – e perdoai-me, porque é muito gráfico – que, da criança que *anda* com o dedo no nariz, as visitas comentam: “que porco!”, enquanto a mãe diz: vai ser investigador! Minhas filhas e meus filhos, já me compreendeis: temos de desculpar. Não manifesteis repugnância por miudezas espirituais ou materiais, que não têm demasiada importância. Olhai para os vossos irmãos com amor e chegareis à conclusão – cheia de caridade – de que *todos somos investigadores!*»[29]

As pessoas apresentam-se-nos de modo muito diverso conforme as observemos «com carinho ou sem ele». A misericórdia não é, pois, somente uma disposição louvável do coração; São Josemaría mostra-no-la como uma condição necessária para conhecer os outros, sem as distorções geradas pelo nosso amor-próprio. Ao ver os outros com misericórdia, não adocicamos o olhar; vemo-los como os vê Deus; vemo-los como verdadeiramente são: homens e mulheres com virtudes que admiramos, mas também com defeitos que provavelmente os fazem sofrer, embora exteriormente não o manifestem, e que reclamam uma ajuda cheia de compreensão. Sem misericórdia, pelo contrário, perdemos ângulo de visão e profundidade de campo: empequenecemos os outros. Olhar com carinho – amar com o olhar – permite conhecer melhor, e assim também amar melhor. «O coração humano tem um coeficiente de dilatação enorme. Quando ama, expande-se num crescendo de carinho que supera todas as barreiras. Se amas o Senhor, não haverá criatura que não encontre lugar no teu coração»[30]

Formas quotidianas de perdão

A unidade de uma família não se identifica com a mera coabitação dos seus membros, como a paz não é a simples ausência de guerra. Num lar, numa empresa, poderia não haver grandes conflitos, e ao mesmo tempo existirem muros subtis com que uns se protegem de outros. São muros que se levantam às vezes sem nos apercebermos, porque a convivência quotidiana traz consigo, quase inevitavelmente, tensões ou aborrecimentos: «Há fricções, diferenças... Mas isso são coisas habituais, que até certo ponto contribuem mesmo para dar o seu sal aos nossos dias. São insignificâncias, que o tempo supera sempre»[31]. O tempo acaba por mostrar – sempre que não deixemos que a soberba as aumente – que algumas coisas a que na altura dávamos muita importância, na realidade não a tinham. Por isso, especialmente na vida familiar, é importante estar atentos para evitar que se elevem, por pouco que seja, esses muros às vezes quase impercetíveis que nos distanciam uns dos outros. Se, em lugar de passar por alto as coisas que nos são desagradáveis, alimentássemos ressentimentos, aquilo que em si é

“normal” e inofensivo poder-nos-ia entorpecer pouco a pouco o coração, de modo que o nosso convívio com os outros, e assim o ambiente da casa, se fosse rarefazendo.

A misericórdia faz-nos sair do círculo vicioso do ressentimento, que leva a entesourar uma lista de agravos, em que o *eu* sai sempre enaltecido à custa das deficiências dos outros, reais ou imaginárias. O Amor de Deus empurra-nos, pelo contrário, a procurá-Lo no nosso coração, para encontrar ali o nosso desafogo. «Por onde começar para desculpar as pequenas ou grandes ofensas que sofremos todos os dias? Em primeiro lugar pela oração (...). Começa-se pelo próprio coração: podemos enfrentar com a oração o ressentimento que experimentamos, encomendando quem nos fez o mal à misericórdia de Deus: “Senhor, peço-te por ele, peço-te por ela”. Depois descobre-se que esta luta interior para perdoar purifica do mal e que a oração e o amor nos libertam das cadeias interiores do rancor. É tão feio viver no rancor! Todos os dias temos ocasião de nos treinar para perdoar, para viver este gesto tão elevado que aproxima o homem de Deus»[32] S. Josemaría, por exemplo, costumava rezar nos *mementos* da Missa também por aqueles que lhe tinham procurado fazer algum mal[33]

Um coração misericordioso é um coração ágil, que consegue encaixar «com desportivismo», sem dramatismos, os episódios menos agradáveis do dia[34]. Por vezes pode-nos custar perdoar, porque se acumula em nós o cansaço, o mal-estar, a tensão. Mas é bom que – com a ajuda de Deus, que não falta – aspiremos a perdoar imediatamente, e mesmo a perdoar por antecipação, com magnanimidade, sem medir. Se, por assim dizer, damos margem aos outros – margem para se enganarem, para serem inoportunos, para estarem nervosos – não lhes teremos que perdoar como quem faz uma concessão: perdoar-lhes-emos sem nos darmos importância, com uma caridade que «tudo aguenta, tudo crê, tudo espera, tudo suporta»[35]. Sem dúvida, poderá custar-nos digerir o desencontro; e, na altura própria, talvez convenha fazer um comentário delicado a essa pessoa, que a ajude a melhorar; mas, em qualquer caso, podemos perdoar logo, ainda que doa. Muitas vezes nem sequer explicitar devemos explicitá-lo com palavras, para

não nos determos mais no episódio, e bastará a nossa proximidade e uma ponta de humor para tirar dramatismo às coisas. Quando superamos a tentação de devolver mal por mal, ou frialdade por frialdade, o Senhor enche-nos a alma; podemos dizer então com o salmista: «*miser cordia tua super vitas*, A Tua misericórdia vale mais do que a vida»[36]; e com São Josemaría, que sabia que era o Senhor que lhe aumentava o coração: «não necessitei de aprender a perdoar, porque o Senhor me ensinou a amar»[37]

Carlos Ayxelá

[1] Francisco, Bula *Misericordiae vultus*, 11-IV-2015, n. 3.

[2] *Ibidem*

[3] *Ibidem*, n. 10.

[4] *Ef* 3, 18.

[5] Cfr. *Lc* 15, 28-32.

[6] Cfr. *Lc* 18, 10-14.

[7] Cfr. *Mt* 18, 23-35.

[8] *Ap* 2, 2-4.

[9] São Josemaría, *Sulco*, n. 739.

[10] São Josemaría, *Cristo que passa*, n. 18.

[11] Francisco, Homilia em Santa Marta, 25-II-2016.

[12] São João Paulo II, Discurso, 6-IV-1995.

[13] *Lc* 15, 7.

[14] Bento XVI, Homilia, 18-IV-2010. Cfr. São Tomás de Aquino, *Super Psalmos*, 24 n. 6: «Em Deus reconhece-se a bondade, quer dizer, a comunicação de bens às criaturas, pois o bem é difusivo de si mesmo. A misericórdia, por seu lado, refere-se a uma especial efusão de bondade para remover a miséria».

[15] *Rm* 12, 8.

[16] Cfr. *Jo* 17, 21.

[17] São Josemaría, *Caminho*, n. 657.

[18] *Sulco*, n. 58.

[19] São Josemaría, *Forja*, n. 591.

[20] *Sulco*, n. 659.

[21] *Ibidem*.

[22] Francisco, Discurso, 6-VII-2013.

[23] Cfr., por exemplo, *Sulco*, n. 821; *Forja*, n. 148; *Amigos de Deus*, nn. 125, 229; *Cristo que passa*, n. 36.

[24] *Cristo que passa*, n. 167.

[25] Cfr. *Amigos de Deus*, n. 225.

[26] Francisco, Mensagem, 6-XII-2013.

[27] Francisco, Discurso, 9-XI-2013.

[28] São Josemaría, *Carta 29-IX-1957*, n. 35 (citado em E. Burkhart – J. López, *Vida cotidiana y santidad en la enseñanza de San Josemaría. Estudio de teología espiritual*, Rialp, Madrid 2011, vol. II, pp. 331-332).

[29] *Ibidem.*

[30] *Via Sacra*, VIII, n. 5.

[31] São Josemaría, *Temas actuais do cristianismo*, n. 101.

[32] Francisco, *Angelus*, 26-XII-2015.

[33] Cfr. Javier Echevarría, *Vivir la Santa Misa*, Rialp, Madrid 2010, pp. 106, 151.

[34] Cfr. *Temas actuais do cristianismo*, n. 91.

[35] *1 Cor* 13, 7.

[36] *Sal* 63, 4.

[37] *Sulco*, n. 804.

**“A MIM O FIZESTE”:
AS OBRAS DE MISERICÓRDIA CORPORAIS**

Este artigo trata das obras de misericórdia corporais, sugeridas por Jesus Cristo. Um cristão não pode desinteressar-se das necessidades dos outros, também dos desconhecidos, porque neles é Cristo que nos pede ajuda.



O nosso Deus não se limitou a dizer que nos ama. Ele próprio nos modelou a partir do pó da terra[1]; «foram as mãos de Deus que nos criaram: o Deus artesão»[2]. Criou-nos à Sua imagem e semelhança e quis mesmo fazer-se «um dos nossos»[3]: O Verbo fez-se carne, trabalhou com as suas mãos, carregou sobre os Seus ombros toda a miséria dos séculos e quis conservar por toda a eternidade as chagas da Sua paixão, como um sinal permanente do Seu amor fiel. Por tudo isso os cristãos não só nos chamamos filhos de Deus, mas somo-lo[4]: para Deus, e para os seus filhos, o amor «nunca poderá ser uma palavra abstrata. Pela sua própria natureza é vida concreta: intenções, atitudes, comportamentos que se verificam no viver quotidiano»[5]. São Josemaría prevenia assim face «à mentalidade

daqueles que vêm o cristianismo como um conjunto de práticas ou atos de piedade, sem se aperceberem da sua relação com as situações da vida corrente, com a urgência de atender as necessidades dos outros e de esforçar-se por remediar as injustiças. Diria que quem tem essa mentalidade não compreendeu ainda o que significa que o Filho de Deus tenha encarnado, que tenha tomado corpo, alma e voz de homem, que tenha participado no nosso destino até experimentar a ruptura suprema da morte»[6].

Chamados à misericórdia

Na cena do juízo final que Jesus apresenta no Evangelho, tanto os justos como os injustos se perguntam, perplexos, e perguntam ao Senhor, quando é que O *viram* faminto, nu, doente e o auxiliaram, ou o deixaram de fazer[7]. E o Senhor responde-lhes: «Em verdade vos digo que quanto fizeste a um destes meus irmãos mais pequenos, a Mim o fizeste» (Mt 25,40). Não é apenas um modo bonito de dizer, como se o Senhor só nos animasse a lembrarmo-nos d'Ele, e a seguir o seu exemplo de misericórdia; Jesus diz com solenidade: «em verdade vos digo... a Mim o fizeste». Ele «uniu-se, de certo modo, com todo o homem»[8], porque levou o amor até ao fim: «ninguém tem mais amor do que aquele que dá a vida pelos seus amigos» (Jo 15,13) Ser cristãos significa entrar nessa incondicionalidade do amor de Deus, deixar-se cativar pelo «amor sempre maior de Deus»[9].

Nesta passagem do Evangelho, o Senhor fala de fome, sede, peregrinação, nudez, doença e prisão [10]. As obras de misericórdia seguem esta mesma pauta; os Padres da Igreja comentaram-nas com frequência e iniciaram o seu desdobramento em obras corporais e espirituais, obviamente sem pretenderem abarcar todas as situações de indigência. Com o decorrer dos séculos, acrescentou-se às primeiras o dever de dar sepultura aos defuntos, com a correspondente obra espiritual: a oração pelos vivos e defuntos. Nos próximos dois artigos vamos percorrer estas obras em que a sabedoria cristã sintetizou a nossa vocação para a misericórdia. Porque de vocação se trata – e vocação universal – quando o Senhor diz aos seus discípulos de todos os tempos: «Sede misericordiosos como o vosso Pai

celestial é misericordioso» (Lc 6,36). As obras de misericórdia suscitam diante de nós essa chamada. «Seria bonito que as decorassem – sugeria recentemente o Papa – assim é mais fácil fazê-las!»[11].

Solidariedade em direto

Quando, ao rever as obras de misericórdia corporais, olhamos à nossa volta, em bastantes partes do mundo constataremos, talvez, num primeiro momento que não são frequentes as situações para as exercitar. Séculos atrás a vida humana estava muito mais exposta às forças da natureza, à arbitrariedade dos homens e à fragilidade do corpo; hoje, pelo contrário, há muitos países em que raramente se apresentará – salvo no caso de emergências ou catástrofes naturais – a necessidade imediata de dar sepultura a um defunto, ou de acolher alguém sem teto, porque a própria organização dos Estados provê esse serviço. E, no entanto, não são poucos os lugares da terra em que cada uma destas obras de misericórdia está na ordem do dia. E, mesmo nos países mais desenvolvidos, junto da provisão de serviços da assistência social existem muitas situações de grande precariedade material – o assim chamado *quarto mundo*.

A todos nos cabe tomar consciência destas realidades e pensar em que medida podemos contribuir para as remediar. «Há que abrir os olhos, há que saber olhar à nossa volta e reconhecer esses apelos que Deus nos dirige através daqueles que nos rodeiam. Não podemos viver de costas para a multidão, encerrados no nosso pequeno mundo. Não foi assim que Jesus viveu. Os Evangelhos falam-nos muitas vezes da sua misericórdia, da sua capacidade de participar na dor e nas necessidades dos outros»[12].

Um primeiro movimento das obras de misericórdia corporais é a solidariedade com todos os que sofrem, ainda que os não conheçamos: «Não só nos preocupam os problemas de cada um, como nos solidarizamos plenamente com os outros cidadãos nas calamidades e desgraças públicas, que nos afetam do mesmo modo»[13]. À primeira vista poderia parecer que esta atitude é um sentimento louvável, mas inútil. E, no entanto, esta solidariedade é o *humus* em que pode crescer com vigor a misericórdia. Do

latim *solidum*, *solidaridad* denota a convicção de pertencer a um todo, de modo que sentimos como próprias as vicissitudes dos outros. Ainda que o termo tenha sentido mesmo a nível meramente humano, para um cristão adquire toda a sua força. «Já não vos pertenceis», diz São Paulo aos Coríntios (1 Cor 6,19). A afirmação poderia inquietar o homem contemporâneo, como uma ameaça à sua autonomia. E, no entanto, o que nos diz é simplesmente, em expressão frequente entre os últimos pontífices, que a humanidade, e em particular a Igreja, é uma «grande família»[14]

«Mantende o amor fraterno... Recordai-vos dos presos, como se estivésseis na prisão com eles, e dos que sofrem, pois também vós viveis num corpo» (Hb 13,1-3). Ainda que não seja possível estar ao corrente das doenças de cada homem, nem remediar materialmente todos esses problemas, um cristão não se desinteressa deles, porque os ama com o coração de Deus: Ele «é maior do que o nosso coração e conhece tudo» (1 Jo 3,20). Quando na Santa Missa pedimos ao Pai que «fortalecidos com o Corpo e o Sangue do Teu Filho e cheios do Seu Espírito Santo, formemos em Cristo um só corpo e um só espírito»[15], olhamos para a plenitude do que já é uma realidade que cresce silenciosamente, «como um bosque, onde as árvores boas contribuem com solidariedade, comunhão, confiança, apoio, segurança, sobriedade feliz, amizade»[16].

A solidariedade ao *modo cristão* concretiza-se, pois, em primeiro lugar na oração pelos que sofrem, ainda que os não conheçamos. A maior parte das vezes não veremos os frutos dessa oração, feita também de trabalho e sacrifício, mas estamos convencidos de que «tudo isso dá voltas pelo mundo como uma força de vida»[17]. Por este mesmo motivo, o Missal romano contém um grande número de Missas por várias necessidades, que cobrem os motivos de todas as obras de misericórdia. A oração dos fiéis, no final da liturgia da Palavra, desperta também em nós «o desvelo por todas as igrejas» e por todos os homens, de modo que possamos chegar a dizer com São Paulo: «Quem desfalece sem que eu desfaleça? Quem tem um tropeço sem que eu me abraze de dor?» (2 Co 12,28-29).

A solidariedade também se desdobram em «simples gestos quotidianos onde quebramos a lógica da violência, do aproveitamento, do egoísmo», frente ao «mundo do consumo exacerbado», que é ao mesmo tempo «o mundo do maltrato da vida em todas as suas formas»[18]. Antigamente era costume em muitas famílias beijar o pão quando caía ao chão; reconhecia-se assim o trabalho necessário para conseguir o alimento, e agradecia-se a possibilidade de ter algo que levar à boca. «Dar de comer a quem tem fome» pode concretizar-se, pois, em comer o que nos servem, em evitar caprichos desnecessários, em aproveitar com criatividade as sobras de comida; «dar de beber a quem tem sede», talvez nos leve a evitar o desperdício desnecessário de água, que em tantos lugares é um bem escassíssimo[19]; «vestir os nus» concretizar-se-á também em cuidar da roupa, *herdá-la* de uns irmãos para outros, passar por cima às vezes do *dernier cri* da moda, etc. Dessas pequenas – ou não tão pequenas – renúncias poderão sair esmolas para dar alegrias aos mais necessitados, como ensinava São Josemaría aos jovens de São Rafael; ou também donativos para ir ao encontro de emergências humanitárias. Há uns meses atrás o Papa dizia-nos a propósito que, «se o jubileu não chega aos bolsos, não é um verdadeiro jubileu»[20].

Hospitalidade: não abandonar os débeis

Os pais, em primeiro lugar com o seu exemplo, podem fazer muito para «ensinar os seus filhos a viver assim (...); ensinar-lhes a superar o egoísmo e a empregar parte do seu tempo com generosidade em serviço dos menos afortunados, participando em tarefas, adequadas à sua idade, em que se manifeste um desejo de solidariedade humana e divina»[21]. Como a caridade é ordenada – porque seria falsa a de quem se virasse para aqueles que vivem longe e se desinteressasse pelos que o rodeiam – essa superação do egoísmo começa habitualmente no próprio lar. Todos, pequenos e mais velhos, temos que aprender a levantar o olhar para descobrir as pequenas indigências quotidianas dos que vivem connosco. Em particular, é necessário acompanhar os familiares e amigos que sofrem de doenças, sem considerar as suas dores como uma distorção para a qual haveria que

encontrar soluções meramente técnicas «“Não me afastes agora na velhice, vão-me faltando as forças, não me abandonem” (Sal 71,9). É o clamor do ancião, que teme o esquecimento e o desprezo»[22]. São muitos os avanços da ciência que permitem melhorar as condições dos doentes, mas nenhum deles pode substituir a proximidade humana de quem, em lugar de ver neles um peso, adivinha «Cristo que passa», Cristo que necessita que O cuidemos. «Os doentes são Ele»[23], escreveu São Josemaría, em expressão audaz, que reflete a chamada exigente do Senhor: «em verdade vos digo... a Mim o fizestes» (Mt 25,40).

«Quando Te vimos doente ou na prisão e Te viemos ver?». Por vezes, pode custar ver Deus por trás da pessoa que sofre, porque está de mau humor ou desgostosa, ou porque manifesta exigências ou egoísmos. Mas a pessoa doente, precisamente pela sua debilidade, torna-se ainda mais merecedora desse amor. Um resplendor divino ilumina os traços do homem doente que se assemelha a Cristo dorido, tão desfigurado que «não há n’Ele parecer nem formosura que atraia o nosso olhar, nem beleza que nos agrade d’Ele» (Is 53,2).

A atenção aos doentes, aos idosos, aos moribundos, requer por isso boas doses de paciência, e de generosidade com o nosso tempo, especialmente quando se trata de doenças que se prolongam no tempo. O bom Samaritano «tinha igualmente os seus compromissos e as suas coisas que fazer»[24]. Mas aqueles que como ele fazem dessa atenção uma tarefa ineludível, sem se refugiarem na frieza de soluções que no fim de contas consistem em descartar aqueles que humanamente já podem contribuir pouco, o Senhor diz-lhes: «se compreendeis isto e o fazeis, sereis bem-aventurados» (Jo 13,17). Àqueles que souberam cuidar dos débeis, Deus reserva-lhes uma receção cheia de ternura: «vinde, benditos de meu Pai» (Mt 25,34).

«A grandeza da humanidade – escreveu Bento XVI – é determinada essencialmente pela sua relação com o sofrimento e com aquele que sofre. Isto é válido tanto para o indivíduo como para a sociedade. Uma sociedade que não consegue aceitar os que sofrem e não é capaz de contribuir mediante a compaixão para que o sofrimento seja partilhado e suportado

também interiormente, é uma sociedade cruel e desumana»[25]. Por isso, os doentes devolvem-nos a humanidade que se perde às vezes diante do ritmo agitado do mundo: recordam-nos que as pessoas são mais importantes do que as coisas, o ser do que a função.

Algumas pessoas, porque Deus as levou por esse caminho, ou porque o escolheram para si, acabam por dedicar uma parte importante dos seus dias a cuidar daqueles que sofrem, sem esperar que ninguém reconheça a sua tarefa. Ainda que não estejam nos guias de viagens, eles são parte do autêntico *património da humanidade*, porque nos ensinam a todos que estamos no mundo para cuidar[26]: esse é o sentido perene da hospitalidade, do acolhimento.

Raramente nos caberá enterrar um defunto, mas podemos acompanhá-lo a ele e aos seus familiares nos seus últimos momentos. Por isso a participação num funeral é sempre mais do que uma obrigação social. Se vamos ao fundo desses gestos, veremos que guardam o pulsar da genuína humanidade, que se abre à eternidade. «Também aqui a misericórdia dá a paz a quem parte e a quem permanece, fazendo-nos sentir que Deus é maior do que a morte, e que permanecendo n’Ele mesmo a última separação é um “até à vista”»[27].

Criatividade: trabalhar com o que há

Famílias que emigram fugindo da guerra, pessoas no desemprego, «prisioneiros das novas escravaturas da sociedade moderna»[28] como as dependências das drogas, do álcool, o hedonismo, a ludopatia... São muitas as necessidades materiais que podemos detetar à nossa volta. Pode não se saber por onde ou como começar. E, no entanto, a experiência demonstra que muitas pequenas iniciativas, dirigidas a resolver alguma carência do nosso ambiente mais próximo, iniciadas com o que se tem e com quem pode – a maior parte das vezes com mais bom humor e criatividade do que tempo, recursos económicos ou facilidades das entidades públicas – acabam por fazer muito bem, porque a gratuidade gera um agradecimento que é motor de novas iniciativas: a misericórdia encontra misericórdia[29],

contagia-a. Cumpre-se a parábola evangélica do grão de mostarda: «*é, sem dúvida, a mais pequena de todas as sementes, mas quando cresce é a maior das hortaliças, e chega a fazer-se como uma árvore, ao ponto das aves do céu irem fazer os ninhos nos seus ramos*» (Mt 13,32)

As necessidades de cada lugar e as possibilidades de cada um são muito variadas. O melhor é apostar em algo que esteja ao alcance da mão e pôr-se a trabalhar. Com o tempo, muitas vezes menos do que pensaríamos, abri-se-ão portas que parecia que iam permanecer fechadas. E chega-se então aos encarcerados, aos prisioneiros de tantas outras dependências, que estão abandonados como nos túneis de um mundo que os descartou quando se perderam.

Há quem, por exemplo, esteja assoberbado de trabalho e ainda que pensasse não ter tempo para estes trabalhos, descobre o modo de redirigir parte dos seus esforços para realidades que ocupem outros e os retirem do buraco de quem está na vida sem um rumo. Surgem sinergias: um põe pouco tempo mas capacidade de gestão e relações... outro, com menos capacidade de organizar, põe horas de trabalho. Para os reformados, por exemplo, abre-se assim o panorama de uma segunda juventude, em que podem transmitir muito da sua experiência da vida: «independentemente do seu grau de instrução ou de riqueza, todas as pessoas têm algo para contribuir na construção de uma civilização mais justa e fraterna. De modo concreto, creio que todos podem aprender muito do exemplo de generosidade e de solidariedade das pessoas mais simples; essa sabedoria generosa que sabe “acrescentar mais água aos feijões”, de que o nosso mundo está tão necessitado»[30].

* * *

Evocando os seus primeiros anos de sacerdote em Madrid, o nosso Padre recordava como ia por aqueles descampados «a enxugar lágrimas, a ajudar os que precisavam de ajuda, a tratar com carinho as crianças, os idosos, os doentes; e recebia muita correspondência de afeto..., e alguma ou outra pedrada»[31] E pensava nas iniciativas que hoje, ao lado de tantas

promovidas pelos cristãos e por outras pessoas, são uma realidade em muitos locais do mundo; e que têm que continuar a crescer «*quasi fluvium pacis*, como um rio de paz»[32]: «Hoje para mim isto é um sonho, um sonho bendito, que vivo em tantos bairros extremos de grandes cidades, onde tratamos as pessoas com carinho, olhando-as nos olhos, de frente, porque todos somos iguais»[33]

Carlos Ayxelá

NOTAS

[1] Cfr. Gn 3,7; Sb 7,1.

[2] Francisco, Homilia em Santa Marta, 12-XI-2013.

[3] Conc. Vat. II, Const. past. *Gaudium et spes* (7-XII-1965), 22.

[4] Cfr. 1 Jo 3,1.

[5] Francisco, Bula *Misericordiae vultus* (11-IV-2015), 9.

[6] São Josemaría, *Cristo que passa*, 236.

[7] Cfr. Mt 25,36.44

[8] Conc. Vat. II, *Gaudium et spes*, 22.

[9] Francisco, Ex. Ap. *Evangelii gaudium* (24-XI-2013), 6; Cfr. São João Paulo II, Enc. *Redemptor hominis* (4-III-1979), 9.

[10] Cfr. Mt 25,35-36.

[11] Francisco, *Angelus*, 13-III-2016.

[12] *Cristo que passa*, 146.

[13] Carta 14-II-1950, 20; citado por Burkhart, E.; López, J., *Vida cotidiana y santidad en la enseñanza de San Josemaría*, II, Rialp, Madrid 2011, p. 314.

[14] Cfr. por exemplo, São Paulo VI, *Mensagem à Assembleia Geral das Nações Unidas*, 24-V-1978; São João Paulo II, *Enc. Dives in misericordia* (30-XI-1980) 4, 12; Bento XVI, *Mensagem para a XLI Jornada mundial da paz*, 8-XII-2007.

[15] *Missal Romano, Oração Eucarística III*.

[16] Francisco, *Discurso*, 28-XI-2014.

[17] Francisco, *Evangelii gaudium*, 279

[18] Francisco, *Enc. Laudato si'* (24-V-2015), 230.

[19] Cfr. *ibidem*, 27-31.

[20] Francisco, *Audiência*, 10-II-2016.

[21] *Temas atuais do cristianismo*, 111.

[22] Francisco, *Ex. Ap. Amoris laetitia* (19-III-2016), 191.

[23] São Josemaría, *Caminho*, 419.

[24] Francisco, *Audiência*, 27-IV-2016.

[25] Bento XVI, *Enc. Spe salvi* (30-XI-2007), 38

[26] Cfr. Francisco, *Evangelii gaudium*, 209.

[27] Francisco, *Audiência*, 10-IX-2014.

[28] Francisco, *Misericordiae vultus*, 16.

[29] Cfr. Mt 5,7.

[30] Francisco, Vídeo-mensagem, 1-I-2015.

[31] São Josemaría, Notas de uma reunião familiar, 1-X-1967 (citado em S. Bernal, Monseñor Josemaría Escrivá de Balaguer. Apuntes sobre la vida del Fundador del Opus Dei; Rialp, Madrid 1980, 6ª ed., p. 191).

[32] Is 66,12 (Vulg)

[33] São Josemaría, Notas de uma reunião familiar, 1-X-1967.

**UMA SERENA ATENÇÃO:
AS OBRAS DE MISERICÓRDIA ESPIRITUAIS**

As obras de misericórdia espirituais tratam da fome e da sede, da nudez e do desamparo, da doença e da prisão que experimenta, de formas tão diversas, o coração humano.



A Igreja tem a sabedoria de uma boa mãe, que sabe o que necessitam os seus filhos para crescerem sãos e fortes, no corpo e no espírito. Com as obras de misericórdia, convida-nos a descobrir sempre de novo que tanto o corpo como a alma dos nossos irmãos os homens necessitam de cuidados e que Deus nos confia a cada um essa guarda atenta. «O objeto da misericórdia é a própria vida humana na sua totalidade. A nossa própria vida enquanto “carne” está faminta e sedenta, necessitada de vestuário, de casa e de visitas, bem como de um enterro digno, coisa que ninguém pode dar a si mesmo (...). A nossa própria vida, enquanto “espírito”, necessita de ser educada, corrigida, animada, consolada (...). Necessitamos que outros nos aconselhem, nos perdoem, nos apoiem e rezem por nós»[1].

Vamos considerar agora as obras espirituais, que respeitam à fome e à sede, à nudez e ao desamparo, à doença e à prisão que experimenta, de formas tão diversas, o coração humano: formas de mendicidade espiritual que a todos atacam e que descobrimos também, se não adormecemos, à nossa volta[2]. Mesmo com o peso que levamos às nossas costas, Deus espera que o nosso coração se comova como o Seu, que não se insensibilize diante das necessidades dos outros. «No meio de tanto egoísmo, de tanta indiferença – cada um a tratar do seu! – recordo aqueles burriquitos de madeira, fortes, robustos, trotando sobre uma mesa... – Um perdeu uma pata. Mas continuava para a frente, porque se apoiava nos outros»[3].

A misericórdia de todos os dias

S. Josemaria recordava numa ocasião a sua alegre experiência de generosidade cristã, confirmada ao longo dos anos: «conheço milhares de estudantes (...) que renunciaram a construir o seu pequeno mundo privado, dando-se aos outros mediante um trabalho profissional, que procuram fazer com perfeição humana, em obras de ensino, de assistência, sociais, etc., com um espírito sempre jovem e cheio de alegria»[4]. Onde há um cristão que se reconhece «como marcado a fogo por essa missão de iluminar, abençoar, vivificar, elevar, curar, libertar», encontramos «a enfermeira da alma, o docente da alma, o político da alma, esses que decidiram a fundo estar com os outros e para os outros. Mas se se separa o trabalho por um lado e a própria privacidade por outro, tudo se torna cinzento e estará permanentemente à procura de reconhecimentos ou a defender as suas próprias necessidades»[5]. «Porque somos todos homens e todos filhos de Deus, não podemos conceber a nossa vida como a trabalhosa preparação de um brilhante *curriculum*, de uma luzida carreira»[6]. É lógico que nos entusiasmemos com os horizontes que se abrem diante de nós no nosso trabalho; mas esse entusiasmo, se não pretende ser delírio – « vaidade das vaidades» (Co 1,2) – deve estar inspirado pela paixão de iluminar as inteligências, pacificar as tensões, confortar os corações.

Todos influímos, de um modo ou de outro, na cultura e na opinião pública; não só os escritores, os professores, os profissionais da

comunicação. Cada um a seu modo pode fazer muito por «ensinar o ignorante», «dar bom conselho» e «corrigir o que erra»: aos que são vítimas, mesmo sem o saberem, da superficialidade ou das ideologias; aos que têm sede de saber, de beber das fontes da sabedoria humana e divina; aos que não conhecem Cristo, «nem viram a beleza do Seu rosto, nem conhecem a maravilha da Sua doutrina»[7]. O esforço por pensar a fé, de modo que se reconheça o resplendor da verdade; a disposição para complicar a vida, organizando meios de formação nos contextos mais diversos; o entusiasmo por dar forma cristã à própria profissão, purificando-a de abusos e abrindo-lhe horizontes; o interesse dos professores por fazer crescer os seus alunos; a iniciativa para orientar com a nossa experiência os que se iniciam no mundo profissional; a disposição para ajudar ou aconselhar os colegas nas suas dificuldades; o apoio aos jovens que não se decidem a formar uma família por causa da precariedade das suas condições de trabalho; a nobreza e a valentia de «corrigir o que erra»... Estas, e outras atitudes que vão muito para além de éticas minimalistas, dão forma à *misericórdia corrente* que Deus pede aos cristãos da rua.

Embora, sem dúvida, convenha dar vida a projetos ali onde tenhamos possibilidade de dar uma mão, o terreno habitual da misericórdia é um dia a dia de trabalho regido pela paixão de ajudar: que mais posso fazer? Quem mais posso implicar? Tudo isto é misericórdia *em ato*, sem horários, sem cálculos: «uma misericórdia dinâmica, não como um substantivo coisificado e definido, nem como adjetivo que decora um pouco a vida, mas como verbo –*misericordiar* e *ser misericordiosos*–»[8].

Cobrir a debilidade do outro

Este binómio – *misericordiar* e *ser misericordiosos* – traduz a bem-aventurança mais específica deste ano jubilar: «bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia» (Mt 5,7): abre-se neles caminho à misericórdia, porque ao dá-la recebê-la-ão do alto. O génio de Shakespeare sintetizou-o assim: «A misericórdia não é obrigatória; cai como a doce chuva do céu sobre a terra que está debaixo dela. É uma dupla bênção: abençoa quem a concede e quem a recebe»[9].

Aos misericordiosos, pois, o Senhor não lhes promete apenas clemência e compreensão no final dos seus dias, mas também uma medida generosa de dons – *o cem por um* (Mt 19, 29) – nesta vida: o misericordioso apercebe-se mais intensamente de como Deus lhe perdoa e o compreende; alegra-se por sua vez perdoadando e compreendendo, ainda que doa; e experimenta também a alegria de ver como a misericórdia de Deus se *contagia*, através dele, aos outros. «Porque o néscio de Deus é mais sábio do que os homens, e o débil de Deus é mais forte do que os homens» (1 Co 1,25). Quando afogamos o mal com abundância de bem; quando evitamos que a dureza dos outros nos endureça o coração, e não respondemos à frieza com mais frieza; quando resistimos a derramar sobre os que nos rodeiam as nossas dificuldades; quando nos esforçamos por ultrapassar a nossa suscetibilidade e o nosso amor-próprio, então travamos «as batalhas de Deus (...). Não há outro remédio senão travar com empenho esta formosíssima guerra de amor, se verdadeiramente queremos conseguir a paz interior, e a serenidade de Deus para a Igreja e para as almas»[10].

Outra das obras de misericórdia espirituais consiste em «suportar com paciência os defeitos dos outros». Não se trata apenas de não pôr em evidência o outro, de não o apontar a dedo; a misericórdia cobre a debilidade do outro, como os filhos de Noé[11], ainda que ao cobri-lo se note o «odor» dos seus defeitos. Uma misericórdia distante não seria misericórdia. O «odor a ovelha»[12] – porque todos na Igreja somos «ovelha e pastor»[13]– não costuma ser agradável, mas expor-se a ele é um sacrifício que, realizado sem alaridos, sem que se note, tem um aroma muito agradável a Deus: o *bonus odor Christi*[14]. Quando jejuas, perfuma a tu cabeça e lava a cara, para que os homens não notem que jejuas, mas teu Pai, que está no oculto» (Mt 6,17-18)

A misericórdia inverte uma fácil tendência a ser exigentes com os outros e transigentes connosco próprios. Descobrimos então, com frequência, que o que nos parecia um defeito era simplesmente uma *etiqueta* que tínhamos posto ao outro, talvez, por um episódio isolado ou por uma impressão a que tínhamos dado demasiada importância; um «juízo

sumário» que cristalizou, e que nos impede de o ver como é, porque nos apercebemos apenas desse lado negativo, desse traço aumentado pelo nosso amor-próprio. A misericórdia de Deus ajuda-nos a evitar e, se for o caso, a superar essas opiniões severas, de que às vezes não estamos demasiado conscientes. Também aqui se aplica aquela sentença tão sábia de Tertuliano de que «deixam de odiar os que deixam de ignorar, *desinunt odisse qui desinunt ignorare*»[15]. Um desafio da *misericórdia corrente*, é, pois, conhecer melhor aqueles que nos rodeiam, e evitar *etiquetá-los*: pais, filhos, irmãos; vizinhos, colegas... Além disso, quando compreendemos uma pessoa, quando não desesperamos dela, ajudamo-la a crescer; e pelo contrário, a fixação nas insuficiências produz uma tensão, uma apreensão com as quais dificilmente pode brotar o melhor de cada um. Toda a nossa relação com os outros, especialmente na família, deve ser «um “pastoreio” misericordioso»: sem paternalismos, «cada um, com cuidado, pinta e escreve na vida do outro»[16]

É preciso também misericórdia para aguentar sem ressentimento a dureza com que os outros, por vezes, nos possam tratar. Não é fácil amar quando se recebem coices ou indiferença, mas «se apenas saudais os vossos irmãos, o que é que fazeis de mais? Não fazem isso também os pagãos?» (Mt 5,47). O ar cristão não se caracteriza apenas pela mútua compreensão mas também pela disposição a reconciliar-se quando falhamos ou quando nos tratam com desdém. A atitude sincera de «perdoar as ofensas» é a única via para quebrar as espirais de incompreensão que vemos levantar-se à nossa volta e que são, quase sempre, espirais de desconhecimento mútuo. Esta não é uma atitude idealista para ingénuos que não estão em contacto com a mesquinhez ou com o cinismo, mas com a «força de Deus» (1 Co 1, 19): uma brisa suave, capaz de derrubar as estruturas mais imponentes.

Enviados a consolar

«Bendito seja o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, o Pai das misericórdias e Deus de toda a consolação, que nos consola em todas nossas tribulações, para que também nós sejamos capazes de consolar os que se encontram em qualquer tribulação, mediante o consolo com que nós

mesmos somos consolados por Deus» (2 Co 1,3-4). O cristão sofre como os outros homens; sofre por vezes mais pelas incompreensões ou pelas dificuldades que lhe cria a sua fidelidade a Deus[17]; mas, ao mesmo tempo, os sofrimentos tornam-se-lhes mais ligeiros, porque tem o consolo do seu Pai. «Esta é a tua segurança, o ancoradouro onde lançar a âncora, aconteça o que acontecer na superfície deste mar da vida. E encontrarás alegria, força, otimismo, vitória!»[18]. O consolo que Deus nos dá torna-nos capazes de consolar; envia-nos ao mundo para consolar, porque a «nossa tristeza infinita só se cura com um infinito amor»[19].

Para «consolar o que está triste» é necessário aprender a ler as necessidades dos outros. Há pessoas que estão tristes porque experimentam a «amargura que provém da solidão ou da indiferença»[20]; outras porque estão submetidas a muita tensão e necessitam de descansar: tratar-se-á de as acompanhar e, às vezes, de as ensinar a descansar, porque nunca aprenderam essa arte. Um bom filho de Deus procura imitar a tarefa discreta do verdadeiro Consolador, «descanso no trabalho, alívio no calor, consolo no pranto»[21]; atender os outros sem que notem que lhes estamos a dedicar tempo, sem que tenham a impressão de que lhes concedemos audiência, ou de que os *gerimos*. «Estamos a falar de uma atitude do coração, que vive tudo com serena atenção, que sabe estar plenamente presente diante de alguém sem estar a pensar no que virá depois, que se entrega a cada momento como dom divino que deve ser plenamente vivido»[22] Um filho de Deus caminha pela existência com a convicção profunda de que «cada pessoa é digna da nossa entrega»[23]; o sorriso, a disposição para ajudar, o interesse verdadeiro pelos outros, também por aqueles que nem sequer conhecemos, podem mudar-lhes o dia e às vezes a vida.

Com todos, conhecidos e desconhecidos, a nossa misericórdia encontrará um «caudal largo, manso e seguro»[24] na oração: «Interceder, pedir em favor de outro, é, desde Abraão, o próprio de um coração conforme à misericórdia de Deus»[25]. Por isso a Igreja nos incentiva a «rogar a Deus por vivos e defuntos». Uma das nossas alegrias no Céu será

descobrir o bem que fez a tantas pessoas uma brevíssima oração no meio da agitação do trânsito ou dos transportes públicos, às vezes, talvez, como resposta misericordiosa a um gesto pouco amável; a esperança que Deus inspirou, por nossa intercessão, aos que sofriam por qualquer motivo; o consolo que receberam vivos e defuntos pela nossa lembrança – *memento* – na Santa Misa, metidos na oração de Jesus ao Pai, no Espírito Santo.

Acabamos assim este breve percurso pelas obras de misericórdia, que são na realidade «infinitas, cada uma com o seu selo pessoal, com a história de cada rosto. Não são só as sete corporais e as sete espirituais em geral. Ou antes, estas, assim enumeradas, são como as matérias-primas – as da própria vida –: quando as mãos da misericórdia as tocam e as moldam, convertem-se cada uma delas numa obra artesanal. Uma obra que se multiplica como o pão nas cestas, que cresce desmesuradamente como a semente da mostarda»[26].

Carlos Ayxelá

NOTAS

[1] Francisco, 3ª meditação no Jubileu dos sacerdotes, 2-VI-2016.

[2] O *Compêndio do Catecismo da Igreja Católica* enumera-as assim: ensinar os ignorantes; dar bom conselho; corrigir os que erram; perdoar as injúrias; consolar os tristes; suportar com paciência os defeitos dos outros; rezar a Deus por vivos e defuntos.

[3] S. Josemaria, *Forja*, 563.

[4] S. Josemaria, *Temas actuais do cristianismo*, 75.

[5] Francisco, Ex. Ap. *Evangelii gaudium* (24-XI-2013), 273.

[6] S. Josemaria, *Amigos de Deus*, 76.

[7] S. Josemaria, *Cristo que passa*, 179.

[8] Francisco, 1ª meditação no Jubileu dos sacerdotes, 2-VI-2016.

[9] W. Shakespeare, *O mercador de Veneza*, Ato IV, Cena I. Cfr. Francisco, Mensagem para a 50ª Jornada mundial das comunicações sociais, 24-I-2016.

[10] S. Josemaria, Apontamentos tomados de uma meditação, II-1972, citado em *Cristo que passa*, Edição crítico-histórica preparada por Antonio Aranda, Rialp 2013, 8d.

[11] Cfr. *Ge* 9,22-23.

[12] Francisco, Homilia, 28-III-2013.

[13] Cfr. Javier Echevarría, Carta Pastoral, 1-VIII-2007.

[14] Cfr. *2 Cor* 2,15.

[15] Tertuliano, *ad Nationes*, 1, 1. Também Santo Agostinho aborda esta questão em *In Evangelium Ioannis Tractatus*, 89 e 90.

[16] Francisco, Ex. Ap. *Amoris Laetitia* (19-III-2016), 322.

[17] Os salmos referem com frequência esta dificuldade do crente. Cfr. p.ex. *Sal* 42 (41),10-12; 44 (43),10-26; 73 (72).

[18] *Via-sacra*, VII estação, 3.

[19] Francisco, *Evangelii Gaudium*, 265.

[20] S. Josemaria, Discurso no Centro ELIS, por ocasião da sua inauguração, 21-XI-1965 (em *Josemaria Escrivá de Balaguer y la universidad*, Pamplona, Eunsa 1993, 84).

[21] Missal Romano, Pentecostes, Sequência *Veni Sancte Spiritus*

[22] Francisco, Enc. *Laudato si'* (24-V-2015), 226

[23] Francisco, *Evangelii Gaudium*, 274.

[24] *Amigos de Deus*, 306.

[25] *Catecismo da Igreja Católica*, 2635.

[26] Francisco, 3ª meditação no Jubileu dos sacerdotes, 2-VI-2016. Cfr. *Mt* 13,31-32; 14,19-20.

COMUNICAR AS PRÓPRIAS CONVICÇÕES

Ensaio de Ángel Rodríguez Luño



Num encontro para comunicadores que a Conferência Episcopal Italiana promoveu em Novembro de 2002, João Paulo II mencionava o facto de que “as rápidas transformações tecnológicas estão a determinar, sobretudo no campo da comunicação social, uma nova condição para a transmissão do saber, para a convivência entre os povos, para a formação dos estilos de vida e das mentalidades. A comunicação gera cultura e a cultura transmite-se mediante a comunicação”. Esse nexos entre comunicação e cultura é uma das principais razões pelas quais o mundo da comunicação suscita grande atracção entre aqueles que se interessam pela ética.

”As rápidas transformações tecnológicas estão a determinar, sobretudo no campo da comunicação social, uma nova condição para a transmissão do saber, para a convivência entre os povos e para a formação dos estilos de vida e das mentalidades” [1]. A adequada maturidade moral pessoal não é

independente da comunicação e da cultura, que se expressa nos fins e estilos de vida socialmente aceites, nas leis, na celebração dos acontecimentos e personagens do passado que melhor correspondem à identidade moral de uma sociedade.

A cultura possui algumas leis próprias, pelo que as ideias – e os sentimentos que fomentam – têm uma consistência e um desenvolvimento bastante autónomo. É como se as ideias, quando passam ao plano da cultura e da comunicação, se separassem das inteligências que as produziram e comesçassem a ter uma vida própria, desenvolvendo-se com uma força que depende somente de si mesma. Uma força que depende da sua consistência objectiva e do seu dinamismo intrínseco, talvez diferente da intenção que tinham as pessoas que as puseram em circulação.

Por isso, todos os que desejam influenciar a vida social com o espírito do Evangelho devem estar atentos à íntima relação entre comunicação e cultura; se se deseja intervir positivamente na criação e transmissão de modos de vida e de visões do homem, é preciso atender à consistência e ao previsível desenvolvimento das ideias, mais do que à pretensa intenção das pessoas. Uma atitude polémica, uma resposta brilhante ou feroz podem fazer calar um adversário, mas se não se entende o que se expôs, nem se apreciou a consistência das suas ideias e as possíveis linhas de desenvolvimento que estas tinham, provavelmente não se colaborou no crescimento cultural nem mesmo se ofereceu uma alternativa cultural adequada; e assim, as ideias que foram rejeitadas, reduzindo ao silêncio quem as promoveu, continuarão a ter uma vida longa. Somente se se consegue fazer uma proposta que conserve e supere o que de bom e de verdadeiro havia nas ideias que se considera justo combater, é que se dará um influxo cultural real.

Verdade e liberdade

Em mais de uma ocasião, João Paulo II destacou que o conflito entre verdade e liberdade está presente em boa parte dos problemas que afectam a cultura do nosso tempo [2]. A esse mesmo assunto se referiu Bento XVI

com o conceito de relativismo [3]. Diante das posições relativistas, tem-se a tentação de responder mostrando a sua contradição interna: quem considera que toda a verdade é relativa faz, na realidade, uma afirmação absoluta e, por isso, contradiz-se a si mesmo. Trata-se de uma crítica verdadeira, mas culturalmente pouco eficaz, porque não procura entender os pontos de apoio que sustentam os fundamentos relativistas, nem parece compreender a questão que tentam solucionar.

A partir de uma perspectiva ético-social, as posições relativistas têm o seu ponto de partida baseado no facto de que na sociedade actual existe uma pluralidade de projectos de vida e de concepções do bem, que parece propor uma disjuntiva: ou se renuncia à ideia de julgar os diferentes projectos de vida, ou há que abandonar o ideal ou o *modus vivendi* caracterizado pela tolerância. Por outras palavras, um modo de vida tolerante requereria admitir que qualquer concepção de vida tem o mesmo valor ou, pelo menos, tem o mesmo direito de existir como qualquer das outras; se isto não se admite, cai-se num fundamentalismo ético e social.

O raciocínio é bastante enganador, mas apresenta-se com aparência de verdade por causa de um facto inegável, que constitui o seu ponto de apoio: ao longo da história e, inclusive, na actualidade, não faltou quem oprimisse violentamente a liberdade das pessoas e dos povos em nome da verdade. Por isso, para que a mensagem evangélica seja rectamente entendida, torna-se necessário evitar qualquer palavra, raciocínio ou atitude que possa fazer pensar que um cristão coerente sacrifica a liberdade em nome da verdade. Se fosse dada esta impressão, ainda que involuntariamente, contribuir-se-ia para consolidar o pressuposto fundamental do relativismo: a ideia de que o amor à verdade e o amor à liberdade são incompatíveis, pelo menos na prática.

A comunicação de convicções cristãs e de conteúdos éticos necessita que seja demonstrada com obras, e não somente com palavras, que entre verdade e liberdade existe uma verdadeira harmonia; isto requer, por um lado, estar profundamente convencido do valor e do significado da liberdade pessoal. Mas, por outro, obriga a distinguir cuidadosamente o

terreno ético do terreno político e jurídico. Em primeiro lugar, toda a chamada da autoridade se dirige à liberdade; em segundo lugar, o recurso à coação pode ser legítimo.

Ética e política

Nas questões éticas, a consciência abre-se à verdade, que tem um evidente poder normativo sobre as próprias decisões; está em jogo a relação da consciência pessoal com a concepção que se tem do bem humano, às vezes relacionado com princípios religiosos; por sua vez, o âmbito jurídico e político refere-se às relações entre pessoas ou entre pessoas e instituições, que – enquanto reguladas pelas leis – estão submetidas ao poder coactivo que o Estado e os seus representantes podem usar legitimamente.

Estes dois âmbitos – ético e político – estão muito relacionados, e muitas vezes têm um desenvolvimento paralelo. O homicídio intencional, por exemplo, tem ao mesmo tempo uma grave culpa moral e um crime que o Estado tem o dever de perseguir e punir. Mas ainda neste caso, os dois âmbitos apresentam diferenças significativas. Basta pensar, por exemplo, no perdão. Uma coisa é o perdão da culpa moral e outra, bem diferente, o perdão do crime: é desejável que os parentes da vítima de um homicídio perdoem cristãmente ao culpado, mas não seria admissível que o Estado seguisse sistematicamente uma política de impunidade do homicídio intencional. Afirmar o contrário seria um abuso ideológico ou uma grave ofensa contra o bem comum.

Neste tipo de diferença torna-se necessário distinguir o plano ético do plano político no que se refere aos princípios morais do Evangelho. Para evitar más interpretações, há que oferecer um fundamento ético às mensagens de tipo moral, explicitando que tal verdade não pretende impor-se mediante o uso do poder político de coação; isto é compatível com a existência, noutra tipo de verdades éticas, de uma dimensão ético-política ou ético-jurídica. Nestes casos, deverá ser oferecida, além disso, uma justificação política ou jurídica, ou seja, deverá ser demonstrado não somente que o comportamento em questão é moralmente equivocado, mas

também que existem razões específicas pelas quais o Estado a tem que proibir e punir. Razões que não são idênticas às razões éticas, porque não é missão do Estado perseguir a culpa moral, mas promover e tutelar o bem comum, prevenindo e punindo aquelas condutas que o lesionam (que prejudicam a segurança pública, a liberdade e os direitos dos outros, as instituições de interesse social como a família, etc.).

Ética e Estado

Certamente, o Estado promulga, algumas vezes, leis injustas. Nesses casos, o cidadão de recta consciência deveria poder criticá-las com liberdade. O Concílio Vaticano II afirmou com clareza o direito e o dever da Igreja de “dar o seu juízo moral, inclusive sobre matérias referentes à ordem política, quando o exijam os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas” [4].

Nestes casos, é importante saber dar à legislação equivocada uma resposta culturalmente eficaz. Não é uma tarefa fácil, porque é preciso ir além das contra-posições polémicas, sabendo assumir a parte de verdade da posição contrária. Quando em consciência se deve criticar uma actuação do Estado, requer-se a explicitação de uma fina sensibilidade pelos valores das instituições democráticas, sensibilidade que não se deveria deixar indefinida pelo facto, certamente muito doloroso, de que, numa determinada acção, uma instituição concreta se tenha comportado de modo injusto.

A firmeza nos princípios éticos deve ser – e parecer – compatível com a consciência de que a realização de bens pessoais e sociais num contexto histórico, geográfico e cultural determinado, se caracteriza por uma contingência parcialmente insuperável. Em questões práticas, é frequente que não exista uma única solução possível. Inclusive nas decisões da Igreja relativas a coisas não necessárias, devem ser contingentes, precisamente porque se referem a uma realidade que depende muito das circunstâncias, que mudam com o passar do tempo; por isso, é necessário aprender a reconhecer que, nesse tipo de decisões, somente os princípios irrenunciáveis expressam o aspecto duradouro [5]. *Ninguém pode pretender, em questões*

temporais, impor dogmas, que não existem.[6] Com isto não se quer dizer que tudo neste mundo é contingente, acidental ou opinável; trata-se antes de perceber com clareza que *nos assuntos humanos, também os outros podem ter razão: vêem a mesma questão que tu, mas dum ponto de vista diferente, com outra luz, com outra sombra, com outros contornos. – Somente na fé e na moral é que há um critério indiscutível: o da nossa Mãe a Igreja* [7].

A autonomia das realidades temporais

No entanto, poderia ocorrer que a doutrina cristã sobre uma determinada matéria ético-social coincida com a que sustentam todos ou uma boa parte dos cidadãos que legitimamente militam num determinado partido político. Nestes casos, poderia originar-se – involuntariamente – uma situação delicada, porque poderia parecer que os cristãos ou inclusive a Igreja, ao proporem os seus ensinamentos, estão a apoiar uma determinada área política e não a apresentar unicamente a mensagem do Evangelho.

Esta confusão poderia motivar acusações de intromissão ou de falta de respeito para com o Estado; acusações que talvez sejam um simples pretexto político, ou inclusive mal intencionadas; mas o que se deve ter em conta quando se procura informar a cultura com o espírito do Evangelho, é esclarecer serenamente aquela aparência de verdade que podem conter estas condenações. Dois tipos de considerações são oportunas.

A primeira é que todos os cidadãos – também os que formam parte de um órgão legislativo ou de um partido político – têm o direito e o dever de apoiar as soluções que em consciência consideram úteis para o bem do próprio país, alegando – se for possível – as razões que justificam a sua convicção. Cada um é livre para consultar livros especializados que considera fiáveis, ou de falar com quem entender; se um cidadão se pode inspirar em determinada teoria política ou económica, também pode apoiar-se na Doutrina Social da Igreja. As soluções políticas são medidas pelo seu valor intrínseco e pelas razões que as justificam. Questionar as fontes utilizadas por cada cidadão para formar as suas convicções seria uma falta de respeito à autonomia da consciência dos outros. É fácil ver que a

radicalização de tal atitude levaria a conclusões absurdas: por exemplo, afirmar que o Estado, para reforçar o seu estado laical, deveria favorecer o que a Igreja condena, como a escravidão.

A segunda consideração oportuna é a necessidade de se ter uma ideia clara acerca da distinção existente entre a missão do Estado e a da Igreja. A este propósito, Bento XVI deu indicações muito úteis. A distinção entre o que é de César e o que é de Deus, com a consequente autonomia das realidades temporais, pertence à estrutura essencial do cristianismo [8]. É tarefa do Estado interrogar-se sobre o modo de realizar a justiça concretamente aqui e agora; neste campo, a Doutrina Social da Igreja apresenta-se como uma ajuda, que “não pretende outorgar à Igreja um poder sobre o Estado. Tampouco quer impor aos que não compartilham da fé as suas próprias perspectivas e modos de comportamento” [9].

Tal doutrina argumenta com base na razão e no direito natural e reconhece que a construção de um justo ordenamento da vida social é uma tarefa política, que “não pode ser uma obrigação imediata da Igreja. Mas, como ao mesmo tempo é uma tarefa humana primária, a Igreja tem o dever de oferecer, mediante a purificação da razão e da formação ética, a sua contribuição específica, para que as exigências da justiça sejam compreensíveis e politicamente realizáveis. A Igreja não pode, nem deve, empreender por conta própria a iniciativa política de fazer a sociedade o mais justa possível. Não pode, nem deve, substituir-se ao Estado. Mas também não pode, nem deve, ficar à margem na luta pela justiça. Deve inserir-se nela através da argumentação racional e deve despertar as forças espirituais, sem as quais a justiça, que sempre exige também renúncias, não pode afirmar-se nem prosperar” [10].

A realização da justiça é um ponto em que a fé e a política se aproximam. Por isso requer-se uma atenção cuidadosa para que ninguém, com boa vontade, possa pensar que a fé cristã se identifica com uma das partes políticas existentes na sociedade. Certamente, a fé cristã tem algo a dizer às diversas culturas políticas dos homens e dos povos; mas a fé

pressupõe a liberdade e oferece-se à liberdade, que por ela se deve amar com as palavras e com as obras.

Ángel Rodríguez Luño

NOTAS

[1] - João Paulo II, *Discurso ao Congresso nacional italiano de agentes da cultura e da comunicação*, 9-11-2002, n. 2.

[2] - Cf. por exemplo: Litt. enc. *Redemptor hominis*, 4-03-1979, n. 12; Litt. enc. *Centesimus annus*, 1-05-1991, nn. 4, 17 y 46; Litt. enc. *Veritatis splendor*, 6-08-1993, nn. 34, 84, 87 y 88; Litt. enc. *Fides et ratio*, 14-09-1998, n. 90.

[3] - Cf. por exemplo: *Discurso ao Convênio diocesano promovido pela diocese de Roma sobre o tema “Família e comunidade cristã: formação da pessoa e transmissão da fé”*, 7-6-2005; *Discurso ao Corpo Diplomático acreditado diante da Santa Sé*, 8-01-2007; *Discurso a uma Delegação da “Académie des Sciences Morales et Politiques” de Paris*, 10-02-2007; *Discurso inaugural da V Conferência do Episcopado Latinoamericano*, 13-5-2007.

[4] - Conc. Vaticano II, Const. past. *Gaudium et spes*, n. 76.

[5] - Cf. Bento XVI, *Discurso aos Cardeais, Arcebispos, Bispos e Prelados superiores da Cúria Romana*, 22-12-2005.

[6] - *Temas Actuais do Cristianismo*, n. 77.

[7] - *Sulco*, n. 275.

[8] - Cf Bento XVI, Litt. enc. *Deus caritas est*, 25-12-2005, n. 28.

[9] - *Ibid.*

[10] - *Ibid.*

10 IDEIAS PARA COMUNICAR A FÉ

Quem quer comunicar a experiência cristã precisa de conhecer a fé que deseja transmitir, e precisa de conhecer também as regras de jogo da comunicação pública. Há princípios a seguir. Sobre a mensagem que se quer difundir, sobre a pessoa que comunica e sobre o modo de transmitir.



A transmissão da fé é uma questão antiga, presente nos dois mil anos de vida da comunidade cristã, que sempre se considerou mensageira de uma notícia que lhe foi revelada e é digna de ser comunicada. É uma questão antiga, mas também é um tema de candente actualidade. Desde Paulo VI até Bento XVI, os Papas não deixaram de assinalar a necessidade de melhorar a transmissão da fé.

Esta questão relaciona-se frequentemente com a “nova evangelização”. Nesse contexto, João Paulo II afirmou que a transmissão da fé tem de ser nova "no seu ardor, nos seus métodos, na sua expressão". Aqui referiremos particularmente a novidade nos métodos.

Há factores externos, que constituem um obstáculo à difusão da mensagem cristã, sobre os quais é difícil influir. Mas compete-nos avançar noutros factores que estão ao nosso alcance. Nesse sentido, quem pretende comunicar a experiência cristã precisa de conhecer a fé que deseja transmitir, e também deve conhecer as regras de jogo da comunicação pública.

Partindo, por um lado, dos documentos mais relevantes da Igreja e, por outro, da bibliografia essencial no âmbito da comunicação, os primeiros referem-se à mensagem que se pretende difundir; os seguintes, à pessoa que comunica; e os últimos, ao modo de transmitir essa mensagem à opinião pública. Antes de mais, a mensagem deve ser positiva. O público acolhe informações de todo o género, e toma boa nota dos protestos e das críticas. Mas colabora sobretudo em projectos, propostas e causas positivas.

Características da mensagem 1. Positiva

João Paulo II afirma na encíclica “Familiaris consortio” que a moral é um caminho para a felicidade e não uma série de proibições. Esta ideia tem sido frequentemente repetida por Bento XVI, de diferentes maneiras: Deus dá-nos tudo e não nos tira nada; os ensinamentos da Igreja não são um código de limitações, mas uma luz que se recebe em liberdade.

A mensagem cristã tem de ser transmitida como o que realmente é: um sim imenso ao homem, à mulher, à vida, à liberdade, à paz, ao desenvolvimento, à solidariedade, às virtudes... Para a transmitir adequadamente aos outros, é necessário primeiro entender e experimentar a fé desse modo positivo.

Neste contexto adquirem particular valor umas palavras do Cardeal Ratzinger: “A força com que a verdade se impõe tem de ser a alegria, que é a sua expressão mais clara. Os cristãos deveriam apostar nela e nela dar-se a conhecer ao mundo”. A comunicação através da irradiação da alegria é a mais positiva das exposições.

2. Relevante

Em segundo lugar, a mensagem deve ser relevante, significativa para quem escuta, não somente para quem fala. S. Tomás de Aquino afirma que há dois tipos de comunicação: a *locutio*, um fluir de palavras que não interessam absolutamente nada aos que escutam; e a *illuminatio*, que consiste em dizer algo que ilustra a mente e o coração dos interlocutores sobre algum aspecto que realmente os afecta.

Transmitir a fé não é discutir para vencer, mas dialogar para convencer. O desejo de persuadir sem derrotar marca profundamente a atitude de quem comunica. A escuta converte-se em algo fundamental: permite saber o que interessa, o que preocupa o interlocutor. Conhecer as suas perguntas antes de propor as respostas. O contrário de relevância é auto-referência: limitar-se a falar de si próprio não é uma boa base para o diálogo.

3. Clara

Em terceiro lugar, a mensagem deve ser clara. A comunicação não é principalmente aquilo que o emissor explica, mas o que o destinatário entende. Acontece em todos os campos do saber (ciência, tecnologia, economia): para comunicar é preciso evitar a complexidade argumentativa e a obscuridade da linguagem. Também em matéria de religião convém procurar argumentos claros e palavras simples. Neste sentido, seria necessário reivindicar o valor da retórica, da literatura, das metáforas, do cinema, da publicidade, das imagens, dos símbolos, para difundir a mensagem cristã.

Por vezes, quando a comunicação não funciona, transfere-se a responsabilidade para o receptor: considera-se que os outros são incapazes de entender. Porém, a norma deve ser o oposto: esforçar-se por ser cada vez mais claro, até conseguir o objectivo que se pretende.

Qualidades da pessoa que comunica 1. Credibilidade

Para que um destinatário aceite uma mensagem, a pessoa ou organização que a propõe deve merecer credibilidade. Assim como a credibilidade se fundamenta na veracidade e na integridade moral, a mentira e a suspeita anulam o processo de comunicação na sua base. A perda de credibilidade é uma das consequências mais sérias de algumas crises que se produziram nestes anos.

2. Empatia

O segundo princípio é a empatia. A comunicação é uma relação que se estabelece entre pessoas, não um mecanismo anónimo de difusão de ideias. O Evangelho dirige-se a pessoas: políticos e eleitores, jornalistas e leitores. Pessoas com os seus próprios pontos de vista, os seus sentimentos e as suas emoções. Quando se fala de modo frio, aumenta a distância que separa do interlocutor. Uma escritora africana afirmou que a maturidade de uma pessoa está na sua capacidade de descobrir que pode “ferir” os outros e de agir conseqüentemente. A nossa sociedade está superpovoada de corações feridos e de inteligências perplexas. É necessário aproximar-se com delicadeza da dor física e da dor moral. A empatia não implica renunciar às convicções próprias, mas pôr-se no lugar do outro. Na sociedade actual, convencem as respostas que sejam cheias de sentido e de humanidade.

3. Cortesia

O terceiro princípio relativo à pessoa que comunica é a cortesia. A experiência mostra que nos debates públicos proliferam os insultos pessoais e a desqualificação mútua. Nesse campo, se não se cuida a forma, corre-se o risco de que a proposta cristã seja vista como mais uma das posturas radicais que estão no ambiente. Correndo embora o risco de parecer ingénuo, penso que convém demarcar-se deste enfoque. A clareza não é incompatível com a delicadeza.

Com delicadeza pode-se dialogar; sem delicadeza, o fracasso está de antemão garantido: quem era partidário antes da discussão, continuará a sê-lo depois, e quem era contrário raramente mudará de posição.

Recordo um cartaz situado à entrada de um “pub” perto do Castelo de Windsor, no Reino Unido. Dizia, mais ou menos: “Neste local são bem-vindos os cavalheiros. E um cavalheiro é-o antes de beber cerveja e também depois”. Poderíamos acrescentar: um cavalheiro é-o quando lhe dão razão e quando sucede exactamente o contrário.

Princípios quanto ao modo de comunicar

1. Profissionalismo

A “Gaudium et Spes” recorda que cada actividade humana tem a sua própria natureza, que é preciso descobrir, utilizar e respeitar, se se pretende participar nela. Cada campo do saber tem a sua metodologia; cada actividade, as suas normas; e cada profissão, a sua lógica. A evangelização não se produzirá a partir de fora das realidades humanas, mas a partir de dentro: os políticos, os empresários, os jornalistas, os professores, os guionistas, os sindicalistas, são aqueles que podem introduzir melhorias práticas nos seus respectivos âmbitos.

S. Josemaria recordava que é cada profissional, comprometido com as suas crenças e com a sua profissão, que há-de encontrar as propostas e soluções adequadas. Se se trata de um debate parlamentar, com argumentos políticos; se de um debate médico, com argumentos científicos; e assim sucessivamente. Este princípio aplica-se às actividades de comunicação, que estão a conhecer um desenvolvimento extraordinário nos últimos anos, tanto pela crescente qualidade das formas narrativas, como pelas audiências cada vez mais amplas e pela participação cívica, cada dia mais activa.

2. Transversalidade

O segundo princípio poderia denominar-se transversalidade. O profissionalismo é imprescindível quando as convicções religiosas pesam num debate. A transversalidade, quando pesam as convicções políticas.

Neste ponto, vale a pena mencionar a situação de Itália. Ao fazer a declaração de rendimentos, mais de 80% dos italianos assinala o espaço correspondente à Igreja, porque deseja apoiar economicamente as suas actividades. Isto significa que a Igreja merece a confiança de uma grande maioria de cidadãos, não somente dos que se revêem numa tendência política.

3. Gradação

O terceiro princípio relativo ao modo de comunicar é a gradação. As tendências sociais têm uma vida complexa: nascem, crescem, desenvolvem-se, modificam-se e morrem. Consequentemente, a comunicação de ideias tem muito a ver com a “cultura”: semear, regar, podar, limpar, esperar, antes de colher.

O fenómeno da secularização foi-se consolidando nos últimos séculos. Processos de tão longa gestação não se resolvem em anos, meses ou semanas. O cardeal Ratzinger explicava que a nossa visão do mundo costuma seguir um paradigma “masculino”, onde o importante é a acção, a eficácia, a programação e a rapidez. E concluía que convém dar mais espaço a um paradigma “feminino”, porque a mulher sabe que tudo o que tem a ver com a vida requer espera, exige paciência.

O contrário deste princípio é a pressa, que leva à impaciência e muitas vezes também ao desânimo, porque é impossível conseguir objectivos de entidade a curto prazo.

4. Caridade

A estes nove princípios seria necessário acrescentar outro, que afecta todos os aspectos mencionados: a mensagem, a pessoa que comunica e o modo de comunicar. O princípio da caridade.

Alguns autores destacaram que, nos primeiros séculos, a Igreja se expandiu de forma muito rápida porque era uma comunidade acolhedora,

onde era possível viver uma experiência de amor e liberdade. Os católicos tratavam o próximo com caridade, cuidavam das crianças, dos pobres, dos idosos, dos enfermos. Tudo isso se converteu num íman de atracção irresistível.

A caridade é o conteúdo, o método e o estilo da comunicação da fé; a caridade converte a mensagem cristã em algo positivo, relevante e atractivo; proporciona credibilidade, empatia e amabilidade às pessoas que comunicam; e é a força que permite actuar de forma paciente, integradora e aberta. Porque o mundo em que vivemos é também com demasiada frequência um mundo duro e frio, onde muitas pessoas se sentem excluídas e maltratadas e esperam algo de luz e de calor. Neste mundo, o grande argumento dos católicos é a caridade. Graças à caridade, a evangelização é sempre, e verdadeiramente, nova.

Juan Manuel Mora

Artigo publicado em
"L'Osservatore Romano"

* Juan Manuel Mora é Vice-Reitor de Comunicação Institucional da Universidade de Navarra. Entre 1991 e 2006 trabalhou no Departamento de Comunicação do Opus Dei em Roma. Na sua especialidade, a Comunicação Institucional, combinou a actividade profissional e a consultoria com a docência e a investigação.

O FOGO DOS PRIMEIROS CRISTÃOS

Como reagiram os primeiros cristãos diante do mundo que os rodeava? Às vezes, aparece a tentação de atribuir a expansão do Evangelho a prodígios e milagres. No entanto, a fé foi o prodígio que arrastou homens de todas as classes, condição e cultura. A fé e o amor por Cristo.



Faltam ainda umas horas para amanhecer. Um homem passeia pela margem de uma praia, contemplando o mar. É famoso em muitos círculos intelectuais. Não tarda em descobrir outra pessoa nesse lugar agora deserto: é um ancião. O intelectual questiona-se sobre o que fará ele aqui a estas horas, mas não diz nada. Só o olha, surpreso. O ancião percebe o seu desconcerto e dirige-se a ele. Explica-lhe que espera uns familiares, que estão a navegar. A conversa prossegue. O intelectual fala sobre vários temas: cultura, política, religião; gosta de falar. O ancião sabe escutar e é aqui que, quando intervém, o faz com sentido cristão. Talvez, noutra ocasião o intelectual tivesse ironizado ou dado por findo o diálogo. No entanto, a simplicidade do ancião desarma-o. O intelectual pode não partilhar as suas ideias, mas reconhece que têm muito em comum. Olha com simpatia a fé inocente do ancião. Passam as horas. Despedem-se. Nunca mais se voltarão a ver.

O intelectual não esquecerá este encontro. Meses depois, compreenderá que só as palavras do ancião parecem dar razão à sua ânsia de verdade. Um encontro fortuito aproximou-o da fé, abrindo-lhe um horizonte mais amplo do que lhe apresentavam todas as suas ideias anteriores. Passado pouco tempo, Justino, o filósofo, receberá o baptismo e converter-se-á num dos maiores apologistas cristãos [1].

Talvez algo similar tenha sucedido com amigos nossos ou connosco próprios. A história de São Justino é actual porque as respostas às perguntas que o homem não pode deixar de fazer – o sentido da vida, a possibilidade da felicidade, o modo de a conseguir, a existência do sofrimento – só se encontram em Cristo. No entanto, não é evidente que na Cruz esteja a felicidade e a plenitude da vida. Talvez por isso, em certas ocasiões desviamos a nossa atenção do problema. Procuramos fugir da dor a qualquer preço; mas a dor é inevitável. Dirigimos a vida para o êxito, a segurança do dinheiro, o prazer; mas são fundamentos que se verifica que são falsos, que acabam por saturar e falhar. No final fica apenas a solidão que sentiu o filho pródigo, o desamparo do homem que tentou construir a sua vida sem Deus [2].

Ao ler as *Confissões* de Santo Agostinho ou as vidas dos primeiros convertidos, descobrimos que as suas inquietações essenciais são as mesmas que as do homem de hoje. As mesmas ansiedades, as mesmas soluções, os mesmos sucedâneos, a mesma única resposta real: Cristo. Há quem tente negar esta realidade, apresentando os homens do século I como incapazes de diferenciar a realidade e ficção. Apresenta-se a crença em Deus como impossível à luz do progresso actual, incompatível com o sentido moderno da liberdade. Tal modo de considerar os primeiros cristãos – e os seus contemporâneos! – é não lhes fazer justiça; também na antiga Roma abundavam *modernos* que aproveitavam o progresso para o seu maior prazer e defendiam, em nome da liberdade, os seus próprios egoísmos. Os primeiros cristãos souberam enfrentar as mesmas dificuldades que nós, correspondendo à graça. Inclusivamente pode até ser que as suas dificuldades fossem objectivamente maiores, pois viveram num mundo alheio às ideias do cristianismo. Um mundo em que, a par de um nível técnico e cultural nunca antes conhecido, palavras como “justiça” ou “igualdade” estavam reservadas a uns poucos; onde os crimes contra a vida eram moeda comum; onde a diversão incluía contemplar a morte de outros. Fala-se, por vezes do mundo moderno como *pós-cristão*, com um tom negativo. Tal consideração esquece que inclusivamente os que pretendem negar a mensagem de Cristo, não podem – nem querem – prescindir dos seus valores humanos. O terreno comum é patente aos homens de boa vontade, que nunca faltam. De algum modo, a realidade, depois de Cristo, é cristã.

A PIEDADE DOS PRIMEIROS CRISTÃOS

Como reagiram os primeiros cristãos diante do mundo que os rodeava? Por vezes, surge a tentação de atribuir a expansão do Evangelho a prodígios e milagres. Pode aparecer o erro de pensar que, retirados estes, só resta resignar-se aos erros que nos circundam. Esquecemos então que Cristo é o mesmo ontem, hoje e sempre, que não se “encurtou a sua mão”. E esquecemos também que a maioria das primeiras comunidades cristãs não

viu nenhum sinal extraordinário. A fé foi o *prodígio* que arrastou homens de todas as classes, condições e cultura. A fé e o amor por Cristo.

Os primeiros cristãos estavam conscientes de possuir uma nova vida. **O facto simples e sublime, do Baptismo [3]** tinha-lhes dado uma nova realidade: nada podia ser igual. Eram depositários e participavam do amor de Jesus por todos os homens. Deus habitava neles e por isso os primeiros cristãos procuravam sempre a vontade divina; actuar manifestando a mesma docilidade do Filho aos planos do Pai. Assim, através da sua vida diária, da sua coerência heróica – amiúde heróica só pela sua constância – Cristo vivificou o ambiente que os rodeava. Puderam ser instrumentos de Deus porque quiseram actuar sempre como o próprio Jesus. São Justino reconhecerá no ancião da praia o homem que o conduziu à fé, apesar de que a sua conversão tenha sido posterior. Priscila e Áquila descobriram as potencialidades de Apolo. Hoje vemos que as conseqüências de tais encontros são incalculáveis. Não podemos pensar em apologistas sem Justino; na expansão do cristianismo sem Apolo. E tudo dependeu de um instante: que teria acontecido se o ancião não tivesse tomado a iniciativa e perguntado a Justino se se conheciam? Se Áquila ou Priscila tivessem admirado a oratória de Apolo e tivessem seguido o seu caminho? Não o sabemos. O que sabemos é que corresponderam à moção do Espírito que os levou a descobrir essa ocasião e Deus encheu de frutos a sua docilidade. Neles se cumpriu o que São Josemaria pretendia dos seus filhos e de todos os cristãos: ***Cada um de vós há-de procurar ser apóstolo de apóstolos* [4].**

Se eles podiam responder às moções do Espírito na sua alma era, em primeiro lugar, porque cultivavam uma profunda vida de piedade. Sabiam reservar vários momentos do seu dia para tratar mais o Senhor. Não os deixavam ao acaso. Consideravam que desses momentos de trato mais íntimo dependia encontrar também o Senhor durante o resto do dia.

Numerosos textos dos primeiros séculos permitem que nos apercebamos do modo como os cristãos de então viviam a sua fé. Ao levantar-se, davam graças a Deus de joelhos. Em três momentos do dia rezavam o Pai-nosso, sem o reduzir a uma repetição de palavras: os comentários dos Padres e dos

primeiros escritores eclesiásticos mostram como o relacionavam com a actividade ordinária. Entre outras considerações, esta oração colocava-os diante da sua filiação divina, que não ficava assim uma realidade abstracta. Ao pedir pelos seus inimigos, questionavam-se sobre o modo de lhes manifestarem o amor de Deus. No momento de *pedir o pão* encontravam uma relação com a Eucaristia, agradecendo tal dom; na mesma petição descobriam a necessidade de estar desprendidos dos bens terrenos, não querendo mais do que o necessário nem se preocupando demasiado com as suas carências. O Pai-nosso convertia-se na síntese de todo o Evangelho e na norma de vida cristã. Os próprios momentos escolhidos para este tipo de oração recordavam-lhes os mistérios da fé e a necessidade de se identificarem com Jesus ao longo do dia, hora a hora: «Certamente, à hora de terça, desceu o Espírito Santo sobre os apóstolos (...). O Senhor foi crucificado à hora de sexta, à hora nona lavou com o seu sangue os nossos pecados» [5]. A catequese, a formação que recebiam, nunca separava o mistério cristão da vida.

Muitos fiéis cristãos praticavam o jejum às quartas e sextas-feiras, os *dies stationis*. O trabalho continuava; mas durante todo o dia tinham um firme desejo de vigília, concretizada na petição pelos outros homens. Como sentinelas, os que seguiam este costume viam-se a si mesmos velando na presença do seu Senhor. E esta prática de piedade tinha consequências no ambiente que os rodeava: «da comida que fores tomar calcularás a quantidade de gastos que corresponderia aquele dia e entregá-lo-ás a uma viúva, a um órfão ou a um necessitado» [6]. É comovedor este vínculo que, ao longo de séculos de cristianismo, une a verdadeira piedade com a caridade.

A Eucaristia ocupava um lugar privilegiado. A assiduidade à palavra de Deus, as orações e a fracção do pão [7] não se reduzia aos Domingos. Alguns textos dos primeiros escritores cristãos permitem-nos ver homens que frequentavam a Sagrada Comunhão durante a semana, às vezes à custa de incomodidades para não quebrar os jejuns voluntários. Qualquer pequeno sacrifício era nada desde que fortalecesse a união com Jesus.

Homens e mulheres sabiam que, quanto mais unidos estivessem a Cristo, mais facilmente poderiam descobrir o que Deus esperava deles, as ocasiões que Ele tinha preparadas para fazer chegar a felicidade plena a tantos homens.

Não se consideravam estas práticas de piedade como *imposições obrigatórias* da fé. Eram o modo lógico de corresponder ao dom recebido. Deus tinha-Se dado, como deveriam, então, os homens tratá-Lo, procurá-Lo? Por isso não se conformavam com mínimos e serviam-se de tudo o que honra a Deus para O tratar [8]. Destas normas de piedade – assim as poderíamos chamar – recebiam as forças para evidenciar Cristo nas suas obras; para viver de modo contemplativo, compreendendo que Ele queria servir-Se de cada uma das suas acções para anunciar o Reino de Deus. Não esqueciam de que muitas coisas grandes dependiam de que se comportassem como Deus queria [9].

COM A FORÇA DA CARIDADE

Por isso, a vida de piedade era inseparável de um profundo apostolado. Em alguns casos, os amigos dos primeiros cristãos perceberiam mudanças no seu modo de vida: a dignidade da condição cristã é incompatível com muitas acções consideradas então, como agora, *normais*. Os cristãos aproveitavam este contraste para explicar a razão da sua esperança e da sua nova atitude. Destacavam como a sua postura estava mais de acordo com a dignidade do homem e que a sua fé não os fazia negar o bom do mundo: «não me banho durante as orgias para não perder o dia e a noite, mas sim a hora conveniente que me conserve o calor e a saúde (...). Não como na rua, nas festas do Liber; mas ali onde ceio, o que tu ceias» [10]. Explicavam que a sua atitude permitia guardar o próprio coração para Deus e para os outros, porque «se fugirmos dos pensamentos, com muito mais facilidade recusaremos as obras» [11]. Quebravam assim o sofisma de uma moral puramente exterior, pois o que procede do coração é o que torna impuro o homem [12].

Alguma vez a conversão ao cristianismo não se notaria exteriormente, pelo menos num primeiro momento. Abundava gente que, antes do seu baptismo, era conhecida pela sua rectidão: São Justino, o Cônsul Sérgio Paulo [13], Pomponia Grecina [14], o senador Apolónio [15], os Flavios [16] e muitos outros podem servir de exemplo. Os historiadores romanos recolheram alguns nomes ilustres; mas a maior parte dos primeiros cristãos era gente corrente que reconheceram a verdade na mensagem do Senhor, movidos pela graça. O facto de encontrar a fé na idade adulta fez com que a sua profissão e as suas relações sociais adquirissem ainda mais valor: formavam o ambiente aonde Cristo ia actuar *neles e através deles*. Em nenhum caso decidiram auto excluir-se ou aceitar que fossem separados da sociedade em que tinham crescido e que amavam. Certamente não transigiam com o que ofendia a Deus, mas procuravam exceder-se no cumprimento dos seus deveres e sabiam que a sua acção contribuiria para um mundo mais justo. Os testemunhos são inumeráveis, mas talvez a melhor prova da sua atitude seja o afã apostólico dos primeiros cristão. Atrás da história de cada conversão, encontramos alguém que mostrou com obras que tinha feito uma boa e verdadeira escolha. Um homem, ou uma mulher, que enfrentava a vida com entusiasmo e alegria.

À hora de actuar, os cristãos não colocavam falsas disjuntivas entre público e privado. Viviam a sua vida, a mesma vida de Cristo. Isto chocava com a mentalidade da época, em que muitos entendiam a religião como um instrumento para a coesão do estado. Tal desconcerto vê-se, por exemplo, na acta do martírio de São Justino. O perfeito Rústico não era capaz de aceitar ou compreender as palavras de responsabilidade e iniciativa pessoal do mártir: «cada um reúne-se onde pode e prefere. Sem dúvida imaginas que nos juntamos num mesmo lugar, mas não é assim (...). Eu vivo junto de um certo Martín, no balneário de Timiotino (...). Se alguém quisesse vir ter comigo, ali lhe comunicava as palavras da verdade» [17]. A sua acção apostólica era o resultado da plena liberdade e iniciativa dos filhos de Deus. A grande mudança social que propiciaram foi sempre o resultado de numerosíssimas mudanças pessoais.

As incompreensões eram para os primeiros cristãos um acicate para mostrar a sua fé através das obras. O amor a Deus mostrava-se no martírio. Entendia-se o martírio como testemunho: mas se sofrer o martírio físico era o testemunho supremo, a maioria dos cristãos advertiam que deviam reflectir um martírio espiritual, mostrando na sua vida o mesmo amor que movia os mártires. Durante séculos, “mártir” e “testemunha” foram termos intermutáveis, pois correspondiam a um único conceito. Os nossos antepassados na fé sabiam que actuar cristãmente facilitaria a compreensão do Evangelho e que a incoerência levaria ao escândalo, «porque os gentios, quando ouvem da nossa boca as palavras de Deus ficam maravilhados com a sua formosura e grandeza; mas quando descobrem que as nossas obras não são dignas das palavras que dizemos, imediatamente começam a blasfemar, dizendo que é um conto falaz e um engano» [18]. Bento XVI recordou a necessidade de mostrar assim a caridade de Cristo: «O amor ao próximo enraizado no amor a Deus é antes de tudo uma tarefa para cada fiel» [19]. Que tarefa mais apaixonante tornar presente aqui e agora o amor que o homem sempre necessita! [20] Amor que os primeiros cristãos manifestaram com a sua preocupação social, a sua honradez profissional, a sua vida limpa e o seu sentido da amizade e da lealdade; afinal, com a sua coerência. «Nós somos sempre e em tudo consequentes e estamos de acordo connosco próprios, pois obedecemos à razão e não a violentamos» [21].

À luz destas considerações, é fácil compreender a razão pela qual São Josemaria animou as suas filhas e filhos a imitar os primeiros cristãos. Apaixona viver como eles viveram: ***a meditação da doutrina da fé até a tornar própria, o encontro com Cristo na Eucaristia, o diálogo pessoal – a oração sem anonimato – cara a cara com Deus, hão-de constituir como que a substância última da nossa conduta*** [22]. Deste modo, o nosso trabalho, a nossa vida corrente, manifestarão o que somos: cidadãos cristãos que querem responder alegremente às estupendas exigências da nossa fé na sua plenitude [23].

Experimentaremos ***o pasmo dos primeiros discípulos ao contemplar as primícias dos milagres que se operavam pelas suas mãos em nome de***

Cristo, podendo dizer com eles: “**Influímos tanto no ambiente!**” [24].

NOTAS:

[1] Cfr. São Justino, *Dialogus cum Tryphone*, 2.

[2] Cfr. *Lc* 15, 16.

[3] *Temas Actuais do Cristianismo*, n. 24.

[4] *Caminho*, n. 920.

[5] São Cipriano, *De Dominica oratione*, n. 35.

[6] *Pastor de Hermas*, *Mandatum V*, 4.

[7] Cfr. *Act* 2, 42.

[8] Cfr. Tertuliano, *De oratione*, 27.

[9] Cfr. *Caminho*, n. 755.

[10] Tertuliano, *Apologeticum*, 42.

[11] Atenágoras, *Legatio pro christianis*, 33.

[12] *Mt* 15, 18-19.

[13] *Act* 13, 7.

[14] Tácito, *Anais*, 13, 32.

[15] Suetonio, *Vita Domitiani*, 10, 2.

[16] Suetonio, *Historia Romana*, 67, 14.

[17] *Martyrium S. Iustinii et sociorum*, 75.

[18] Pseudo-Clemente, *Homilia [Secunda Clementis]*, 13.

[19] Bento XVI, Litt. enc. *Deus caritas est*, 25-XII-2005, n. 20.

[20] Cfr. *Ibid.*, n. 31.

[21] Atenágoras, *Legatio pro christianis*, 35.

[22] *É Cristo que passa*, n. 134.

[23] Cfr. *Ibid.*

[24] *Caminho*, n. 376.

Fonte: Documentos, Agosto de 2006.

**«LAUDATO SI'», A SEGUNDA
ENCÍCLICA DO PAPA FRANCISCO**

Apresentada em Roma, com a data de 24 de Maio de 2015, a segunda encíclica do Papa Francisco que tem como tema central a ecologia



Apresenta-se, em primeiro lugar, uma visão geral da encíclica «Laudato si'» e, em seguida, o objetivo de cada um dos seis capítulos e alguns dos seus parágrafos chave. Os números entre parênteses remetem para os parágrafos da encíclica

Um olhar por inteiro

«Que tipo de mundo queremos deixar a quem nos vai suceder, às crianças que estão a

crescer?» (160). Esta pergunta é o âmago da Laudato si', a esperada Encíclica do Papa Francisco sobre o cuidado da casa comum. Que prossegue: «Esta pergunta não toca apenas o meio ambiente de maneira isolada, porque não se pode pôr a questão de forma fragmentária», e isso

conduz a interrogar-se sobre o sentido da existência e sobre os valores que estão na base da vida social: «Para que viemos a esta vida? Para que trabalhamos e lutamos? Que necessidade tem de nós esta terra?»: «Se não pulsa nelas esta pergunta de fundo – diz o Pontífice – não creio que as nossas preocupações ecológicas possam surtir efeitos importantes».

O nome da Encíclica foi inspirado na invocação de São Francisco «Louvado sejas, meu Senhor», que no Cântico das criaturas recorda que a terra, a nossa casa comum, «se pode comparar ora com uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora com uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços» (1). Nós mesmos «somos terra (cfr Gen 2,7). O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar e a sua água vivifica-nos e restaura-nos» (2).

Agora, esta terra maltratada e saqueada lamenta-se e os seus gemidos unem-se aos de todos os abandonados do mundo. O Papa Francisco convida a ouvi-los, exortando todos e cada um – indivíduos, famílias, coletividades locais, nações e comunidade internacional – a uma «conversão ecológica», segundo a expressão de São João Paulo II, isto é, a «mudar de rumo», assumindo a beleza e a responsabilidade de um compromisso para o «cuidado da casa comum». Ao mesmo tempo, o Papa Francisco reconhece que se nota «uma crescente sensibilidade relativamente ao meio ambiente e ao cuidado da natureza, e cresce uma sincera e sentida preocupação pelo que está a acontecer ao nosso planeta» (19), legitimando um olhar de esperança que permeia toda a Encíclica e envia a todos uma mensagem clara e repleta de esperança: «A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum» (13); «o ser humano ainda é capaz de intervir de forma positiva» (58); «nem tudo está perdido, porque os seres humanos, capazes de tocar o fundo da degradação, podem também superar-se, voltar a escolher o bem e regenerar-se» (205).

O Papa Francisco dirige-se certamente aos fiéis católicos, retomando as palavras de São João Paulo II: «os cristãos, em particular, advertem que a sua tarefa no seio da criação e os seus deveres em relação à natureza e ao Criador fazem parte da sua fé» (64), mas propõe-se «especialmente entrar

em diálogo com todos acerca da nossa casa comum» (3): o diálogo percorre todo o texto, e no cap. 5 torna-se o instrumento para enfrentar e resolver os problemas. Desde o início, o Papa Francisco recorda que também «outras Igrejas e Comunidades cristãs – bem como noutras religiões – se tem desenvolvido uma profunda preocupação e uma reflexão valiosa» sobre o tema da ecologia (7). Ou melhor, assume explicitamente a sua contribuição a partir do que foi dito pelo «amado Patriarca Ecuménico Bartolomeu» (7), amplamente citado nos nn. 8-9. Em vários trechos, o Pontífice agradece aos protagonistas deste esforço – seja indivíduos, seja associações ou instituições – reconhecendo que «a reflexão de inúmeros cientistas, filósofos, teólogos e organizações sociais que enriqueceram o pensamento da Igreja sobre estas questões» (7) e convida todos a reconhecer «a riqueza que as religiões possam oferecer para uma ecologia integral e o pleno desenvolvimento do género humano» (62).

O itinerário da Encíclica é traçado no n. 15 e desenvolve-se em seis capítulos. Passa-se de uma análise da situação a partir das melhores descobertas científicas hoje disponíveis (cap. 1), ao confronto com a Bíblia e a tradição judaico-cristã (cap. 2), identificando a raiz dos problemas (cap. 3) na tecnocracia e num excessivo fechamento auto-referencial do ser humano. A proposta da Encíclica (cap. 4) é a de uma «ecologia integral, que inclua claramente as dimensões humanas e sociais» (137), indissoluvelmente ligadas com a questão ambiental. Nesta perspetiva, o Papa Francisco propõe (cap. 5) empreender a todos os níveis da vida social, económica e política um diálogo honesto, que estruture processos de decisão transparentes, e recorda (cap. 6) que nenhum projeto pode ser eficaz se não for animado por uma consciência formada e responsável, sugerindo ideias para crescer nesta direção no nível educativo, espiritual, eclesial, político e teológico. O texto conclui com duas orações, uma oferecida à partilha com todos os que acreditam num «Deus Criador Onnipotente» (246) e outra proposta para os que professam a fé em Jesus Cristo, ritmada pelo refrão «Laudato si'», com o qual a Encíclica se abre e se conclui.

O texto é atravessado por alguns eixos temáticos, analisados por uma variedade de perspectivas diferentes, que lhe conferem uma forte unidade: «a relação íntima entre os pobres e a fragilidade do planeta, a convicção de que tudo está estreitamente interligado no mundo, a crítica do novo paradigma e das formas de poder que derivam da tecnologia, o convite a procurar outras maneiras de entender a economia e o progresso, o valor próprio de cada criatura, o sentido humano da ecologia, a necessidade de debates sinceros e honestos, a grave responsabilidade da política internacional e local, a cultura do descarte e a proposta dum novo estilo de vida» (16).

Primeiro Capítulo – O que está a acontecer à nossa casa

O capítulo apresenta os mais recentes conhecimentos científicos em matéria ambiental como modo de ouvir o grito da criação, «transformar em sofrimento pessoal aquilo que acontece ao mundo e, assim, reconhecer a contribuição que cada um lhe pode dar» (19). Enfrentam-se assim «vários aspectos da atual crise ecológica» (15).

As mudanças climáticas: «As mudanças climáticas são um problema global com graves implicações ambientais, sociais, económicas, distributivas e políticas, constituindo atualmente um dos principais desafios para a humanidade» (25). Se «o clima é um bem comum, um bem de todos e para todos» (23), o impacto mais pesado da sua alteração recai sobre os mais pobres, mas muitos «daqueles que detêm mais recursos e poder económico ou político parecem concentrar-se sobretudo em mascarar os problemas ou ocultar os seus sintomas» (26): «a falta de reações diante destes dramas dos nossos irmãos e irmãs é um sinal da perda do sentido de responsabilidade pelos nossos semelhantes, sobre o qual se funda toda a sociedade civil» (25).

A questão da água: O Pontífice afirma claramente que «o acesso à água potável e segura é um direito humano essencial, fundamental e universal, porque determina a sobrevivência das pessoas e, portanto, é condição para o exercício dos outros direitos humanos». Privar os pobres do acesso à água

significa «negar-lhes o direito à vida radicado na sua dignidade inalienável» (30).

A preservação da biodiversidade: «Anualmente, desaparecem milhares de espécies vegetais e animais que já não poderemos conhecer mais, que os nossos filhos não poderão ver, perdidas para sempre» (33). Não são somente eventuais “recursos” exploráveis, mas têm um valor em si mesmos. Nesta perspectiva, «são louváveis e, às vezes, admiráveis os esforços de cientistas e técnicos que procuram dar solução aos problemas criados pelo ser humano», mas a intervenção humana, quando se coloca ao serviço da finança e do consumismo, «faz com que esta terra onde

vivemos se torne realmente menos rica e bela, cada vez mais limitada e cinzenta» (34).

A dívida ecológica: no âmbito de uma ética das relações internacionais, a Encíclica indica que existe «uma verdadeira “dívida ecológica”» (51), sobretudo do Norte em relação ao Sul do mundo. Diante das mudanças climáticas, existem «responsabilidades diversificadas» (52), e as dos países desenvolvidos são maiores.

Consciente das profundas divergências quanto a essas problemáticas, o Papa Francisco mostra-se profundamente impressionado com a «fraqueza das reações» diante dos dramas de tantas pessoas e populações. Embora não falem exemplos positivos (58), refere «um certo torpor e uma alegre irresponsabilidade» (59). Faltam uma cultura adequada (53) e a disponibilidade em mudar estilos de vida, produção e consumo (59), enquanto é urgente «criar um sistema normativo [...] que inclua limites invioláveis e assegure a proteção dos ecossistemas» (53).

Segundo capítulo – O Evangelho da criação

Para enfrentar as problemáticas ilustradas no capítulo precedente, o Papa Francisco relê as narrações da Bíblia, oferece uma visão global oriunda da tradição judaico-cristã e articula a «tremenda responsabilidade»

(90) do ser humano diante da criação, o elo íntimo entre todas as criaturas e o facto de que «o meio ambiente é um bem coletivo, património de toda a humanidade e responsabilidade de todos» (95).

Na Bíblia, «o Deus que liberta e salva é o mesmo que criou o universo; [...] n'Ele se conjugam o carinho e a força» (73). A narração da criação é central para refletir sobre a relação entre o ser humano e as outras criaturas e como o pecado quebra o equilíbrio de toda a criação no seu conjunto: «Essas narrações sugerem que a existência humana se baseia em três relações fundamentais intimamente ligadas: as relações com Deus, com o próximo e com a terra. Segundo a Bíblia, essas três relações vitais quebraram-se não só exteriormente, mas também dentro de nós. Essa rutura é o pecado» (66).

É por isso, mesmo que nós «cristãos, algumas vezes interpretamos de forma incorreta as Escrituras, hoje devemos decididamente rejeitar que, do facto de ser criados à imagem de Deus e do mandato de dominar a terra, se deduza um domínio absoluto sobre as outras criaturas» (67). Ao ser humano cabe a responsabilidade de «“cultivar e guardar" o jardim do mundo (cfr Gen 2,15)» (67), sabendo que «o fim último das restantes criaturas não somos nós. Mas todas avançam, juntamente connosco e através de nós, para a meta comum, que é Deus» (83).

Que o ser humano não seja o dono do universo, «não significa igualar todos os seres vivos e tirar ao ser humano aquele seu valor peculiar» que o caracteriza; «também não requer uma divinização da terra, que nos privaria da nossa vocação de colaborar com ela e proteger a sua fragilidade» (90). Nesta perspectiva, «todo o encarniçamento contra qualquer criatura «é contrário à dignidade humana»» (92), mas «não pode ser autêntico um sentimento de união íntima com os outros seres da natureza, se ao mesmo tempo não houver no coração ternura, compaixão e preocupação pelos seres humanos» (91). Necessita-se da consciência de uma comunhão universal: «criados pelo mesmo Pai, estamos unidos por laços invisíveis e formamos uma espécie de família universal, [...] que nos impele a um respeito sagrado, amoroso e humilde » (89).

O coração da revelação cristã conclui o Capítulo: «Jesus terreno» com a «sua relação tão concreta e amorosa com o mundo» «ressuscitado e glorioso», está «presente em toda a criação com o seu domínio universal» (100).

Terceiro capítulo – A raiz humana da crise ecológica

Este capítulo apresenta uma análise da situação atual, «de modo a individualizar não apenas os seus sintomas, mas também as causas mais profundas» (15), num diálogo com a filosofia e as ciências humanas.

Um primeiro fulcro do capítulo, são as reflexões sobre a tecnologia: é reconhecida, com gratidão, a sua contribuição para o melhoramento das condições de vida (102-103); todavia ela oferece «àqueles que detêm o conhecimento e sobretudo o poder económico para o desfrutar, um domínio impressionante sobre o conjunto do género humano e do mundo inteiro» (104). São precisamente as lógicas de domínio tecnocrático que levam a destruir a natureza e explorar as pessoas e as populações mais vulneráveis. «O paradigma tecnocrático tende a exercer o seu domínio também sobre a economia e a política» (109), impedindo reconhecer que «o mercado, por si mesmo[...] não garante o desenvolvimento humano integral nem a inclusão social» (109).

Na origem diagnostica-se na época moderna um excesso de antropocentrismo (116): o ser humano já não reconhece a sua correta posição em relação ao mundo e assume uma posição auto-referencial, centrada exclusivamente em si mesmo e no próprio poder. Daí deriva uma lógica do «descartável» que justifica todo o tipo de descarte, ambiental ou humano, que trata o outro e a natureza como um simples objeto e conduz a uma miríade de formas de domínio. É a lógica que leva a explorar as crianças, a abandonar os idosos, a reduzir os outros à escravidão, a sobrestimar a capacidade do mercado de se auto-regular, a praticar o tráfico de seres humanos, o comércio de peles de animais em risco de extinção e de “diamantes de sangue”. É a mesma lógica de muitas máfias, dos traficantes

de órgãos, do tráfico de drogas e do descarte de crianças porque não correspondem ao desejo de seus pais. (123)

Nesta luz, a encíclica aborda duas questões cruciais para o mundo de hoje. Antes de mais, o trabalho: «Em qualquer abordagem de ecologia integral que não exclua o ser humano, é indispensável incluir o valor do trabalho» (124), bem como «renunciar a investir nas pessoas para se obter maior receita imediata é um péssimo negócio para a sociedade» (128).

A segunda diz respeito aos limites do progresso científico, com clara referência aos OGM (132-136), que são «uma questão de carácter complexo» (135). Embora «nalgumas regiões, a sua utilização ter produzido um crescimento económico que contribuiu para resolver determinados problemas, há dificuldades importantes que não devem ser minimizadas» (134), a partir da «concentração de terras produtivas nas mãos de poucos» (134). O Papa Francisco pensa em particular nos pequenos produtores e trabalhadores rurais, na biodiversidade, na rede de ecossistemas. É, portanto, preciso assegurar «um debate científico e social que seja responsável e amplo, capaz de considerar toda a informação disponível e chamar as coisas pelo seu nome» a partir de «linhas de pesquisa autónomas e interdisciplinares que possam trazer nova luz» (135).

Quarto capítulo – Uma ecologia integral

O coração da proposta da Encíclica é a ecologia integral como novo paradigma de justiça; uma ecologia «que integre o lugar específico que o ser humano ocupa neste mundo e as suas relações com a realidade que o circunda» (15). De facto, «isto impede-nos de considerar a natureza como algo separado de nós ou como uma mera moldura da nossa vida» (139). Isto vale, por mais que vivamos em diferentes campos: na economia e na política, nas diversas culturas, de modo particular nas mais ameaçadas, e até mesmo em cada momento da nossa vida quotidiana.

A perspetiva integral põe em jogo também uma ecologia das instituições: «Se tudo está relacionado, também o estado de saúde das

instituições de uma sociedade tem consequências no ambiente e na qualidade de vida humana: “toda a lesão da solidariedade e da amizade cívica provoca danos ambientais”» (142). Com muitos exemplos concretos, o Papa Francisco reafirma o seu pensamento: há uma ligação entre questões ambientais e questões sociais e humanas que nunca pode ser quebrada. Assim, «a análise dos problemas ambientais é inseparável da análise dos contextos humanos, familiares, laborais, urbanos, e da relação de cada pessoa consigo mesma» (141), enquanto «Não há duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas uma única e complexa crise sócio-ambiental» (139).

Esta ecologia integral «é inseparável da noção de bem comum» (156), a ser entendida, no entanto, de modo concreto: no contexto atual, no qual «há tantas desigualdades e são cada vez mais numerosas as pessoas descartadas, privadas dos direitos humanos fundamentais» comprometer-se pelo bem comum significa fazer escolhas solidárias com base «numa opção preferencial pelos mais pobres» (158). Esta é também a melhor maneira para deixar um mundo sustentável às gerações futuras, não com proclamações, mas através de um compromisso de cuidado dos pobres de hoje, como já havia sublinhado Bento XVI: «para além da leal solidariedade entre as gerações, há que reafirmar a urgente necessidade moral de uma renovada solidariedade entre os indivíduos da mesma geração» (162).

A ecologia integral envolve também a vida diária, para a qual a Encíclica reserva uma atenção específica em particular no ambiente urbano. O ser humano tem uma grande capacidade de adaptação e «admirável é a criatividade e generosidade de pessoas e grupos que são capazes de dar a volta às limitações do ambiente, [...] aprendendo a orientar a sua existência no meio da desordem e precariedade» (148). No entanto, um desenvolvimento autêntico pressupõe uma melhoria integral na qualidade da vida humana: espaços públicos, habitação, transportes, etc. (150-154).

Também «o nosso corpo nos coloca numa relação direta com o meio ambiente e com os outros seres vivos. A aceitação do próprio corpo como

dom de Deus é necessária para acolher e aceitar o mundo inteiro como dom do Pai e casa comum; pelo contrário, uma lógica de domínio sobre o próprio corpo transforma-se numa lógica, por vezes subtil, de domínio sobre a criação» (155).

Quinto capítulo – Algumas linhas de orientação e ação

Este capítulo aborda a pergunta sobre o que podemos e devemos fazer. As análises não podem ser suficientes: são necessárias propostas «de diálogo e de ação que envolvam seja cada um de nós, seja a política internacional» (15), e «que nos ajudem a sair da espiral de autodestruição onde nos estamos a afundar» (163). Para o Papa Francisco é imprescindível que a construção de caminhos concretos não seja enfrentada de modo ideológico, superficial ou reducionista. Por isso, é indispensável o diálogo, termo presente no título de cada secção deste capítulo: «Há discussões sobre questões relativas ao meio ambiente, onde é difícil chegar a um consenso. [...] a Igreja não pretende definir as questões científicas, nem substituir-se à política, mas [eu] convido a um debate honesto e transparente para que as necessidades particulares ou as ideologias não lesem o bem comum» (188).

Com esta base o Papa Francisco não tem medo de fazer um julgamento severo sobre as dinâmicas internacionais recentes: «as cimeiras mundiais sobre o meio ambiente dos últimos anos não corresponderam às expectativas, porque não alcançaram, por falta de decisão política, acordos ambientais globais realmente significativos e eficazes» (166). E pergunta: «Para que se quer preservar hoje um poder que será recordado pela sua incapacidade de intervir quando era urgente e necessário fazê-lo?» (57). Servem, em vez disso, como os Pontífices repetiram várias vezes, a partir da *Pacem in Terris*, formas e instrumentos eficazes de governança global (175): «precisamos de um acordo sobre os regimes de governança para toda a gama dos chamados bens comuns globais» (174), já que «"a proteção ambiental não pode ser assegurada apenas com base no cálculo financeiro de custos e benefícios. O ambiente é um dos bens que os mecanismos de

mercado não estão aptos a defender ou a promover adequadamente"» (190), que retoma as palavras do Compêndio da Doutrina Social da Igreja).

Sempre neste capítulo, o Papa Francisco insiste sobre o desenvolvimento de processos de decisão honestos e transparentes, para poder «discernir» quais as políticas e iniciativas empresariais que poderão levar «a um desenvolvimento verdadeiramente integral» (185). Em particular, o estudo do impacto ambiental de um novo projeto «requer processos políticos transparentes e sujeitos a diálogo, enquanto a corrupção, que esconde o verdadeiro impacto ambiental dum projeto em troca de favores, frequentemente leva a acordos ambíguos que fogem ao dever de informar e a um debate profundo» (182).

Particularmente significativo é o apelo dirigido àqueles que detêm cargos políticos, para que se distanciem da lógica «eficientista e imediatista» (181) hoje dominante: «se ele tiver a coragem de o fazer, poderá novamente reconhecer a dignidade que Deus lhe deu como pessoa e deixará, depois da sua passagem por esta história, um testemunho de generosa responsabilidade» (181).

Sexto capítulo – Educação e espiritualidade ecológicas

O último capítulo vai ao cerne da conversão ecológica à qual a Encíclica convida. As raízes da crise cultural agem em profundidade e não é fácil reformular hábitos e comportamentos. A educação e a formação continuam a ser desafios centrais: «toda a mudança tem necessidade de motivações e dum caminho educativo» (15); estão envolvidos todos os ambientes educacionais, primeiro «a escola, a família, os meios de comunicação, a catequese» (213).

O início é apostar «numa mudança dos estilos de vida» (203-208), que também se abre à possibilidade de “exercer uma pressão salutar sobre quantos detêm o poder político, económico e social» (206). Isso é o que acontece quando as escolhas dos consumidores conseguem «a mudança do

comportamento das empresas, forçando-as a reconsiderar o impacto ambiental e os modelos de produção» (206).

Não se pode subestimar a importância de percursos de educação ambiental capazes de incidir sobre gestos e hábitos quotidianos, da redução do consumo de água, à diferenciação do lixo até «apagar as luzes desnecessárias» (211): «Uma ecologia integral é feita também de simples gestos quotidianos, pelos quais quebramos a lógica da violência, da exploração, do egoísmo» (230). Tudo isto será mais fácil a partir de um olhar contemplativo que vem da fé: «O crente contempla o mundo, não como alguém que está fora dele, mas dentro, reconhecendo os laços com que o Pai nos uniu a todos os seres. Além disso a conversão ecológica, fazendo crescer as peculiares capacidades que Deus deu a cada crente, leva-o a desenvolver a sua criatividade e entusiasmo» (220).

Retorna a linha proposta na *Evangelii Gaudium*: «A sobriedade, vivida livre e conscientemente, é libertadora» (223), bem como «A felicidade exige saber limitar algumas necessidades que nos entorpecem, permanecendo assim disponíveis para as muitas possibilidades que a vida oferece» (223); desta forma torna-se possível «voltar a sentir que precisamos uns dos outros, que temos uma responsabilidade para com os outros e o mundo, que vale a pena ser bons e honestos» (229).

Os santos acompanham-nos neste caminho. São Francisco, muitas vezes mencionado, é «o exemplo por excelência do cuidado pelo que é frágil e por uma ecologia integral, vivida com alegria» (10), modelo de como «são inseparáveis a preocupação pela natureza, a justiça para com os pobres, o empenhamento na sociedade e a paz interior (10). Mas a encíclica recorda também São Bento, Santa Teresa de Lisieux e o Beato Charles de Foucauld.

Após a *Laudato si*, o exame de consciência, o instrumento que a Igreja sempre recomendou para orientar a própria vida à luz da relação com o Senhor, deverá incluir uma nova dimensão, considerando não apenas como se vive a comunhão com Deus, com os outros, consigo mesmo, mas também com todas as criaturas e a natureza.

Copyright News.va & all Vatican media sources